

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Marlon Santa Maria Dias

**A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS EM “EU NÃO MEREÇO SER
ESTUPRADA”: UMA LEITURA DO ACONTECIMENTO
MIDIATIZADO**

Santa Maria, RS, Brasil.
2016

Marlon Santa Maria Dias

**A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS EM “EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA”:
UMA LEITURA DO ACONTECIMENTO MEDIATIZADO**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Comunicação**.

Orientadora: Dra. Viviane Borelli

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Dias, Marlon Santa Maria

A circulação de sentidos em "\"Eu não mereço ser estuprada\"": uma leitura do acontecimento midiaticizado / Marlon Santa Maria Dias.-2016.

167 p.; 30cm

Orientador: Viviane Borelli

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2016

1. Midiaticização 2. Acontecimento 3. Circulação 4. Discurso 5. Mobilização Anti-estupro I. Borelli, Viviane II. Título.

Marlon Santa Maria Dias

**A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS EM “EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA”:
UMA LEITURA DO ACONTECIMENTO MEDIATIZADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Comunicação**.

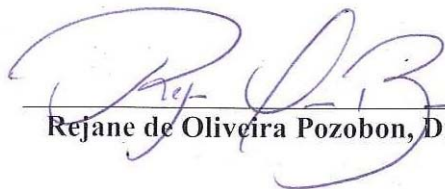
Aprovada em 11 de março de 2016:



Viviane Borelli, Dra. (UFSM)
(Presidente/orientadora)



Antonio Fausto Neto, Dr. (UNISINOS)



Rejane de Oliveira Pozobon, Dra. (UFSM)

Santa Maria, RS
2016

AGRADECIMENTOS

Longe de ser um trabalho solitário, esta pesquisa foi construída pelos diálogos que estabeleci e pelos laços acadêmicos e afetivos que firmei. A esses afetos, que antecedem e permeiam as próximas páginas, minha gratidão.

Agradeço muito especialmente a minha orientadora, Viviane Borelli, pela confiança e dedicação com que abraçou este projeto de pesquisa, por incentivar minhas potencialidades criativas e por conduzir de modo horizontal a orientação deste trabalho, não me indicando os caminhos mais fáceis e seguros, mas fazendo-me perceber que o processo de formação de um pesquisador é tentativo e construído também pelos erros e descobertas dos desvios de rota. Pelo carinho de uma amizade que ultrapassa a duração do mestrado, muito obrigado.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM, pelas discussões, leituras e diálogos em sala de aula; e por me ensinarem que o rigor científico deve vir acompanhado de sensibilidade. Ao Maurício e demais funcionários, pela atenção constante. Aos colegas de mestrado, com quem partilhei inquietações, ansiedades e momentos felizes de descobertas nesses dois anos.

Aos professores Antonio Fausto Neto e Rejane Pozobon, pela leitura atenta e generosa do texto, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação e por continuarem colaborando com as reflexões deste trabalho na banca de defesa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa que possibilitou a dedicação integral a este trabalho de pesquisa.

Aos meus pais, Jorge e Suzana, pelo incentivo permanente. Às minhas mães do coração, Nurma e Luiza, por me criarem com tanto amor, sempre estimulando meu espírito curioso, e por apoiarem, mesmo nem sempre entendendo, minhas escolhas de vida.

Agradeço aos meus amigos e amigas, *alvorço em meu coração*. À Olívia Scarpari, por tanta conversa & carinho & cuidado e, especialmente, por não me fazer esquecer que devo *respeitar muito minhas lágrimas e ainda mais minha risada*. À Amanda Rossa, que em meio ao caos, trouxe seu abraço mais sincero e carinhoso, obrigado pela escuta sensível, pelas leituras astrológicas e pelos rolês lacrados. À Giuli Matiuzzi, pela sensatez dos conselhos, pelas fofocas compartilhadas e pelos áudios-relatos que animam o dia e amenizam a saudade. À Kamila Baidek, amizade que atravessa todas as distâncias. Ao querido Iuri Müller, que talvez não saiba o quanto me inspira, obrigado pela *charla*. Ao Tainan Pauli, amizade e carinho nesta jornada. Ao Phillipp Gripp, por ouvir meus desabafos, pelos desafetos em comum e, especialmente, por compartilhar comigo os momentos bonitos e difíceis desse processo.

Ao Ander Machado e à Diossana Costa, pela ajuda e pela afabilidade constante.

Ao Alisson, pela cumplicidade, apoio e companheirismo. Com amor, pelos sonhos partilhados.

A todos que construíram o *Eu não mereço ser estuprada* e, indiretamente, ajudaram na construção desta pesquisa. A vocês, que fazem da luta por respeito & por direitos humanos fundamentais um projeto de vida, agradeço e dedico este trabalho.

O sentido, acho, é a entidade mais misteriosa do universo.
Relação, não coisa, entre a consciência, a vivência e as coisas e os eventos.
O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir.
Me recuso a viver em um mundo sem sentido.
Estes anseios/ensaios são incursões conceptuais em busca do sentido.
Pois isso é próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser buscado,
numa busca que é sua própria fundação.
Só buscar o sentido faz, realmente, sentido.
Tirando isso, não tem sentido.

Paulo Leminski – Ensaios e Anseios Crípticos.

RESUMO

A CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS EM “EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA”: UMA LEITURA DO ACONTECIMENTO MEDIATIZADO

AUTOR: Marlon Santa Maria Dias

ORIENTADORA: Viviane Borelli

Este estudo investiga os modos emergentes de mobilização social engendrados em ambientes digitais e o seu caráter acontecimental. A intensificação do processo de mediação da sociedade aponta para a interpenetração entre os campos sociais, cujo funcionamento é atravessado por lógicas de uma cultura midiática (FAUSTO NETO, 2008), além de reconfigurar as dinâmicas e práticas sociais e instaurar uma nova ambiência, ou seja, um novo modo de presença do sujeito no mundo (SODRÉ, 2002). Os acontecimentos na sociedade em vias de mediação também se modificam e encontram nos ambientes digitais novos espaços para o seu desenvolvimento e sua constituição discursiva. Esses acontecimentos têm sua existência ligada à natureza digital das plataformas em que emergem. Partindo do enfoque conceitual que considera as transformações da sociedade frente ao processo de mediação e entendendo que os acontecimentos também são modificados por esse contexto, objetivamos compreender, descrever e analisar como esses acontecimentos mediados são construídos. Para tanto, nosso objeto empírico é a produção discursiva acerca da mobilização *Eu não mereço ser estuprada (ENMSE)*, que nasce a partir de um protesto anti-estupro articulado, sobretudo, por atores em redes sociais digitais. Esses atores, por meio de distintas e singulares estratégias discursivas, investem em interações a fim de visibilizar suas ações, se conectar com quem partilha desse mesmo espaço digital e produzir suas próprias interpretações acerca do acontecimento. A metodologia desta pesquisa se desenvolve como um estudo de caso com enfoque midiático-comunicacional (BRAGA, 2008; FORD, 1998), em que utilizamos as técnicas de mapeamento online e observação encoberta não participativa (JOHNSON, 2010) para a coleta de dados. Para a leitura desse material, inspiramo-nos na análise semiológica proposta por Verón (2005), Pinto (2002) e Peruzzolo (2004). Ao final, o estudo permitiu identificar cinco fatores que atravessam o acontecimento mediado por meio de distintas lógicas: do sistema científico, do sistema midiático, do ator Nana Queiroz, das redes e dos atores sociais. Cada um desses âmbitos produz lógicas que impulsionam a produção discursiva que constitui o *ENMSE*. A análise do caso sinaliza que é impossível marcar um ponto que concentre a autorialidade do acontecimento. A referência de inteligibilidade do acontecimento deixa de pertencer a campos sociais já legitimados e passa a ser dinamizado por processualidades tecnodiscursivas que se abrem a diferentes fluxos, deslocando o protagonismo da ação de uma única instância. Por circular na ambiência mediada, o acontecimento vai se constituindo por meio de fragmentos e descontinuidades, acoplando lógicas de sistemas diversos, que se afetam e geram derivações, com sentidos que fogem às trajetórias da circulação midiática discursiva tradicional.

Palavras-chave: Mediação. Acontecimento. Circulação. Discurso. Mobilização Anti-estupro.

ABSTRACT

THE CIRCULATION OF MEANINGS IN “EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA” (“I DON’T DESERVE TO BE RAPED”): A READING OF THE MEDIATIZED EVENT

AUTHOR: Marlon Santa Maria Dias

ADVISOR: Viviane Borelli

The present study investigates emergent forms of social mobilization generated on digital environments and their eventful character. The intensification of the society mediatization process points to the interpenetration between social fields, whose functioning is crossed by logics of a media culture (FAUSTO NETO, 2008), besides reconfiguring the dynamic and social practices and establishing a new ambience, that is, a new form of presence of the subject upon the world (SODRÉ, 2002). The events in a society in mediatization process also modify and find on digital environments new spaces for their development and their discursive constitution. Such events have their existence linked to the digital nature of the platforms in which they emerge. Moving from the conceptual approach that considers the transformations of society facing the mediatization process and understanding that the events are also modified by this context, we aim at understanding, describing and analyzing how such mediatized events are built. For such, our empirical object is the discursive production concerning the mobilization *Eu não mereço ser estuprada* (ENMSE; “I don’t deserve to be raped”), which rises from an anti-raping protest articulated, above all, by actors on digital social networks. Such actors, by means of distinct and singular discursive strategies, invest on interactions aiming at making their actions visible, connecting with those who share the same digital space and producing their own interpretations about the event. The methodology adopted by the present research develops as a case study with mediatic-communicational approach (BRAGA, 2008; FORD, 1998), in which we utilize online mapping techniques and non-participatory covert observation (JOHNSON, 2010) for collecting data. To read this material, we draw inspiration from the semiological analysis proposed by Verón (2005), Pinto (2002) and Peruzzolo (2004). At its ending, the study allowed the identification of five factors that cross the mediatized event by means of distinct logics: the scientific system, the mediatic system, the actor Nana Queiroz, the networks and the social actors. Each of these spheres produces logics that promote the discursive production that constitutes ENMSE. The case analysis signals that it is impossible to mark a point that concentrates the authoring of the event. The intelligibility reference of the event ceases to belong to already legitimized social fields and starts being dynamized by technodiscursive procedurals that open to different streams, shifting the leading role of the action from a single instance. For circulating in a mediatized ambience, the event constitutes by means of fragments and discontinuities, coupling logics of diverse systems, which affect and generate derivations, with meanings that escape the traditional discursive mediatic circulation.

Keywords: Mediatization. Event. Circulation. Discourse. Anti-raping Mobilization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Foto de Nana Queiroz que se tornou símbolo do protesto	25
FIGURA 2 – Adaptação do esquema de semiose da midiatização de Verón (1997)	52
FIGURA 3 – Reprodução da caixa de Status do Facebook	63
FIGURA 4 – Opções de interação no Facebook	64
FIGURA 5 – Gráfico com a percentagem das respostas divulgado em 27 de março de 2014	80
FIGURA 6 – Print screen da página do evento no Facebook	84
FIGURA 7 – Mulher com a frase-símbolo do protesto grafada nas costas	86
FIGURA 8 – Mulher segura o cartaz com a frase-símbolo do protesto	86
FIGURA 9 – Mulher posa para a foto amamentando	87
FIGURA 10 – Outras frases surgem no protesto	88
FIGURA 11 – Uso da hashtag no cartaz	89
FIGURA 12 – Geisy Arruda também participa do protesto	89
FIGURA 13 – Diagrama com os primeiros fluxos do acontecimento identificados	93
FIGURA 14 – Representação da expressividade da #EuNãoMereçoSerEstuprada e sua relação com demais hashtags	95
FIGURA 15 – Nana Queiroz participa do programa Altas Horas (Rede Globo). Na foto, a jornalista (E) e o apresentador, Serginho Groisman (D), junto com demais convidados.....	96
FIGURA 16 – Repórter do Fantástico e Nana posam para fotografia	97
FIGURA 17 – Com a hashtag do protesto, o perfil do Jornal O Globo publica link para matéria sobre o protesto, ilustrada com imagem de um casal que se inseriu na mobilização	101
FIGURA 18 – Tweets de Dilma Rousseff sobre a mobilização	103
FIGURA 19 – Nana responde ao tweet de Dilma	104
FIGURA 20 – Daiara Figueroa	106
FIGURA 21 – Fluxos de circulação do acontecimento	109
FIGURA 22 – Cabeçalho do grupo Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]	112
FIGURA 23 – Descrição do grupo Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]	113
FIGURA 24 – Família posa para foto com a frase de protesto	136
FIGURA 25 – Apropriação da obra de Magritte para o protesto	137
FIGURA 26 – Aspectos que atravessam o acontecimento e o midiatizam	150
FIGURA 27 – Esquema relacional das categorias analíticas	153
FIGURA 28 – Mulher protesta contra Bolsonaro	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 PROPOSIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: caminhos para a leitura do caso	21
1.1 <i>EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA</i> : aproximação ao caso	23
1.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA: a construção do <i>corpus</i> de análise	27
1.2.1 Observação em redes sociais na internet	32
1.3 ESTUDO DE CASO MIDIÁTICO	36
1.3.1 Movimentos de interpretação: a análise semiológica dos discursos	41
2 MUDIATIZAÇÃO, CIRCULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: novos modos de acontecer na rede	46
2.1 CENÁRIOS DE MUDIATIZAÇÃO	47
2.2 A EMERGÊNCIA DA CIRCULAÇÃO NA SOCIEDADE MUDIATIZADA	54
2.3 REDES SOCIAIS DIGITAIS	57
2.3.1 O Facebook e suas gramáticas	62
2.4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM AMBIENTES DIGITAIS	66
2.5 OS ESTUDOS SOBRE ACONTECIMENTO: definições e percursos	69
2.5.1 O acontecimento em ambiente digital	73
3 O ACONTECIMENTO MUDIATIZADO	76
3.1 DOS FLUXOS: como circula o acontecimento	78
3.2 DO FUNCIONAMENTO DO GRUPO <i>EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRAD@</i> [OFICIAL]	110
3.3. DOS CONTRATOS: análise das estratégias discursivas	114
3.3.1 Mobilização	117
3.3.2 Pedagogização	120
3.3.3 Sororidade	126
3.3.4 Experiência	130
3.3.5 Mudiatização	135
3.4 DA PROCESSUALIDADE DO ACONTECIMENTO	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, acompanhamos um processo de intensificação do acesso às novas tecnologias e ferramentas digitais, o desenvolvimento da comunicação digital e a proliferação de redes de informações e indivíduos interconectados. O desafio de compreender este cenário, desviando-se do determinismo tecnológico, situa-se no entendimento sobre os modos como essas tecnologias se relacionam à vida cotidiana, transformando-a e sendo transformadas pela inventividade dos atores sociais, em suas distintas apropriações, num complexo entrelaçamento.

Em diferentes áreas do conhecimento, surgem estudos com o intuito de compreender essa ordem configurada pelos avanços tecnológico-digitais e suas implicações nos âmbitos econômicos, políticos, culturais e sociais. No campo da Comunicação, pesquisadores debruçam-se sobre insurgentes teorias das mídias digitais¹, que contrapõem, sobretudo, já sedimentadas (porém não totalmente superadas) teorias funcionalistas de transmissão unilateral de mensagens. Se há mais de trinta anos os estudos de comunicação – em especial os voltados à recepção – apontam para a atividade dos agentes (MARTÍN-BARBERO, 2004), hoje parece mais nítido o fato de que estes não apenas realizam um trabalho de reconhecimento do conteúdo recebido, a partir de diferentes mediações, mas também produzem e põem em circulação outros conteúdos. Nesses novos tempos, emissores e receptores compartilham o mesmo ambiente de interação, em que um emissor é potencialmente receptor e vice-versa.

A interlocução ocorre, assim, nesse ambiente comunicacional onde se constroem novas formas de significação e práticas sociais orquestradas em torno da ideia de conexão. Em vista disso, as práticas efetuadas na internet passaram a tensionar os modelos tradicionais de sociabilidades. Além disso, também colaborou na intensificação e na reestruturação das atividades políticas e econômicas e na ressignificação (compressão ou alargamento) do tempo e do espaço (GIDDENS, 1991; HARVEY, 2012).

Assumimos neste trabalho, em consonância com alguns teóricos do campo comunicacional², que tal cenário de mutações está atrelado ao processo de midiatização da

¹ Uma revisão panorâmica dessas teorias pode ser encontrada em Martino (2014).

² Referimo-nos, aqui, a pesquisadores que têm se dedicado a estudar e ampliar este conceito, como no contexto europeu, Stig Harvard, Andreas Hepp e Knut Lundby; na América Latina, Eliseo Verón, precursor no uso e desenvolvimento do conceito, cujo esquema analítico da midiatização é amplamente utilizado em estudos do campo (VERÓN, 1997); e especificamente no Brasil, Muniz Sodré, que se apropria do termo midiatização e desenvolve seu conceito de *bios* midiático (SODRÉ, 2002), além dos pesquisadores vinculados à linha de pesquisa Midiatização e Processos Sociais, do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da

sociedade. Esse processo aponta para a emergência e o desenvolvimento de fenômenos técnicos transformados em meios e a consequente alteração dos processos sócio-técnico-discursivos de produção, recepção e circulação de mensagens. O fenômeno da mídiatização, ainda em curso e incompleto, marca a passagem de uma sociedade dos meios para uma sociedade mídiatizada (ou *em vias de* mídiatização).

Na sociedade dos meios, a mídia ocupava um lugar central e possuía “autonomia relativa” frente aos demais campos sociais (FAUSTO NETO, 2008), desempenhando um papel de mediadora da realidade social. Não se pode, assim, ignorar essa centralidade que o campo das mídias (RODRIGUES, 1999) recebeu, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, tampouco se pode desconsiderar a mediação que a mídia realiza a partir de seu lugar legítimo e legitimado de tradução de conceitos e problemáticas (GIDDENS, 1991). O que se aponta, no entanto, quando se fala em uma passagem da sociedade dos meios para uma sociedade mídiatizada, é a maneira como, agora, a mídia organiza discursivamente o funcionamento de outros campos sociais e como suas lógicas afetam a sociedade, os sujeitos e suas práticas.

A partir deste cenário traçado, assumimos como tema de pesquisa os modos emergentes de mobilização social engendrados em ambientes digitais e seu caráter acontecimental. Por meio de estratégias discursivas, os atores sociais buscam visibilizar suas ações e estabelecer conexões com outros atores que partilham desse mesmo ambiente. Os sujeitos investem em interações regidas por lógicas midiáticas, sem mais precisar da mediação dos meios de comunicação de massa³ para que suas mensagens sejam acessíveis a um grande número de pessoas. As redes sociais digitais possibilitam essa interação e circulação. Tais espaços passam a ser, também, ambientes nascedouros de acontecimentos, que afetam os sujeitos e alimentam novas práticas sociais.

Desse modo, a delimitação do tema desta pesquisa circunscreve-se ao estudo de um caso específico, o protesto *Eu não mereço ser estuprada (ENMSE)*, idealizado pela jornalista brasileira Nana Queiroz. A mobilização⁴ teve início em março de 2014, como um protesto em

Unisinos, Antonio Fausto Neto, Jairo Ferreira, José Luiz Braga e Pedro Gilberto Gomes, que junto aos discentes da linha têm produzido um conjunto relevante de investigações dedicadas ao tema.

³ Neste trabalho, os termos “meios de comunicação de massa” e “mídia tradicional” são usados como sinônimos, a fim de definir as mídias que se estabeleceram historicamente na produção e difusão de conteúdos para um grande número de pessoas, como os jornais, as revistas, as emissoras de rádio e televisão.

⁴ Utilizamos os termos protesto e mobilização para nos referirmos ao *Eu não mereço ser estuprada*. No entanto, não consideramos os termos sinônimos, pois entendemos que há uma diferença conceitual. Assim, usamos o termo “protesto” sempre que queremos nos referir ao ato que motivou a mobilização, ou seja, a publicação das fotos pelos atores sociais. Entendemos que o ato foi um protesto, visto que tinha o objetivo de confrontar o resultado da pesquisa do Ipea. Por sua vez, o termo “mobilização” nos remete ao significado de “mobilização social”, enquanto um movimento ou processo complexo de ações e práticas capazes de repercutir na sociedade e

resposta a uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), intitulada “Tolerância social à violência contra as mulheres” (IPEA, 2014). O estudo apontou que 65% dos entrevistados (de um total de 3.810 pessoas) concordavam com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. A mobilização iniciou quando Nana Queiroz publicou, no site de rede social Facebook, uma foto na qual aparece cobrindo os seios com os braços, nos quais se lê a frase “não mereço ser estuprada”. A foto foi compartilhada na internet pelos usuários, e Nana criou um evento⁵ em que convidava as pessoas – especialmente as mulheres – a publicarem fotos semelhantes à dela, em que estivesse expressa a frase que se tornaria símbolo do protesto anti-estupro: “Eu não mereço ser estuprada”.

A partir da publicação da foto de Nana Queiroz, desencadeia-se uma série de ações que se relacionam à mobilização insurgente. A disseminação do conteúdo não se restringiu apenas ao compartilhamento da foto da jornalista: pessoas passaram a publicar em seus perfis pessoais fotos (com ou sem roupas) expressando a frase ‘Eu não mereço ser estuprada’ e algumas derivações (‘Ninguém merece ser estuprada’, ‘Nenhuma mulher merece ser estuprada’, ‘Eu não mereço ser estuprad@’); blogueiros discutiram o tema em seus blogs e em sites de rede social; o protesto foi tema de debates em grupos e fóruns na internet, especialmente os relacionados às temáticas do feminismo; pulularam textos que aclamavam e outros que criticavam a atitude da jornalista, bem como charges e *memes*⁶.

Não demorou muito para que o jornalismo trouxesse para a sua pauta o protesto e desse a ele seus próprios contornos narrativos. Nana Queiroz surge, então, como ator central da mobilização, tomando para si um lugar de fala autorizado a falar sobre o protesto. A jornalista passou a ser convidada a participar de programas de televisão e a conceder entrevistas para outros veículos, a fim de explicar as motivações que a levaram a protestar. *ENMSE* foi pauta não só na mídia brasileira, mas também internacional, e um dos principais

com o objetivo de provocar “grandes consequências”, ou seja, “a passagem de um tipo de comportamento para outro” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998, p. 765).

⁵ Conforme o Glossário de Termos do Facebook, um evento “é um recurso que permite organizar reuniões, responder a convites e manter-se a par do que os seus amigos estão fazendo” (GLOSSÁRIO, 2015). No caso em questão, o recurso é usado para outros fins, afinal, o evento não tinha a finalidade de reunir pessoas em algum lugar físico, mas sim de fazer com que o maior número de pessoas aderisse à proposta do protesto e publicasse fotos semelhantes à de Nana Queiroz em seus perfis. Vemos, então, que os atores sociais se apropriam de um recurso do site de modo diferente do proposto, corroborando a ideia de que a inventividade dos atores modifica os usos e a própria tecnologia.

⁶ Este termo é usado aqui na forma de sua utilização oriunda da cultura digital contemporânea, que se refere a mensagens em distintas linguagens replicadas de modo incessante pela internet. O termo *meme* foi cunhado por Richard Dawkins (1979) e buscava designar uma unidade de imitação/replicação, estendendo para a cultura a noção biológica de gene, no processo de evolução da vida.

focos das matérias jornalísticas tornou-se o potencial das redes sociais digitais para mobilizações desse tipo.

Presenciamos, assim, uma potencialização de manifestações de resistência a discursos de culpabilização da mulher por violências sofridas. Essa mobilização surge espontaneamente a partir das interações entre os atores sociais na rede, em torno de problemáticas e necessidades que se mostram comuns a todos que passam a constituir a mobilização (CASTELLS, 2013). Urge pensarmos, então, a internet enquanto um ambiente comunicacional que articula sentidos para a organização de ações coletivas a partir das trocas entre os atores no sistema de relações sociais.

O acontecimento irrompe e dá-se a ver. Os sentidos relacionados ao protesto percorrem caminhos difusos, em “fluxo contínuo” e “sempre adiante” (BRAGA, 2012, p. 40), pois os receptores fazem seguir em frente aquilo que recebem, não apenas na forma de compartilhamento de imagens e textos, mas também ao reproduzirem (de modos diversos e peculiares) a atitude de Nana Queiroz – tirar a roupa e grafar em seu corpo ou em cartazes a frase símbolo da mobilização. Formam-se, assim, a partir dessa série de ações, complexos circuitos, que não se prendem apenas ao campo midiático, mas atravessam outros campos sociais, mesclam lógicas midiáticas consideradas “tradicionais” (E-R) e também outras digitais (*prosumer*⁷), articulando a interação entre os diferentes meios.

Temos, então, um fato singular que emerge no ambiente digital, toma forma por meio de atividades enunciativas a partir do momento em que as outras pessoas o apreendem para si e provoca desdobramentos que escorrem para além do “mundo digital”, espraiando-se para diferentes ambiências midiáticas e âmbitos da vida cotidiana. Partindo deste cenário e deste fato específico, nossa investigação busca pensar no modo como um protesto, a princípio individual, torna-se uma mobilização com caráter de *acontecimento* ao criar uma cadeia significativa de atos enunciativos, os quais fazem circular outros sentidos que são construídos a partir de sua proposta inicial.

Sinalizamos, pois, que há dois eixos de sustentação deste trabalho de dissertação, que se referem aos conceitos de *mediatização* e *acontecimento* – e que serão discutidos, oportunamente, em capítulos posteriores. O que é importante destacar, desde já, é o modo transversal como pensamos esses dois conceitos, ou seja, a incidência de um sobre o outro. Exatamente por isso é que propomos o termo *acontecimento mediatizado*. Refletir sobre o acontecimento mediatizado é pensar sobre o modo como o processo de mediatização afeta e

⁷ Neologismo inglês, formado a partir da aglutinação das palavras *producer* (produtor) e *consumer* (consumidor). Refere-se aos atores que, na cultura digital, são tanto consumidores quanto produtores de conteúdo.

modifica a constituição de um acontecimento e possibilita novos espaços para sua eclosão e, conseqüentemente, outros olhares, interpretações, usos e construções que remetem a um modo singular de constituição do próprio acontecimento. Além disso, o processo de circulação de sentidos sobre o acontecimento nos aponta caminhos para pensar a ambiência da mediação – esse novo *bios* midiático, na expressão de Sodré (2002).

Assim, o que propomos aqui   uma reflexão sobre a natureza, a constitui o e a dinâmica da mobiliza o *ENMSE*, que emerge nas redes sociais digitais, tornando-se acontecimento, porque carrega em si os elementos que a distinguem como tal, especialmente por sua singularidade, ruptura e por seu poder de afeta o dos sujeitos. O adjetivo “mediatizado”, caracterizador desse acontecimento, aponta para lógicas referentes   constitui o da sociedade que se interpõem e modificam o caráter do acontecimento – que não   apenas midiático, no entendimento corrente de algo noticiável pelos meios de comunica o de massa, mas mediatizado, porque circula nas mãos dos atores sociais, constrói-se nos fluxos contínuos dessas redes e não mais se regula pela agenda midiática tradicional.

A justificativa deste trabalho sustenta-se na defesa de que as inquieta es que nos movem mobilizam questões que buscam compreender um fenômeno social atual e em constante transforma o – que suscita diferentes pontos de vista. O desafio que se impõe a esta pesquisa   estarmos, assim como nosso objeto, em constante movimento. Destacamos, assim, a efervescência de mobiliza es sociais em âmbitos digitais, com a ativa e singular participa o e inser o dos atores sociais individuais, envoltos em novos acontecimentos organizados nas fronteiras porosas e intercambiáveis dos espaços públicos e privados que se interconectam, dada a dimensão social da internet.

Como já dito, a temática das mobiliza es sociais e sua interface com as tecnologias digitais já ocupa pesquisadores das diferentes disciplinas. Situamos, pois, nossa reflexão no campo da Comunica o, tensionando as articula es de sujeitos conectados com a constru o de acontecimentos que seguem lógicas midiáticas que não exclusivamente as formatadas pela m dia tradicional. Reconhecemos a importância de compreender nosso objeto por diferentes  ticas, porém, o olhar/enfoque comunicacional (FRANÇA, 2001; BRAGA, 2008, 2010, 2011) irá guiar esta pesquisa, dentro do âmbito da área de concentra o do programa ao qual nos vinculamos, a “Comunica o Midiática”, inserindo esta pesquisa na linha de “Média e Estratégias Comunicacionais”, ao passo que pretendemos analisar as estratégias discursivas produzidas pelos sujeitos na constru o de um acontecimento no contexto de uma sociedade em media o.

Ademais, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de problematizar a construção desses acontecimentos específicos, que nascem no contexto das redes sociais digitais, especialmente pensando a constituição da mobilização *ENMSE* como parte de um fenômeno maior, o processo de midiatização da sociedade, que reconfigura as dinâmicas das práticas sociais e dos atores.

Há também uma justificativa de cunho pessoal e profissional que induz o desenvolvimento do estudo: a curiosidade em compreender os modos de orquestração discursiva dos movimentos sociais em ambientes digitais e a busca pela caracterização desses acontecimentos midiatizados por atores sociais, contrapondo com os acontecimentos agendados e engendrados pela mídia tradicional. Pensar a constituição desses acontecimentos é também refletir sobre os caminhos que o jornalismo há de percorrer para se adaptar a essas reconfigurações, na busca de outros modos de narrar e na tentativa de analisar de diferentes formas esses acontecimentos que hoje são construídos e postos em circulação também pelos atores sociais.

Ademais, justificamos este trabalho também em relação à própria temática do objeto empírico. Percebe-se que o número de acontecimentos que emergem nas redes digitais é crescente e eles possuem naturezas distintas – dos que estão circunscritos à esfera do entretenimento até aqueles que envolvem mobilizações coletivas globais⁸. A reflexão e a análise sobre esses acontecimentos midiatizados poderia, então, ter outras mobilizações, campanhas, correntes ou manifestações como objeto. A escolha da mobilização *Eu não mereço ser estuprada* se dá por sua importância social e política em torno de temas relativos aos direitos das mulheres, bem como a sua singularidade, enquanto objeto científico, pelo modo como a mobilização se constituiu e se distinguiu das demais mobilizações que emergiram nas redes, especificamente pelo tema sensível ao qual ela se refere, o estupro.

Diretamente relacionada a uma pauta que é levantada há bastante tempo pelos movimentos feministas, o protesto insurge como um grito contra a cultura do estupro⁹ e a

⁸ Lembremos de alguns casos emblemáticos, articulados via mídias digitais, tais como a chamada Primavera Árabe, o Occupy Wall Street, o 15M espanhol (ou Indignados da Espanha), as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, até mobilizações que, mesmo com finalidades sociais, versam com o entretenimento, como o Desafio do Balde de Gelo (Ice Bucket Challenge), corrente de alcance global que eclodiu em 2014 e envolveu a participação de celebridades de diferentes países em prol de uma pesquisa científica sobre a esclerose lateral amiotrófica.

⁹ Essa expressão tornou-se frequente quando o assunto em discussão é a violência de gênero. Semíramis (2013) situa os primeiros usos da expressão entre as décadas de 1960 e 1970, por grupos de sensibilização. Em 1975, foi produzido o documentário *Rape Culture* (Cultura do Estupro), de Margaret Lazarus e Renner Wunderlich, produção que recebeu destaque pelas entrevistas com vítimas, estupradores e pessoas que trabalhavam nos centros de atendimento às vítimas. A partir da análise de algumas coberturas midiáticas, o documentário mostrou como a cultura da época endossava a violência contra as mulheres. No mesmo ano, Susan Brownmiller lança o livro *Against Our Will: Men, Women and Rape* (Contra a nossa vontade: homens, mulheres e estupro), com um

culpabilização da vítima¹⁰ pelo abuso sofrido. Em 2014, foram registrados 47.646 casos de estupro no Brasil. Estima-se que apenas 35% das vítimas denunciem o abuso, o que eleva esse número para, aproximadamente, 136 mil estupros em um ano, o que equivale a dizer que a cada minuto, no Brasil, uma pessoa é vítima de estupro¹¹. Ou seja, o assunto em pauta merece não apenas visibilidade, mas também espaços apropriados para ampla discussão. As redes digitais vêm se mostrando como um ambiente que agrega atores de diferentes contextos socioculturais que buscam discutir o tema e que se reúnem em coletivos para isso. Os movimentos feministas, assim como outros movimentos sociais, estão se apropriando de tecnologias da comunicação para a articulação de suas lutas, divulgação de suas agendas e confrontação de discursos de ódio que alimentam (e são alimentados pela) a cultura machista. Assim, investigar o *Eu não mereço ser estuprada* e sua dimensão acontecimental é também buscar compreender como os sujeitos envolvidos nessas mobilizações, frente à invisibilidade, exclusão e marginalização, afrontam as estruturas (simbólicas e midiáticas) de dominação que se sedimentam na cultura machocêntrica e patriarcal.

Destarte, o problema que norteia esta pesquisa pode ser exposto pela seguinte questão: como estratégias discursivas enunciadas por atores, campos e mídias, em uma complexa atividade de circulação que envolve dimensões midiáticas e não midiáticas, constroem o acontecimento midiaticizado *Eu não mereço ser estuprada*?

A essa questão principal, atrelam-se reflexões que ajudam na definição do percurso da pesquisa, bem como na delimitação da escolha dos observáveis. A partir da intensificação da complexidade dos processos sócio-técnico-discursivos, os sujeitos passam a investir em interações regidas por lógicas midiáticas. A ampliação das possibilidades de interação, proporcionada pelas redes sociais na internet, abre caminhos para a mobilização de pessoas que, mesmo dispersas geograficamente, dividem anseios e lutam por causas semelhantes. Por meio de processos discursivos, esses atores passam a travar diálogos e estabelecer interações com vistas a alcançar um objetivo comum (TORO; WERNECK, 1996).

detalhado estudo sobre a história do estupro. Hoje, essa expressão é ainda bastante utilizada, sobretudo por setores de militância feminista. De modo geral, o termo designa uma cultura heteronormativa, de papéis de gênero demarcados em que o estupro (violência) é legitimado através de valores sociais amparados pelo machismo como elemento estruturante das relações de poder.

¹⁰ Saffioti (2004) problematiza a violência contra a mulher tendo por base a interseção gênero-classe-raça/etnia. A culpabilização da vítima é um dos focos de seu estudo, uma investigação que esmiúça as diferenças entre culpabilidades a partir da classe social, do gênero da vítima e de sua raça/etnia.

¹¹ Dados do 9º Anuário Nacional de Segurança Pública (2015), divulgados em 8 de outubro de 2015 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/9o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica>. Acesso: 1 dez. 2015.

Algumas dessas mobilizações parecem emergir nesses ambientes como um acontecimento, tal como o caso do *ENMSE*. Assim, inquieta-nos compreender melhor o caráter acontecimental dessas mobilizações, visto que elas são articuladas, de início, sem a interferência tradicional dos meios de comunicação de massa. Mesmo assim, são enunciadas a partir de lógicas midiáticas. Há, na mobilização estudada, elementos que caracterizam os acontecimentos, tal como ruptura, singularidade e afetação? Se, como sugere Pierre Nora (1974), os acontecimentos são tramados com a natureza de suas mídias contemporâneas, de que modo o ambiente das culturas digitais se relaciona com a natureza do acontecimento *ENMSE*?

Por fim, também pensamos naquilo que fica do acontecimento nas redes, ou seja, seus desdobramentos. Com início e fim aparentemente identificáveis, o acontecimento pautado pela mídia tradicional ocupa um determinado momento dos noticiários e logo é substituído por outros, em uma lógica de rotação típica da rotina jornalística. Essa lógica parece ser reproduzida no mundo digital, todavia, os rastros deixados pelo acontecimento permanecem no ambiente digital, porque é neste espaço que ele toma rotas difusas, segue fluxos (des)contínuos, desliza para outros ambientes, em uma relação de interpenetração. O modo como os sentidos sobre o acontecimento ressurgem no espaço de interação das redes digitais é também uma questão que se atrela à problemática desta pesquisa.

Frente a essas considerações, definimos que o objetivo principal da pesquisa é analisar como o acontecimento midiaticizado *Eu não mereço ser estuprada* é construído discursivamente por atores, campos e mídias. Para tanto, tomamos como objetivos específicos: (1) mapear os principais ambientes digitais que visibilizaram o acontecimento *Eu não mereço ser estuprada*, bem como os espaços jornalísticos de mídia tradicional que pautaram a mobilização; (2) analisar os discursos construídos por atores, campos e mídias por meio de fluxos que constituem o ambiente da circulação; (3) compreender como a processualidade do acontecimento midiaticizado o ressignifica e o reconfigura.

Na construção metodológica deste trabalho, intencionamos traçar estratégias que nos permitam ir além da observação do funcionamento da ferramenta digital, a fim de podermos considerar o modo como os sujeitos se apropriam e constroem esse acontecimento em rede. Cremos que o estudo da ferramenta em si nos leva a compreender o mecanismo dos processos tecnológicos, mas o olhar comunicacional (logo, relacional) que se impõe nesta pesquisa nos faz também perceber a invenção social que se alia à tecnologia, ou seja, o modo (inventivo) com que os sujeitos se relacionam com as tecnologias, em seus mais variados níveis de apropriação.

Assim, nosso primeiro cuidado é desviar do caminho das pesquisas de caráter midiacêntrico, pois não buscamos analisar apenas o meio, mas sim o modo como os sujeitos produzem discursos próprios a partir do que almejam colocar em circulação, como se relacionam com essas tecnologias, como se movimentam nessa ambiência midiaticizada, atravessada pela cultura da mídia. Este é, pois, um dos objetivos de quem estuda o fenômeno da midiaticização, que não priorizam o meio, mas refletem sobre as relações entre os processos tecnológicos e sociais.

A metodologia desta pesquisa desenvolve-se como um estudo de caso que se articula à pesquisa bibliográfica, à observação em sites de redes sociais e à análise semiológica dos discursos, na qual encontramos subsídios teórico-metodológicos para pensarmos as estratégias discursivas que constroem o acontecimento. O estudo será de um caso único, a mobilização *Eu não mereço ser estuprada*, e o método nos parece apropriado, pois seu caminho metodológico visa a exploração intensa sobre determinado caso (BECKER, 1997), utilizando múltiplas fontes de evidência para a compreensão do fenômeno contemporâneo estudado (YIN, 2010).

Além disso, também utilizamos a observação de redes sociais (JOHNSON, 2010), fundamental para a delimitação do *corpus*, recorte dos observáveis e entendimento das dinâmicas do grupo de discussão que será analisado. Como já dito, iremos nos apoiar também no aporte teórico-metodológico da semiologia dos discursos sociais (PINTO, 2002; VERÓN 2005) para a análise do caso, pensando nas implicações do contexto social e histórico dos falantes. Enunciar não pode ser pensado por essa perspectiva apenas como uma frase que é dita. “Quer dizer que o destinador dela caminha um percurso de ações, no interior da língua, que faz dele um sujeito” (PERUZZOLO, 2004, p. 134).

Ou seja, o enunciador constrói um discurso em que há um sujeito implicado, o enunciatário, destinatário ideal construído na oferta discursiva. Aqui, entendemos discurso como “uma mensagem situada, *produzida por alguém e endereçada a alguém*” (VERÓN, 1981, p. 77, grifos do autor). Assim, o ato de enunciar implica assumir um lugar de fala, apoderar-se da linguagem, fazer escolhas de elementos e de estratégias, isto é, pôr valores numa forma concreta de observação e leitura com o intuito de sustentar sua validade a um sujeito buscado, com quem estabelecemos uma relação de comunicação.

O percurso desenvolvido pode ser dividido nos seguintes momentos. Primeiro, mapeamos através de buscadores na internet os espaços digitais que visibilizaram o protesto *ENMSE*: matérias (reportagens, artigos e notícias) veiculadas por sites das organizações de

mídia tradicional e blogs. A coleta deste material foi feita com o intuito de mapear como a mídia abordou o acontecimento.

Como o protesto se organizou no Facebook, o segundo passo foi mapear, através de uma busca no próprio site, os espaços dentro do Facebook em que a campanha se desenvolveu, identificando os grupos, as páginas e o evento que originou a mobilização. Em seguida, fizemos o recorte do *corpus* para a análise. Foram encontrados nessa busca 40 páginas e 20 grupos relacionados ao acontecimento e que serão explicitados no primeiro capítulo deste trabalho. Frente à impossibilidade de analisar todos esses espaços, optamos por verticalizar nosso olhar e escolher um grupo de discussão criado a partir do protesto para analisar as estratégias discursivas desenvolvidas por seus integrantes.

O grupo é denominado *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]* e conta com mais de 6.995 membros¹². A escolha por este grupo se deve não só pelo fato de ser o grupo relacionado à mobilização que mais possui membros, mas também pela hipótese de que dentro deste sistema específico (grupo) poderemos encontrar as mesmas lógicas que regem o sistema maior ao qual ele se integra (Facebook). Ademais, acreditamos que o grupo é um espaço privilegiado para a observação das discussões e interações, especialmente por reunir pessoas interessadas em debater a temática no mesmo ambiente. Hoje se discute muito as possibilidades de debate e deliberação nos ambientes digitais. Pensar o grupo como esse espaço de diálogo é também refletir sobre as conformações desses espaços digitais enquanto microesferas públicas de debate.

Esta é uma escolha metodológica, que delimita o espaço de observação no qual faremos os recortes no *corpus* para os exercícios analíticos. A observação desse grupo compreende o período de nove meses, tendo início no dia da criação do grupo (31 de março de 2014) e finalizando no dia 31 de dezembro de 2014. Porém, para fins de análise, serão eleitas postagens que representam a dinâmica de funcionamento do grupo e os sentidos ali produzidos por seus integrantes.

Assim, esta dissertação de mestrado estrutura-se em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta o desenho de nossa pesquisa, ou seja, as proposições teórico-metodológicas. A investigação sobre um fenômeno de midiaticização busca analisar um acontecimento em sua processualidade, por isso detalhamos como nos aproximamos do objeto de estudo, bem como a pertinência dos procedimentos metodológicos assumidos. Justificamos a escolha do método

¹² Esse dado foi coletado em: 31 dez. 2014, data em que finalizamos a observação do grupo.

estudo de caso e da análise semiológica e apontamos as estratégias para delimitação do *corpus* de análise.

O segundo capítulo apresenta as bases teóricas, a partir dos dois eixos da pesquisa: mediação e acontecimento. Num primeiro momento, discorremos sobre as reconfigurações decorrentes da mediação da sociedade, apresentando essas mutações nos ambientes das redes sociais digitais e nosso entendimento destes ambientes (e da sociedade) como sistemas em situação relacional. Abordamos o conceito de circulação, para compreender os fluxos de informação, e damos primazia à discussão sobre as mobilizações que se articulam pelas e nas redes digitais. Ainda no segundo capítulo, fazemos uma retomada de algumas noções norteadoras sobre a teoria do acontecimento, a partir de diferentes perspectivas de estudo. Após apontar algumas das definições fundantes sobre o conceito de acontecimento, apresentamos uma discussão mais detida nos acontecimentos que emergem nas redes sociais digitais.

O terceiro capítulo dedica-se ao esforço descritivo e analítico da investigação. Este capítulo será dividido em quatro partes que, em relação, constituem o entendimento de como se constrói o que denominamos “acontecimento mediado”. Num primeiro momento, buscamos compreender como se dá o processo de circulação de um acontecimento que se media. Em seguida, analisamos mais detidamente o funcionamento do espaço que elegemos para realizar a nossa observação: o grupo de discussão *Eu não mereço ser estupro@ [OFICIAL]*. No terceiro momento, nos debruçamos sobre os dados coletados durante o período de observação do grupo e buscamos identificar as estratégias discursivas produzidas pelos atores sociais, mostrando o modo como o acontecimento se constrói para além deste espaço a partir dos sentidos que emanam dessas interações. Por fim, a partir dos rastros deixados pelo acontecimento no ambiente digital, pretendemos ainda apontar uma característica que vem cada vez mais se mostrando como própria da mediação de um acontecimento: o seu caráter processual.

Entendemos que cada leitor investe num caminho de leitura próprio a partir daquilo que lhe é ofertado. Nas páginas que seguem, propomos um caminho possível no qual descrevemos o percurso teórico e metodológico desta investigação e dissertamos sobre nosso esforço (tentativo) de compreender a complexidade do fenômeno em análise. Desejosos de que este estudo possa contribuir para outros estudos do campo da Comunicação, esperamos que este texto encontre leitores que vejam nele também um ensejo para outras leituras, novas inquietações e, certamente, novos textos.

1 PROPOSIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: CAMINHOS PARA A LEITURA DO CASO

A gênese de qualquer investigação está na inquietação, que pode surgir em um momento qualquer, enquanto desatentamente folheamos um jornal no café da manhã, assistimos a um programa televisivo, andamos de ônibus, conversamos com alguém na fila da padaria ou deslizamos o cursor do *mouse* na tela do computador. Esta pesquisa nasceu assim, quando distraidamente acompanhava¹³ as atualizações da minha rede de amigos na *timeline* do Facebook. Achei curioso e ao mesmo tempo provocador o que eu passava a observar naquele momento: a publicação e o compartilhamento de fotos de mulheres que traziam grafadas em seus corpos ou em cartazes a frase “Eu não mereço ser estuprada”.

A partir desse momento e ao longo dos meses que se seguiram, após eleger a produção discursiva acerca da mobilização como objeto empírico de investigação, dediquei-me à observação e à coleta de dados, bem como à busca de bibliografias que auxiliassem a compreensão do fenômeno. Este fenômeno dizia respeito à emergência de uma mobilização social que se articulava nas redes digitais e parecia ter um poder de afetação tamanho que conseguia fazer com que mais e mais mulheres ingressassem no protesto. Naquele mesmo período, realizava leituras iniciais sobre midiatização e, a cada texto discutido nas aulas e em grupo de pesquisa, as propostas teóricas estudadas dialogavam e pareciam colaborar no processo de compreensão acerca do protesto. Percebi, então, que estava diante de um objeto que merecia um olhar mais acurado.

A partir daquele momento, iniciei o percurso de investigação, buscando enfatizar as questões comunicacionais comportadas pela situação em estudo. Como atenta Braga (2010), há uma necessidade de interrogar os objetos investigados a partir de um enfoque comunicacional, ou seja, elaborar perguntas propriamente comunicacionais sobre os fenômenos, a fim de superar a noção de interdisciplinaridade que ainda caracteriza a Comunicação para avançar na delimitação e constituição desta enquanto uma disciplina com aportes teórico-metodológicos próprios.

O esforço de tornar o mais inteligível possível o desenvolvimento deste trabalho fez com que optássemos por apresentar as proposições de ordem teórico-metodológica já nesta

¹³ Sinalizamos que tomamos a liberdade de utilizar, nestes primeiros parágrafos de abertura do capítulo, os verbos conjugados na primeira pessoa do singular, por entendermos que este primeiro contato com o objeto foi um processo de observação realizado pelo mestrando e, logo, descrito aqui de forma pessoal. Mesmo este uso não sendo frequente em textos acadêmicos e científicos, julgamos apropriado para essa parte do texto em especial. No restante da dissertação, optamos pelo uso da primeira pessoa no plural, a partir da compreensão de que este texto é construído também pelo trabalho de orientação.

primeira parte. Este capítulo, portanto, apresenta o desenho da pesquisa, a aproximação ao caso, as escolhas feitas nesse percurso, os procedimentos metodológicos e a delimitação das unidades de análise. A apresentação do modo como esta pesquisa se desenhou foi a forma que encontramos para fazer com que o leitor caminhe conosco pelas etapas que constituem este estudo, seguindo a cronologia do processo de descobertas e tomada de decisões que construíram a investigação.

As pesquisas sobre as transformações decorrentes do processo de mediação apontam para dificuldades no nível metodológico, porquanto o objeto de pesquisa em questão é o próprio processo da mediação (GOMES, 2004). O estudo de um fenômeno em sua processualidade fez com que buscássemos percorrer um caminho que não se limitasse a apenas uma técnica de investigação, fazendo-nos construir um percurso metodológico que nos possibilitasse compreender a complexidade que caracteriza uma sociedade em que instituições, atores e práticas se relacionam e se afetam sob a articulação de uma cultura midiática (FAUSTO NETO, 2008). Desse modo, a observação sistemática da realidade empírica do objeto nos ajudou a tomar as decisões de percurso que regem os recortes, as categorizações e os acionamentos teóricos que fundamentam a pesquisa.

Durante o processo de construção metodológica, percebemos que um método linear de investigação não daria conta da complexidade do acontecimento estudado. Para apreensão do fenômeno, optamos por lançar mão de métodos de pesquisa que não ignorassem as possibilidades de combinação. Dessa forma, a investigação desenvolve-se como um Estudo de Caso (BRAGA, 2008; DUARTE, 2006; YIN, 2010), especificamente um caso midiático (FORD, 1999), articulado ao aporte da semiologia dos discursos sociais (PERUZZOLO, 2004; PINTO, 2002; VERÓN, 2005), na qual encontramos subsídios teóricos e metodológicos para analisarmos as estratégias discursivas produzidas por mídias, campos e atores sociais.

Ao investigar as estratégias discursivas acionadas pelos atores para construir um acontecimento em ambientes digitais, no contexto da mediação, propomos um estudo que visa, sobretudo, aprofundar o conhecimento acerca de determinado fenômeno – no caso, a mobilização *Eu não mereço ser estuprada* – e apontar pistas do que torna tal acontecimento singular. Por isso, o estudo de caso apresentou-se como um caminho eficaz para a realização da pesquisa, visto que este método tem como objetivo a intensa exploração do caso em estudo e o aprofundamento de um fenômeno específico.

Desse modo, este capítulo estrutura-se em três momentos. Primeiro, apresentamos o caso, a mobilização *Eu não mereço ser estuprada*, traçando os caminhos que nos levaram a

ele e contextualizando o cenário em que se desenvolveram as ações de protesto referentes à mobilização. Esta parte mostra, assim, nossa aproximação ao caso de estudo.

Num segundo momento, detalhamos a pesquisa exploratória realizada no início do trabalho, mostrando o percurso realizado e apresentando os dados obtidos nessa primeira fase de investigação. Os dados coletados ajudam a construir o *corpus* de análise, a partir da delimitação do que será investigado, bem como dão suporte para a primeira fase analítica sobre a circulação do acontecimento. Ainda nesta seção, explicamos o que é a técnica de observação em redes sociais digitais, especificamente a observação encoberta não participativa (JOHNSON, 2010), que foi o tipo de observação realizada no grupo de discussão no Facebook.

Em seguida, já realizada a pesquisa exploratória e com a delimitação do *corpus*, apresentamos reflexões teóricas que guiam nosso método: o estudo de caso. Sinalizamos uma característica do caso, que é o seu caráter midiático, buscando discutir não apenas as proposições referentes ao estudo de caso de modo geral, mas especificamente quanto às investigações que utilizam este método para analisar casos midiáticos (FORD, 1999), a partir de uma perspectiva de enfoque comunicacional, com base no paradigma indiciário (BRAGA, 2008). Na parte final desta seção, discorremos sobre a interpretação dos dados coletados, que se dá através da análise semiológica dos discursos. Apresentamos assim os passos metodológicos para a análise das estratégias discursivas, com foco no dispositivo de enunciação (VERÓN, 2005).

1.1 *EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRADA: APROXIMAÇÃO AO CASO*

Como dito no início deste capítulo, algo despertou a minha atenção enquanto navegava pelo site de rede social Facebook: a proliferação de imagens de mulheres que traziam grafadas em seus corpos ou em cartazes a frase “Eu não mereço ser estuprada”. Era noite do dia 28 de março de 2014. Naquele mesmo dia, ainda pela manhã, havia lido uma notícia que trazia a seguinte manchete: “Para 65%, mulher que mostra o corpo merece ser atacada, diz pesquisa”¹⁴. A notícia, veiculada pelo site do jornal Folha de São Paulo no dia 27 de março de 2014, foi compartilhada no Facebook, site de rede social através do qual tivemos

¹⁴ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1431871-para-65-mulher-que-mostra-o-corpo-merece-ser-atacada-diz-pesquisa.shtml>. Acesso: 1 jun. 2015.

acesso a ela¹⁵. Segundo a matéria, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) havia divulgado naquele dia uma pesquisa do Sistema de Indicadores de Percepção Social¹⁶, realizada em 2013, sobre a tolerância social à violência contra a mulher. A notícia destaca, já em seu título, um dos dados apresentados pelo relatório: a maioria dos entrevistados concordava com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”.

A matéria ainda apontava para um paradoxo: 90% dos entrevistados concordava que “homem que bate na esposa tem que ir para cadeia”, no entanto, mais da metade ainda considerava a mulher responsável pelo abuso sofrido. Como concluía o relatório da pesquisa, “no que toca à violência sexual, a maioria das pessoas continua a considerar as próprias mulheres responsáveis, seja por usarem roupas provocantes, seja por não se comportarem ‘adequadamente’ – o que geralmente quer dizer ‘como uma respeitável mãe de família’” (IPEA, 2014, p. 25).

Dois cliques bastaram para entender que o protesto que se desenhava na ambiência digital era uma resposta aos dados divulgados pela pesquisa do Ipea e, mais especificamente, a uma “cultura do estupro”, que culpabiliza a vítima. O protesto foi iniciado pela jornalista Nana Queiroz, que publicou no Facebook uma foto sua, em frente ao Congresso Nacional, seminua, cobrindo os seios e com a frase “não mereço ser estuprada” escrita nos braços (Figura 1). A personagem que desencadeia o protesto utiliza estrategicamente o mesmo verbo enunciado pela pesquisa do Ipea: “merecer”, o que discursivamente busca atrelar e promover conexões com aquilo que fora dito.

Após a publicação de sua foto, a jornalista criou um evento¹⁷ no Facebook, em que convidava mulheres a publicarem em seus perfis pessoais fotos semelhantes à dela: “A ideia é que a gente tire a roupa e se fotografe, da cintura para cima, com um cartaz tampando os seios com os dizeres ‘Eu também não mereço ser estuprada’ e postemos, todas juntas, ao

¹⁵ Destacamos o modo como a notícia chegou até nós por uma questão especial: segundo pesquisa divulgada pela agência norte-americana Quartz, o Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking dos países que mais consomem notícias pelo Facebook. Esses dados apontam para outra problemática de estudos, que se refere à transformação dos fluxos informativos e a necessária e consequente formulação de estratégias por parte dos veículos de comunicação, com vistas a uma melhor apropriação dos recursos da internet e das redes sociais digitais. Fonte: <http://observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/cerca-de-70-dos-brasileiros-se-informam-pelo-facebook/>. Acesso: 1 jun. 2015.

¹⁶ Segundo o relatório do Ipea (2014, p. 2), “O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) é uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independentemente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações”. A pesquisa abrangeu todas as unidades da federação, sendo realizada em 3.809 domicílios, em 212 municípios, entre os meses de maio e junho de 2013.

¹⁷ O evento foi cancelado algum tempo depois, por isso não disponibilizamos o link para acesso. No entanto, as discussões que vinham sendo realizadas no evento migraram para outro espaço, o grupo *Eu não mereço ser estuprada*@ [OFICIAL], que será descrito e analisado neste trabalho.

mesmo tempo, online”. As mulheres deveriam tirar suas fotos vestindo o que lhes deixasse à vontade, como exemplificava Nana na publicação que incentivava a participação: “de burca, de roupa de futebol ou de biquíni”. A partir do enunciado escrito no próprio corpo, Nana propõe discursivamente como as outras participantes podem se inserir no protesto: “eu também”, ou seja, ela assume a liderança do ato e convida as demais a se somarem à causa através do advérbio “também”. Dessa forma, ela demarca discursivamente o seu lugar nessa cadeia significativa: Nana desencadeia um ato discursivo que depois toma rumos incertos e percorre fluxos distintos a partir da apreensão e ressignificação por outros atores sociais.

Figura 1: Foto de Nana Queiroz que se tornou símbolo do protesto.



Fonte: Facebook/Reprodução.

O protesto repercutiu e não se restringiu apenas ao Facebook, espalhando-se para outras ambiências digitais (Twitter, Tumblr, Instagram, blogs). Os sites das organizações

midiáticas tradicionais também passaram a dar visibilidade para o protesto, publicando matérias jornalísticas sobre a mobilização anti-estupro que se organizava pelas/nas redes digitais naquele momento. O protesto tornou-se pauta midiática nos meios mais tradicionais de comunicação. Dando à mobilização contornos narrativos próprios do jornalismo convencional, em que se dá visibilidade a personagens, as matérias focavam-se em Nana Queiroz como ator responsável pela mobilização e sinalizavam para o potencial das redes sociais digitais na articulação de manifestações coletivas do mesmo tipo.

Casos como esse são cada vez mais comuns na contemporaneidade. Cresce o número de mobilizações – em suas mais diversas intenções, de correntes que visam o entretenimento a campanhas coletivas globais de caráter social – engendradas no âmbito das redes digitais, articuladas pelo suporte das tecnologias da comunicação. Cria-se nesse ambiente das redes sociais o que Recuero (2014, p. 17) chama de uma “conversação em rede”, ou seja, uma “nova ‘forma’ conversacional, mais pública, mais coletiva”. Essa conversação, que nasce da interação de indivíduos interconectados, é o que constrói a rede social. Para além de questões estritamente ligadas ao aparato tecnológico, compreende-se que são os interagentes que, a partir de sua inventividade, modos de apropriação e estratégias discursivas singulares, constroem um corpo significativo (PERUZZOLO, 1994).

Percebemos, assim, que uma mobilização amparada por discursos característicos dos movimentos feministas se articulava na rede. O modo como o caso irrompeu e os seus desdobramentos levaram-me a enxergá-lo como um possível objeto de investigação. O primeiro passo foi, portanto, realizar uma pesquisa exploratória sobre a mobilização. Essa exploração inicial, como assevera Gil (2008, p. 27), é de suma importância para “desenvolver, esclarecer, e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis”. Assim, lançamos um olhar panorâmico sobre o acontecimento, na busca de indícios e pistas que nos auxiliassem a construir a pesquisa.

Esse processo de construção não foi – e, dada a complexidade do objeto em questão, nem poderia ter sido – linear. A pesquisa exploratória realizada nos meses subsequentes ao protesto nos apresentou universos distintos, apontando para diversas questões que ainda careciam de respostas e nos instigavam a ir além. Como é próprio da rede, uma informação levava a outra e o mapeamento nos mostrava inúmeras conexões entre os materiais que estavam sendo coletados.

Emergiu, assim, a necessidade de formular questões que ressaltassem o que havia de comunicacional no objeto em observação. Sem dúvida, o fenômeno poderia ser estudado a partir de diferentes perspectivas, oriundas inclusive de outras áreas do conhecimento. O que

buscamos, no entanto, e seguindo algumas orientações de Braga (2008, 2010), foi priorizar o enfoque comunicacional, não desconsiderando os ângulos de outras perspectivas teóricas (sociológicas, antropológicas, psicológicas, linguísticas), mas formulando questões propriamente comunicacionais. Desse modo, a primeira pergunta que surgiu foi, obviamente, “o que há de comunicacional neste objeto?” Restringindo ainda mais o questionamento: “o que há de midiático nesta mobilização?” ou “de que modo as lógicas midiáticas afetam e codeterminam o fenômeno em observação?”. Essas questões dizem respeito ao primeiro passo de um estudo de caso, que exploraremos mais adiante, referente a construções de questões que ajudem a delimitar o universo de investigação.

A partir de inferências oriundas dos questionamentos, construímos nosso problema de pesquisa, que tem a noção de acontecimento midiático como eixo norteador. Entendendo que estávamos diante de um acontecimento singular e buscando investigar a sua constituição no ambiente digital, elegemos a mobilização *Eu não mereço ser estuprada* como objeto de estudo desta pesquisa.

Até aqui, buscamos apresentar o modo como conhecemos o objeto, ou ainda, o modo como o objeto chegou até nós. Na sequência, descrevemos os procedimentos da pesquisa exploratória, que, como já dito, foi o passo inicial da pesquisa. O desenvolvimento desse primeiro olhar para o objeto ajudou a construir o *corpus* da pesquisa, que será delimitado no texto que segue.

1.2 PESQUISA EXPLORATÓRIA: A CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

A pesquisa exploratória teve início com a busca em ambientes online de informações e conteúdos que se relacionassem à mobilização *Eu não mereço ser estuprada*. A procura foi realizada no site do Google¹⁸, principal buscador de internet no mundo, e também nas ferramentas de busca do Facebook e do Twitter, os dois principais sites de redes sociais do país. Quanto à pesquisa no buscador do Google, fizemos uma coleta do material encontrado que fizesse menção à mobilização (notícias, entrevistas, reportagens, artigos, galerias de fotos, vídeos). A busca nas redes sociais digitais também nos direcionou para muitos materiais produzidos pela mídia tradicional, a partir dos links compartilhados pelos atores na rede, bem como para conteúdos produzidos pelos próprios atores.

¹⁸ <https://www.google.com.br>.

A pesquisa exploratória nos apresentou um universo vasto de materiais referentes à mobilização que se desenhava nas redes sociais digitais. A partir dessa primeira coleta de materiais, começamos a fazer inferências que ajudaram a delinear as proposições de pesquisa. Partimos da premissa de que a mobilização estudada possuía um caráter acidental, ou seja, possuía características de um acontecimento. No entanto, algo a diferenciava dos acontecimentos midiáticos sobre os quais tínhamos conhecimento, já amplamente estudados pelas pesquisas circunscritas aos estudos de jornalismo: o *Eu não mereço ser estuprada* não estava sob a égide da mídia tradicional, mas se desenvolvia a partir de lógicas empreendidas pelos atores interconectados em ambientes digitais. Além disso, o modo como a mobilização se constituía nas redes digitais correspondia ao que estudos do campo apontam como sintomas de um processo de mídiatização da sociedade.

Mesmo tendo como foco da pesquisa a emergência da mobilização no ambiente digital, buscamos também perceber se essa mobilização tinha sido pautada pelas mídias tradicionais de comunicação, visto que o acontecimento emerge nas redes sociais digitais, mas não se restringe apenas a esse ambiente, tampouco à cobertura da mídia digital ou de jornalistas independentes. Assim, fomos atrás do conteúdo da mídia impressa. As informações coletadas ajudariam a contextualizar o acontecimento e, também, a perceber os fluxos de circulação que vão além do ambiente digital.

Das quatro revistas semanais de informação brasileiras, por exemplo, apenas *Época* apresentou reportagens que iam além do caso, buscando desdobramentos para aprofundar a temática, com depoimentos de mulheres que sofreram abuso, trazendo dados de pesquisas que apontam a violência contra a mulher como um problema ainda muito presente em nossa sociedade e “desdobrando” a pauta em outras matérias secundárias, como reportagens sobre grupos feministas que se organizam nos sites de redes sociais para evitar o estupro¹⁹. As outras três revistas – *Carta Capital*, *Veja* e *IstoÉ*²⁰ – apenas mencionam a mobilização em notas informativas, mas não aprofundam o caso. Alguns blogueiros vinculados ao site da revista *Veja*²¹, todavia, comentam o caso em seus artigos na semana subsequente à manifestação.

¹⁹ As matérias citadas podem ser acessadas na versão online da revista, nos endereços: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/04/mulheres-que-usam-roupas-que-mostram-o-corpo-merecem-ser-atacadas.html>; <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/b-culpa-e-delas-e-o-que-pensam-os-brasileiros-sobre-violencia-contramulher.html>; e <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html>. Acesso: 1 jun. 2015

²⁰ Referimo-nos as edições das revistas publicadas na primeira semana de abril de 2014.

²¹ Os artigos referidos podem ser acessados pelos seguintes links: <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/cultura/a-culpa-do-estupro-nao-e-da-mulher-mas-a-da-confusao-e-da-pesquisa-do-ipea-essa-sim-merece-ser-atacada/>; <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/cultura/reportagem-nao-fantastico-faz-propaganda->

A pesquisa exploratória em revistas brasileiras segmentadas que costumam tratar de temas contemporâneos revelou que o caso não foi pautado nesses veículos, tendo sido encontrada apenas uma nota sobre a campanha no site da revista Tpm²², publicação direcionada ao público feminino e que, por sua linha editorial, tem o costume de apresentar reportagens que discutem temáticas relacionadas a pautas feministas. Muitos blogs, no entanto, principalmente aqueles focados na discussão de temáticas e acontecimentos atuais, pautaram o protesto e ajudaram na construção do debate ao fazer circular diferentes opiniões e abordagens sobre a mobilização²³.

Desse modo, a pesquisa exploratória nos levou ao mapeamento do que entendemos como três espaços que visibilizaram a mobilização *Eu não mereço ser estuprada* no ambiente digital: mídia tradicional (sites pertencentes a veículos de organizações jornalísticas), blogs (independentes ou vinculados a portais de informação) e sites de redes sociais (especificamente, Facebook e Twitter). Com isso, tínhamos a ideia geral dos espaços midiáticos por onde a mobilização circulou.

De início, pensamos em focar a análise no modo como o jornalismo tematizou a mobilização estudada. No entanto, percebemos que isso nos direcionava para um caminho já percorrido por pesquisadores que investigam a construção dos acontecimentos jornalísticos, a partir de análises baseadas na construção midiática de determinados eventos. A validade das pesquisas com esse enfoque é indubitável, visto que essas investigações nos mostram os modos pelos quais a mídia constrói os acontecimentos e oferta sentidos sobre determinados temas sociais, pautando discussões relevantes na esfera pública. Seguir esse caminho, todavia, descolaria esta pesquisa da principal inquietação que nos move: compreender a construção de um acontecimento que foge às regulações da mídia tradicional e se constitui a partir da circulação de sentidos ofertados não só pelo jornalismo, mas também, e principalmente, pelos atores envolvidos na mobilização.

Destarte, delimitamos o espaço das redes sociais digitais como universo de nossa pesquisa empírica. Especificamente, elegemos o Facebook como esse espaço de investigação,

[da-campanha-eu-nao-mereco-ser-estuprada-e-da-pesquisa-do-ipea/](http://www.ipea.org.br/da-campanha-eu-nao-mereco-ser-estuprada-e-da-pesquisa-do-ipea/); <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/cultura/o-relatorio-moura-brasil-sobre-a-pesquisa-fajuta-do-ipea-e-a-cabeça-dos-ativistas-e-nao-e-que-os-especialistas-de-verdade-concordam-comigo-ai-que-chato-manchetes-comprovam-verbo-atacar-nao/>; <http://veja.abril.com.br/blog/felipe-moura-brasil/cultura/pais-de-estupradores-uma-ova-ipea-admite-que-eu-estava-certo-ai-que-chato-maioria-discorda-de-ataques-as-mulheres-so-falta-o-instituto-os-jornais-a-tv-e-os-ativistas-admitirem-o-prose/>; <http://veja.abril.com.br/blog/fazendo-meu-blog/comportamento/eu-nao-mereco-ser-estuprada/>. Acesso em: 1 dez. 2015.

²² Disponível em: <http://revistatpm.uol.com.br/so-no-site/notas/naomerecoserestuprada.html>. Acesso em: 1 jun. 2015.

²³ O detalhamento e a sistematização do material coletado na pesquisa exploratória serão feitos na seção 3.1.

visto que o protesto se inicia nessa rede social digital. Assim, nosso próximo passo metodológico foi mapear²⁴, através de uma busca no próprio site, os espaços do sistema do Facebook em que a mobilização circulava, identificando os grupos, as páginas e o evento inicial sobre a mobilização.

Encontramos 40 páginas²⁵ e 20 grupos²⁶ de discussão intitulados “Eu não mereço ser estuprada” (ou algo semelhante). Percebemos que essas páginas e grupos haviam sido criados no momento da eclosão do protesto, por diferentes atores que se sentiram envolvidos com a mobilização. A criação desses espaços, todavia, não garante a adesão dos interagentes, por motivos variados: pouca divulgação da página/grupo, originalidade, conteúdo dos materiais postados, entre outros.

De todo modo, deparamo-nos com um grande volume de material no Facebook referente à mobilização nessas páginas e grupos. Sem contar que não conseguimos apreender – por uma limitação do próprio sistema de buscas e da política de privacidade do Facebook – o material que circulava a partir das publicações feitas pelos atores em seus perfis pessoais em sua totalidade. Diante desse vasto material, começamos o processo de delimitação do *corpus*. O recorte foi feito com base em dois critérios principais: a) número de curtidas (nas páginas) e de membros (nos grupos) e b) permanência de atividade nos meses subsequentes ao protesto.

A utilização desses critérios se deu, especialmente, pela percepção de que a maioria desses espaços já não possuía mais atividades (publicação de conteúdo ou interação entre os membros), bem como ao fato de ser pequeno o número de pessoas vinculadas a eles. Ao mesmo tempo que compreendíamos a importância da criação desses espaços, por sinalizarem a atividade dos atores e sua inserção na mobilização, entendíamos a necessidade de fazer os recortes nesse universo, a fim de tornar a pesquisa viável – caso contrário, executá-la seria um trabalho árduo que excederia o tempo de dois anos de um mestrado.

Desse modo, delimitamos o *corpus*, inicialmente, em três páginas e um grupo no Facebook. Duas das páginas selecionadas no mapeamento intitulam-se “Eu não mereço ser

²⁴ Essa pesquisa foi realizada no dia 20 jun. 2014.

²⁵ De acordo com o Glossário de Termos do Facebook, as páginas “ajudam empresas, organizações e marcas a compartilharem suas histórias e se conectarem com as pessoas” (GLOSSÁRIO, 2015). As informações disponibilizadas nas páginas são públicas e podem ser acessadas por qualquer pessoa que possua um perfil no site. Do mesmo modo, as pessoas, por meio de seus perfis, podem estabelecer vínculos com a página, “curtindo” e recebendo em seu *feed* de notícias as publicações da página.

²⁶ Os grupos do Facebook são espaços de interação que reúnem integrantes da rede social por algum tipo de interesse em comum. São mais próximos à ideia de fórum de discussão. Há três tipos de grupos: abertos (qualquer um pode entrar ou ver as publicações, mesmo não sendo participante), fechados (qualquer um pode pedir para fazer parte, mas as publicações são fechadas para quem não for aceito no grupo) e secretos (para fazer parte, é preciso de um convite; não é um grupo que possa ser achado pela busca). Segundo o Glossário de Termos do Facebook, os grupos “oferecem um espaço fechado para pequenos grupos de pessoas se comunicarem sobre interesses em comum”.

estuprada”. A primeira²⁷ com mais de 40 mil curtidas e a segunda²⁸ com mais de 18 mil. Esta última é uma página criada pela própria organizadora do evento/protesto, Nana Queiroz. A terceira página intitula-se “Projeto Fênix”²⁹ e possui 720 curtidas. A escolha desta última página não seguia os critérios estabelecidos. Ela entrou no projeto durante a exploração do campo, quando, em contato com uma das moderadoras do evento, soubemos de sua existência e de sua função: a página foi criada na primeira semana do protesto para agregar relatos de vítimas de estupro.

No entanto, ao observar mais detidamente esses quatro espaços (as páginas e o grupo) e considerando o tempo estabelecido para a realização da pesquisa de mestrado, optamos por excluir da análise as páginas desse *corpus*³⁰, delimitando e priorizando, assim, o grupo de discussão. Essa delimitação surgiu também a partir do que formulamos como problema de pesquisa. A questão norteadora aponta para o modo como as estratégias discursivas constroem o acontecimento midiático a partir da mobilização. Analisar as estratégias produzidas pelos atores nesses quatro espaços demandaria um trabalho hercúleo e a escolha do grupo pareceu a que melhor atenderia a nossos objetivos de investigação. Assim, a escolha por delimitar o *corpus* de análise no grupo de discussão deu-se pelo fato de ele reunir um expressivo número de integrantes, pela variedade de material em circulação no grupo – em sua maioria o mesmo que circulava pelas páginas – além de encontrarmos no grupo interações entre os atores, propiciadas pelo próprio caráter de fórum de discussão que rege o espaço. Ademais, os grupos de discussão podem ser encarados como microssistemas cujo funcionamento se assemelha ao do macrossistema que integra, o Facebook. Desse modo, partimos da hipótese de trabalho de que, ao investigar esse microssistema, poderemos perceber dinâmicas semelhantes às que ocorrem no macrossistema.

O grupo de discussão que compõe o *corpus* intitula-se *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*³¹. Ele foi escolhido por ser o único dos grupos que ultrapassa o número de mil membros, contando com 6.995 integrantes, além do fato de o grupo continuar em funcionamento até a finalização do processo de observação deste trabalho, com atualizações

²⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/diganaoamachismo?ref=br_rs. Acesso: 1 jun. 2015.

²⁸ Disponível em: https://www.facebook.com/EuNaoMerecoSerEstuprada?ref=br_rs. Acesso: 1 jun. 2015.

²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Projeto-F%C3%AAnix/497638577007387?fref=ts>. Acesso: 1 jun. 2015.

³⁰ As três páginas que inicialmente seriam analisadas não vão integrar o *corpus* no qual empreenderemos a análise semiológica. Todavia, a descrição dessas páginas estará presente na primeira etapa de análise, pois elas auxiliam a entendermos os fluxos de circulação do acontecimento no ambiente digital. Por conta disso, não nos deteremos na descrição detalhada dessas páginas neste momento.

³¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/eunaomerecoserestuprada/?fref=ts>. Acesso: 1 jun. 2015.

diárias e discussões de temas relacionados ao estupro e outras temáticas que envolvem a luta dos movimentos feministas.

Aliás, algo interessante de se observar no grupo – e também nas páginas que citamos anteriormente – é o fato de as atividades não terem cessado pouco depois da eclosão do protesto. Pelo contrário, eles se tornaram espaços de divulgação de assuntos relacionados à mulher e à violência de gênero, especialmente o grupo, que por suas lógicas de funcionamento, permite um debate mais amplo e uma interação mais próxima entre os membros³².

Após a apresentação do modo como a pesquisa exploratória se desenvolveu, surge a necessidade de se discutir a técnica utilizada para a observação do grupo. Durante nove meses, observamos as discussões dos atores no *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*. Essa experiência, assim como as escolhas e constrangimentos da técnica de observação são tema da subseção seguinte.

1.2.1 Observação em redes sociais na internet

Logo que iniciamos a pesquisa exploratória, foi possível notar que havia uma variedade de conteúdos relacionados à mobilização estudada circulando nos sites de rede social, especialmente no Twitter e no Facebook. A busca pela *hashtag*³³ do protesto #EuNãoMereçoSerEstuprada possibilitou o resgate de inúmeros materiais produzidos e postos a circular pelos atores nas redes – textos escritos e imagéticos, vídeos e montagens. Os fluxos, no entanto, pareciam contínuos e dispersos. Foi nesse momento que começamos a perceber a importância de uma discussão sobre a circulação, sobretudo porque o acontecimento na sociedade em vias de mediação não está estanque, não tem demarcado um início e um fim, mas espraia-se para diferentes ambiências, modifica-se a cada nova apropriação.

Como já pontuamos, a partir dessa coleta do material que circulava nas redes, fomos delimitando nossos espaços de observação até chegar ao grupo *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*. A seleção deste espaço para observar a interação entre os atores abriu novos horizontes para compreendermos o modo como a mobilização se organizava e, obviamente, os contornos que aqueles atores, envolvidos e afetados pelo protesto, davam ao acontecimento que emergia na tessitura das redes.

³² Essas lógicas e mecanismos de funcionamento serão melhor abordadas na análise do grupo, na seção 3.2 deste trabalho.

³³ Filtro que reúne os conteúdos compartilhados sobre o mesmo tema. Simbolizado por “#”.

Desse modo, passamos a observar o grupo e a coletar material para a análise – com o intuito de mapearmos as estratégias discursivas produzidas pelos atores naquele espaço de interação a fim de entendermos a construção do acontecimento midiático. O período de coleta compreende nove meses, tendo início no dia da criação do grupo (31 de março de 2014) e finalizando no dia 31 de dezembro de 2014. A escolha do período para a coleta foi, de certo modo, arbitrária, mas tínhamos como objetivo acompanhar, durante aquele ano de 2014, o desenvolvimento das discussões do grupo, sem ainda ter delimitado exatamente quais publicações seriam efetivamente analisadas. Sabíamos, no entanto, que seria impossível analisar todas as publicações desses nove meses, visto que, ao final da coleta, tínhamos 1.412 postagens. Por fim, selecionamos as postagens do primeiro mês de existência do grupo para analisar algumas estratégias discursivas desenvolvidas pelos atores naquele ambiente.

Durante a observação do grupo, muitas foram as questões que surgiram referentes aos procedimentos metodológicos para realizar uma investigação científica na internet. Deparamo-nos com dificuldades próprias de quem precisa observar um universo em constante movimento, onde transformação é a palavra de ordem:

A internet é um universo de investigação particularmente difícil de recortar, em função de sua escala (seus componentes contam-se aos milhões e bilhões), heterogeneidade (grande variação entre as unidades e entre os contextos) e dinamismo (todos os elementos são permanentemente passíveis de alteração e a configuração do conjunto se modifica a cada momento) (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2013, p. 55).

Pela amplitude de material e dificuldade de recorte, passamos também a pensar de que modo nossas escolhas metodológicas davam conta de investigar esse universo, afinal, concordamos que “é preciso repensar práticas metodológicas tradicionais que não dão conta de explicar a natureza fluída, complexa e multifacetada das relações sociais presentes na Internet” (JOHNSON, 2010, p. 21). Desse modo, a observação sistemática do grupo passou a ser um caminho profícuo para compreender as lógicas de organização dos atores e, especialmente, para a coleta do material empírico para análise.

Assumimos uma perspectiva relacional da análise da rede social com a preocupação de não priorizar aspectos estruturais dessas redes – que de certo modo estão contemplados no estudo, com olhar que lançamos aos mecanismos de funcionamento do grupo –, mas sem esquecer que a relação se estabelece nesses espaços em decorrência da (inter)ação dos atores envolvidos. Buscamos fugir, assim, da dicotomia que se apresenta em algumas investigações, entre estrutura e agência, que acaba por negligenciar “os processos, as dinâmicas e dimensões

das interações sociais que em muitos momentos seguem regras e determinações, mas que também são mutáveis, fluidos, descontinuados, indeterminados e contingentes” (JOHNSON, 2010, p. 25).

Ao nos colocarmos como observadores da semiose social, é importante também pensarmos que posição é essa que ocupamos. Verón (2013) defende a necessidade de uma epistemologia dos observadores, ao reconhecer os diferentes níveis de observação implicados nesse processo. O autor afirma que, nas Ciências Sociais, a observação indireta é a prática mais comum, ou seja, a observação de produtos (sejam eles mediatizados ou não) resultantes da exteriorização dos processos mentais (VERÓN, 2013, p. 404). Quando observamos os atores sociais, colocamo-nos como observadores de segundo grau (LUHMANN, 2010), observando atores que são também observadores. Ao mesmo tempo, observamos a nós mesmos e somos observados, criando novos níveis desse processo.

O que se observa, todavia, são os signos materializados, fragmentos da semiose que, como diz Verón (2013), são superfícies discursivas híbridas. Os rastros deixados por essas operações discursivas são produtos de interpenetrações (LUHMANN, 2010) e, logo, para sua identificação, é necessário olhar para a posição que o observador ocupa. A seleção dos conteúdos para análise se dá, assim, como resultado desse processo de observação das interações dos atores sociais em rede (no grupo) e dos enunciados coletados nos diferentes ambientes.

O grupo *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]* é fechado, ou seja, só quem integra o grupo tem acesso às publicações. Para fazer parte dele, é preciso enviar uma solicitação aos moderadores, que podem aceitar ou recusar o pedido, com base nas regras estabelecidas dentro do grupo³⁴. Em grupos ou fóruns de discussão sobre temáticas delicadas, em que há a presença de relatos da ordem do íntimo, como no grupo estudado, é comum haver um controle no acesso e criação de filtros para publicação de conteúdo.

A aceitação no grupo se deu mediante combinação com uma moderadora, a partir de uma conversa que se desenvolveu no próprio *chat*³⁵ do Facebook, após a explicação sobre os objetivos da pesquisa e a intenção de acompanhar as publicações e observar as interações. Entendemos que a presença de um pesquisador no grupo de discussão poderia inibir a participação dos atores e, de alguma forma, influenciar nas interações entre eles. Por isso,

³⁴ Cada grupo no Facebook possui regras próprias para a aceitação de membros, estabelecidas, em geral, pelos moderadores, com base nas temáticas e finalidades do fórum de discussão. Quanto às regras de participação no grupo *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*, ver capítulo 3.

³⁵ O *chat* do Facebook é um sistema de bate-papo, com troca de mensagens instantâneas entre os interagentes no site.

optamos por realizar uma observação encoberta não participativa, que “representa a situação em que a função do pesquisador é apenas observar, mas os sujeitos sob observação não sabem que estão sendo estudados” (JOHNSON, 2010, p. 63). Essa técnica é conhecida como “lurking” (do inglês ‘ficar à espreita’), denominação que caracteriza o pesquisador silencioso (BRAGA, 2006).

A escolha desse método não-obstrutivo de participação evita possíveis distúrbios no funcionamento do grupo, mas também levanta questões éticas que devem ser problematizadas. Como apontam Fragoso, Recuero e Amaral (2013, p. 21), fazer pesquisa na / através de / a respeito da internet “reposiciona uma série de dilemas éticos”, que se referem, sobretudo, à distinção entre o que é ou não público nos ambientes digitais.

Elm (2009) apresenta uma classificação dos ambientes online, dividindo-os em quatro níveis de privacidade. Segundo a autora, um ambiente é a) público, quando aberto e disponível a todos na rede, b) semipúblico, quando demanda cadastro para participação, c) semiprivado, quando requer convite ou aceitação da instância moderadora, e d) privado, quando a aceitação requer uma autorização direta. Essa classificação dialoga com a própria divisão do Facebook para os seus grupos (abertos, fechados e secretos). Partindo dessa classificação, podemos considerar o *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]* como um grupo semiprivado, visto que é necessário enviar um pedido de solicitação aos moderadores para ingressar nele.

Entretanto, essas classificações não são suficientemente claras. Há diferentes percepções do que possa ser público e privado no ambiente online e o pesquisador que busca realizar uma investigação qualitativa precisa estar atento ao modo como conduzirá sua observação e ao tratamento dos dados coletados. Ess (2009) aponta a necessidade de se atentar para as diferenças culturais e geracionais na compreensão do que é privacidade e do valor que a ela é conferido. Um grupo de discussão, como o estudado, abrange uma variedade de pessoas, de diferentes faixas etárias e de contextos socioculturais que podem ser bem distintos. Logo, o entendimento daquele espaço e do que é publicado nele enquanto público ou não pode, muito provavelmente, variar de pessoa para pessoa.

A opção por um método não-obstrutivo de observação traz consigo a necessidade de se pensar o modo como os dados que foram coletados serão analisados e apresentados para os leitores (JOHNSON, 2010). Como não houve o consentimento dos membros do grupo para a utilização de suas falas, é preciso resguardar a identidade dos envolvidos. Por conta disso, as análises desta dissertação não trazem a identificação de quem escreveu a publicação ou o

comentário no grupo. Exatamente por isso, evitamos também a utilização de *prints*³⁶ das conversações, optando por transcrever as falas e identificá-las apenas pelo código E(x), em que E é referente a enunciado e x varia conforme a numeração que daremos a eles, por exemplo, E(09).

Acreditamos que a omissão da identificação dos atores em nada influencia a análise das estratégias discursivas, visto que o objetivo do trabalho não é compreender as especificidades das interações entre determinados indivíduos no grupo – em que a identidade deles seria, assim, importante de se marcar –, mas sim entender o modo como esses atores, enquanto coletivo reunido em torno de uma causa comum, articulam-se e fazem circular sentidos sobre um acontecimento em construção. Ademais, consideramos também a delicadeza do tema que é posto em discussão pelos interagentes no grupo: o estupro e, de modo mais amplo, as diversas formas de violência contra as mulheres. Compreendemos que as discussões giram em torno dessa temática, que se relaciona a memórias íntimas e doloridas. Sendo assim, a ocultação da identidade dos atores que interagem no grupo torna-se ainda mais necessária. Explicitadas as questões referentes à observação sistemática realizada no percurso desta pesquisa, passamos para a apresentação do método de estudo de caso.

1.3 ESTUDO DE CASO MIDIÁTICO

Há diferentes definições para o método “estudo de caso”. Partimos do que propõe Robert Yin (2010), que conceitua o método como “uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas” (YIN, 2010, p. 32). Essa definição vai ao encontro do que pensa Becker (1997, p. 117), para quem o método do estudo de caso “supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso”. Proveniente da área médica, o estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de análise em pesquisas qualitativas nas Ciências Sociais (GOLDENBERG, 2011).

A partir de variadas e diferentes técnicas, o estudo de caso busca apreender o objeto de investigação através da exaustiva coleta de dados e informações sobre o fenômeno estudado, possibilitando “a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística”

³⁶ Na linguagem da cultura digital, *print* é o modo como comumente se denomina a captura de imagens da tela do computador. Essa captura é feita pela tecla Print Screen (captura de tela) ou ainda por programas mais avançados presentes nos navegadores.

(GOLDENBERG, 2011, p. 34). Goldenberg atenta, no entanto, para a necessidade de o pesquisador estar preparado para os problemas de ordem teórica e para possíveis descobertas inesperadas que reorientem o estudo.

Uma das vantagens apontadas por Becker (1997) é a possibilidade de dar início às análises antes do término da coleta. Assim, há como utilizar os resultados obtidos em primeiras análises para guiar operações na etapa final de coleta de dados. Ao objetivarmos a investigação de um problema específico, como todas as pesquisas do tipo, é necessária a construção de um ambiente igualmente específico de análise, que conjuga a observação sistemática da realidade empírica do objeto de estudo com o trabalho teórico.

Ao estudarmos um objeto em sua processualidade, enfrentamos o desafio de criar esquemas interpretativos que deem conta de sua compreensão. Assumimos esta pesquisa enquanto uma investigação empírica de abordagem qualitativa. A pesquisa empírica, principal tipo de pesquisa em comunicação hoje, advém da experiência científica e da construção de conhecimento através da coleta, análise e interpretação dos dados, a fim de responder questões que surgem da observação e escrutínio do objeto.

Braga (2011) julga importante, especialmente para mestrandos, a realização de pesquisas empíricas, que define como aquela que demanda uma observação essencial “de algum ângulo da realidade, apresentando perguntas sobre aspectos de uma determinada situação ou “objeto” e procurando respostas diretamente através de investigação sistematizada de elementos concretos que compõem o objeto escolhido e construído” (BRAGA, 2011, p. 5, grifo do autor). O autor pensa que o momento da pós-graduação serve para que o estudante consiga se defrontar com desafios práticos e que possa experimentar a “resistência da realidade” que apenas argumentação e especulação abstrata não dão conta. Além disso, o desenvolvimento de uma pesquisa empírica demanda do pesquisador o confronto constante entre teoria e empiria.

Sinalizamos ainda o caráter qualitativo desta investigação. As pesquisas na área das Ciências Sociais e Humanas comumente se desenvolvem a partir de uma perspectiva qualitativa, visto que o objetivo de tais investigações é “compreender os indivíduos em seus próprios termos”, o que é possível através da análise dos dados obtidos que, diferente dos dados quantitativos, não são padronizáveis. Isso demanda do pesquisador “flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los” (GOLDENBERG, 2011, p. 53). Becker (1997) corrobora essa visão, pois acredita que a pesquisa qualitativa requer uma postura aberta do pesquisador durante o processo de compreensão do objeto, afinal, há a possibilidade de reconsiderar suas premissas frente aos fatores inesperados que surgem na investigação.

Ao refletir sobre a comunicação como disciplina indiciária³⁷, Braga (2008) defende que os estudos de caso se prestam à produção do conhecimento nas atuais condições de constituição da disciplina, pois a busca por indícios é própria desse método de análise. Desse modo, o autor aponta três procedimentos do estudo de caso: “(a) levantar indícios; (b) decidir sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa; e (c) articular conjuntos de indícios derivando, daí, inferências sobre o fenômeno” (BRAGA, 2008, p. 81). Isso é passível de ser feito através do tensionamento triangular entre situação empírica, bases teóricas e problema de pesquisa. Importante frisar que o indiciário não corresponde à primazia do empírico, ou seja, não basta coletar e descrever os indícios, mas sim “fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos” (BRAGA, 2008, p. 78).

Por conta disso, o autor ainda alerta para os riscos na realização de um estudo de caso, sobretudo o risco do empirismo e do apriorismo. Ao ir a campo sem nenhuma base teórica, pode se cair no erro de se achar que é possível extrair conhecimento da situação/objeto observada (o). O trabalho, assim, não conseguiria ir além de descrições superficiais. No entanto, também não se pode ir “aparelhado” de teorias, apenas esperando encaixar o caso analisado dentro dela, de modo apenas ilustrativo, “limitando o resultado do estudo a uma descrição do objeto «nos termos da teoria tal» ou a uma categorização do caso em um sistema classificatório apriorístico” (BRAGA, 2008, p. 82, grifo do autor).

Assim, a realização de um estudo de caso não se dá tendo como horizonte a confirmação de proposições rigorosas feitas no início da pesquisa, mas sim o desenvolvimento e aprofundamento do caso, complexificando e ajustando as hipóteses de partida, podendo até substituí-las por outras mais adequadas, a partir da sistematização dos indícios levantados.

O estudo de caso se caracteriza, ademais, por almejar uma compreensão abrangente do estudo sem, no entanto, deixar de buscar formulações teóricas gerais que falem sobre as regularidades do processo. Assim, acreditamos que nossa opção metodológica atende à complexidade e multidimensionalidade do acontecimento estudado, em seus fluxos constituintes de circuitos comunicacionais.

Ainda por um viés comunicacional-midiático, Ford (1999) pensa a constituição de casos e seu desenvolvimento em meio ao ambiente da cultura da mídia massiva. A partir da análise de um conhecido caso argentino ocorrido nos anos 1990, o brutal assassinato de uma

³⁷ Braga desenvolve as discussões sobre o paradigma indiciário a partir das proposições de Carlo Ginzberg em “O queijo e os vermes” e “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” (este, um artigo publicado em “Mitos, emblema, sinais - morfologia e história”), ambos editados no Brasil pela Companhia das Letras.

jovem de 17 anos³⁸, o autor investiga a exasperação do caso a partir de sua construção midiática. Em suas considerações, entende que o caso exemplar rompe com a normalidade da vida cotidiana do povoado em que a adolescente vivia e, posteriormente, sua história passa a ser acompanhada e narrada por diferentes meios de comunicação.

Para o autor, o caso midiático teria um modelo narrativo por natureza, que acompanharia a progressiva aproximação da linguagem argumentativa/informativa do jornalismo com uma linguagem de narrativização³⁹. O trabalho de narração de um caso – que Ford (1999) entende como algo semelhante à nossa compreensão de acontecimento, sobretudo por seu poder de ruptura e afetação⁴⁰ – se dá a partir da definição de algo discreto sobre um fundo contínuo, a fim de categorizar e hierarquizar as informações. Nesse sentido, deve-se levar em conta que há sempre um contexto cultural ao qual o caso está vinculado.

Metodologicamente, Ford (1999) propõe que a análise do caso se dê a partir de um cuidadoso trabalho de observação, a partir das características estruturais e narrativas do caso. Em seguida, deve-se fazer um estudo sobre a movimentação desse caso, ou seja, sobre seu desenvolvimento e circulação – o que é possível por meio das tematizações e da circulação de sentidos na cultura midiática.

É importante pontuar que o caso analisado por Ford (1999) se desenvolve dentro de lógicas midiáticas características da “sociedade dos meios” (FAUSTO NETO, 2008), com a mídia agindo como mediadora entre os campos sociais, com um grande poder representacional⁴¹. De qualquer maneira, o trabalho analítico do autor nos dá criativas pistas sobre o modo como devemos proceder na investigação do que podemos entender como “casos midiáticos”. Um desafio se impõe a esta pesquisa: compreender essa movimentação do caso – ou seja, seu trabalho de enunciação e circulação – em uma ambiência midiaticizada, na qual a narração do caso não se dá apenas através dos meios de comunicação hegemônicos, mas também por outros campos, instituições e atores.

³⁸ María Soledad Morales foi encontrada morta no dia 10 de setembro de 1990, três dias após o seu desaparecimento. O corpo apresentava inúmeras marcas de violência. A brutalidade do crime e a suposta relação de filhos de políticos influentes na morte da jovem tornaram o caso emblemático na Argentina. Durante os vários meses de investigação, foram realizadas marchas populares que clamavam por justiça. O nome da adolescente tornou-se referente da província onde aconteceu o crime, Catamarca, e os jornais acompanhavam diariamente o desenrolar dos fatos, narrando tal qual uma peça ficcional. A história tornou-se um filme anos depois. Ford (1999) analisa esses movimentos de narração, por meio dos textos publicados em jornais e pela cobertura televisiva do caso, que teve como consequência a queda de uma dinastia política argentina.

³⁹ Ford (1999) resgata, a partir de exemplos de programas televisivos latino-americanos, o modo como essas linguagens se hibridizam.

⁴⁰ Ver mais sobre essa conceituação de acontecimento na seção 2.5.

⁴¹ Fausto Neto (2008) reflete sobre a distinção entre “sociedade dos meios” e “sociedade da midiaticização”. Essa questão é explorada, neste trabalho, na seção 2.1.

Buscando relacionar a especificidade de um estudo de caso de viés comunicacional com os conceitos clássicos de estudo de caso, retomamos as proposições de Yin (2010) para desenvolver de forma sistemática um projeto de estudos norteador da investigação. Esse projeto divide-se em quatro partes: saber quais as questões que estão sendo estudadas, questionar a relevância dos dados, pensar quais dados devem ser coletados e, por fim, saber como analisá-los.

O primeiro passo é a formulação das questões de estudo. O desenvolvimento dessas questões dá corpo à problemática de pesquisa que norteia a investigação. Essa questão norteadora ampara-se em uma interrogação que vai além do “o quê” e questiona “como” tal fenômeno ocorre, o que aponta para a processualidade do objeto em estudo. É importante, depois dessa etapa, postular algumas proposições, que ajudam a definir quais evidências são relevantes para o trabalho realizado, bem como o lugar onde procurá-las. Assim, a delimitação das questões de estudo nos levou a uma interrogação principal que se refere ao modo como o acontecimento se midiatisa e é construído por meio de estratégias discursivas produzidas pelos atores sociais que integram o grupo *Eu não mereço ser estuprada* [OFICIAL].

Saber qual será a unidade de análise é também um dos principais passos da pesquisa, pois é isso que fará o pesquisador definir de que caso está tratando – há estudos de *caso único*, assim como há de *casos múltiplos*. Este trabalho caracteriza-se como um estudo de caso único, tendo como unidade de análise a mobilização *Eu não mereço ser estuprada*.

Yin (2010) também aponta para a necessidade de haver uma ligação entre os dados obtidos e as proposições feitas no projeto, bem como entre os dados e os critérios de interpretação. É nesta etapa que percebemos a importância do projeto de pesquisa: ao chegar à análise, o pesquisador precisa, mais do que nunca, olhar para seu projeto e guiar sua interpretação pelas questões iniciais que deram sustentação ao percurso de investigação.

Para explicar a processualidade do objeto é preciso interpretar. Esta é, pois, uma das últimas etapas do trabalho, que consiste em sistematizar a observação e relacionar os dados ao problema de pesquisa e aos objetivos do trabalho. Desse modo, para interpretar os dados coletados, optamos pela análise semiológica proposta por Verón (2005) e Pinto (2002), que tem como base a teoria da enunciação e que busca identificar marcas discursivas produzidas por atores sociais que tomam forma a partir do processo de enunciação. Na sequência, explicitamos alguns procedimentos dessa análise.

1.3.1 Movimentos de interpretação: a análise semiológica dos discursos

A análise das publicações e comentários dos atores que interagem no grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]* se dá pelo aporte da semiologia dos discursos sociais, que é “a parte da Semiologia que se aplica ao estudo e à análise dos efeitos de sentido decorrentes do uso de estratégias de fala, produzidos na relação dialógica dos sujeitos comunicantes” (PERUZZOLO, 2015, p. 7). Ao falarmos de estratégias semiológicas, referimos o conjunto de decisões acerca dos modos de dizer determinado “valor”, visando convencer o outro de que aquilo que está sendo dito é verdadeiro, ou seja, o intuito é fazer com que o outro acolha o valor que estamos passando. Como afirma Peruzzolo (2015, p. 6), “as estratégias discursivas são mecanismos que regulam a cooperação entre subjetividades – enunciador e enunciatário – no jogo do estabelecimento dos sentidos”. O que o autor aponta é uma necessidade recíproca entre os seres, que buscam um ao outro e, no ato de comunicar, se encontram.

Sob a influência da Linguística e da Antropologia Estruturalista, a Semiologia começa a se organizar nos anos 1950, ainda como conjunto teórico de instrumentos aplicados a determinados objetos. É possível identificar três gerações, marcadas pelas décadas de sua ocorrência e desenvolvimento. Na primeira geração, dos anos 1960, a preocupação era descrever o funcionamento do sentido nas relações comunicativas, com a análise da mensagem em si mesma, enquanto sistema objetivo de informações. Já na segunda geração, a dos anos 1970, a produção de sentido passa a ser o foco das preocupações, com a reconstituição do processo de criação dos textos, sob a influência do gerativismo e buscando superar a taxinomia da primeira fase. A terceira geração vai se ocupar, enfim, do sentido na recepção, ou seja, dos “efeitos de sentido”, com “[...] o processo que vai da produção de sentido até a ‘consumação’ de sentido, sendo a mensagem ponto de passagem que sustenta a circulação social das significações” (VERÓN, 2005, p. 216, grifo do autor).

A análise a ser desenvolvida neste trabalho tem inspiração nessa terceira geração, especialmente nas proposições de Eliseo Verón (2005), um dos primeiros analistas a delinear o que ele percebia como novos contornos da Semiologia, a partir da ênfase nos efeitos de sentidos na instância do reconhecimento. Portanto, a semiologia dos discursos sociais se ocupa das operações discursivas inscritas no dispositivo de enunciação e analisa as posições daquele que fala e daquele a quem o discurso é dirigido, além da relação estabelecida entre eles. Assim, o foco da análise está tanto nas condições de produção quanto nas de reconhecimento.

É necessário pontuar dois aspectos referentes à análise das condições de produção e de reconhecimento. Primeiro, ao designar algo como condição de produção, é preciso que esse “algo” tenha deixado rastros no discurso. Ou seja, “é preciso mostrar que, se mudam os valores das variáveis postuladas como condições de produção, o discurso também muda” (VERÓN, 2005, p. 52). Segundo, quanto às condições de reconhecimento, é preciso ter em mente que um discurso não possui apenas um modo de interpretação. Todo texto “sempre admite uma pluralidade de leituras” (VERÓN, 2005, p. 70) e aponta para um campo de múltiplos efeitos.

O trabalho do analista, assim, é fazer leituras dos discursos. Suas leituras, no entanto, não coincidem com aquela realizada pelo consumidor das informações, mesmo que seu objetivo seja reconstruir a leitura deste. Ler um texto em relação a suas gramáticas de produção e de reconhecimento não é a mesma coisa, afinal, o observador lida com redes interdiscursivas diferentes. O trabalho do analista circunscreve-se à reconstrução das operações do discurso que mostram as marcas discursivas na superfície textual. O movimento de análise, como pontua Verón (2005, p. 51, grifo do autor), fundamenta-se na reconstrução do “[...] processo de produção a partir do ‘produto’, consiste em passar do texto (inerte) à dinâmica de sua produção”.

Para tanto, Verón (2005, p. 217) propõe direcionar o olhar analítico ao que ele chama de “dispositivo de enunciação”, que é constituído pela imagem de quem fala (enunciador), a imagem daquele a quem o discurso é dirigido (o destinatário) e a relação que se estabelece entre elas, proposta no e pelo discurso. O dispositivo de enunciação é constituído, em um discurso, pelas modalidades de dizer, ou seja, pelo modo como se diz o que se diz.

Essa distinção, entre *o que* é dito e *como* é dito, se dá a partir da distinção entre os termos enunciado e enunciação. Para Verón (2005, p. 216, grifos do autor), o enunciado é da “ordem *do que é dito*”, enquanto a enunciação “diz respeito não ao que é dito, mas ao *dizer* e suas modalidades, os *modos* de dizer”. Essa distinção vai ao encontro do que pensa Pinto (2002, p. 32), para quem a enunciação é “[...] o ato de produção de um texto”, opondo-se ao enunciado, “[...] que é o produto cultural produzido, o texto materialmente considerado”.

Se o dispositivo de enunciação agrega tanto a imagem de quem enuncia como a imagem daquele a quem o discurso está sendo direcionado, podemos perceber que, o enunciador propõe um lugar para o destinatário, construindo esse interlocutor. Atentamos que esse enunciador “[...] não é um sujeito empírico (‘eu que falo’), é um lugar que eu construo para mim pelo fato de operar a fala. É o lugar que o sujeito empírico assume pelo fato de fazer-se um sujeito falante” (PERUZZOLO, 2004, p. 144).

Do mesmo modo, o enunciatário não é um sujeito empírico. Ou seja, não se direciona um discurso a uma pessoa “física”, mas sim à imagem projetada desse interlocutor. Logo, tanto o enunciador quanto o destinatário são “entidades discursivas” (VERÓN, 2005, p. 218). Essa noção de entidades discursivas fica ainda mais clara quando percebemos que um mesmo emissor pode construir diferentes enunciadores, em diferentes discursos, e igualmente construir o seu destinatário de modos diversos, a partir de suas intencionalidades.

Foge-se também da ideia de uma passividade do destinatário na constituição dos sentidos. Ora, o interlocutor está presente tanto na enunciação, a partir da imagem projetada pelo enunciador, como na recepção – ou reconhecimento, nos termos de Verón (2005) – a partir das múltiplas leituras possíveis do discurso. Ou seja, o reconhecimento implica um trabalho de decodificação e apropriação, afinal, o discurso, enquanto lugar de investimento de sentidos, é “um espaço habitado, cheio de atores, de cenários e de objetos, e ler é ‘movimentar’ esse universo, aceitando ou rejeitando, indo de preferência para a direita ou para a esquerda, investindo maior ou menor esforço, escutando com um ouvido ou com os dois. Ler é fazer” (VERÓN, 2005, p. 236, grifo do autor).

Ao desenvolver suas análises sobre a relação dos suportes de mídia com seu leitorado, Verón (2005) propõe o conceito de “contrato de leitura”. A proposição desse conceito visa dar conta da problemática dos efeitos de sentidos apontada pelo autor, para quem haveria um contrato implícito na relação discursiva entre a instância da emissão (mídia) e a instância de reconhecimento (leitorado). O autor afirma que o contrato de leitura

[...] implica que o discurso de um suporte de imprensa seja um espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor; uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade, onde há zonas nas quais ele corre o risco de se perder ou, ao contrário, que são perfeitamente sinalizadas (VERÓN, 2005, p. 236).

É certo que a noção de contrato de leitura não se restringe apenas à relação estabelecida entre a mídia e os leitores, mas pode ser deslocada para o entendimento dos vínculos entre os seres humanos, quando estes entram em situação de comunicação. Peruzzolo (2006) afirma que a comunicação é, primordialmente, uma relação entre sujeitos que buscam um ao outro. Ou seja, a comunicação seria um encontro entre sujeitos. O sujeito propõe uma fala investida de valores de vida e, a partir de distintas estratégias, objetiva convencer o seu interlocutor a aceitar a validade do que está sendo agenciado.

Na relação de comunicação entre os atores sociais no grupo de discussão analisado neste trabalho, o *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*, é possível identificar também os

contratos que se estabelecem entre eles, enquanto membros do grupo e atores envolvidos na mobilização, no agenciamento de suas pautas e proposição de debates e pontos de vista acerca das temáticas em discussão. Nesse ambiente de redes sociais digitais, todavia, esses processos se complexificam, sobretudo em decorrência da interação e da circulação. Por meio da análise semiológica, acreditamos ser possível identificar as estratégias discursivas produzidas pelos atores sociais na situação de comunicação no grupo.

Assim, o objetivo da análise semiológica é “[...] destacar e descrever todas as operações que, no discurso do suporte, determinam a posição do enunciador e, como consequência, a do destinatário” (VERÓN, 2005, p. 233). Este tem seu lugar proposto e construído no discurso pelo enunciador, a partir de distintas estratégias discursivas. Desse modo, a análise é guiada pela identificação dessas estratégias discursivas, em que os atores sociais produzem discursos e os colocam em circulação a partir de motivações que apontam para distintas intenções que deixam marcas nas suas superfícies. Ou seja, “o sentido não existe senão em suas manifestações materiais, nas matérias significantes que mostram as marcas pelas quais é possível descobri-lo” (VERÓN, 1981, p. 103). Essa materialidade, nesta pesquisa, é composta por enunciados produzidos por integrantes do grupo de discussão.

Verón (2005, p. 220) ressalta que “[...] a semiologia da enunciação, aplicada à identificação e à análise detalhada do contrato de leitura dos suportes de imprensa, fornece informações que lhe são específicas e que não podem ser recolhidas por nenhum dos outros métodos existentes”. O trabalho do autor tornou-se referência ao apontar novos caminhos para o estudo da relação entre a mídia, especificamente impressa, e seu leitorado. Neste trabalho, todavia, deparamo-nos com outro desafio, ao substituir os suportes de imprensa tradicional por outros produtos comunicacionais, os digitais, das redes sociais na internet.

Pinto (2002) ainda aponta que é necessário considerar a interdiscursividade de um texto para a análise de discursos, já que “[...] todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, no sentido de que ele é sempre um tecido de ‘vozes’ ou citações, cuja autoria fica marcada ou não, vindas de outros textos preexistentes, contemporâneos ou do passado” (PINTO, 2002, p. 31, grifo do autor). Segundo o autor, por conta da interdiscursividade presente no discurso – e também da intersubjetividade, inter-relação de sentidos entre sujeitos, afinal, um discurso só existe na relação entre sujeitos (BAKHTIN, 2012) – a análise semiológica se debruçaria sobre as “modalidades de dizer” para, a partir delas, poder explicar três categorias subsequentes: os modos de mostrar, de interagir e de seduzir.

Na modalidade “mostrar”, o interesse se situa em observar o “[...] referente ou universo de discurso ou mundo do qual seu texto fala”. Já na modalidade de “interação”, o

objetivo é estabelecer “[...] vínculos socioculturais necessários para dirigir-se ao seu interlocutor”. Por fim, na modalidade de “sedução”, o intuito é identificar as estratégias de persuasão de “[...] distribuição [d]os afetos positivos e negativos cuja hegemonia reconhece e/ou quer ver reconhecida” (PINTO, 2002, p. 65).

A categorização do autor é interessante para analisarmos como os participantes do grupo produzem seus discursos a partir da referência de algum aspecto da realidade (mostrar); por meio de estratégias de interpelação dos interlocutores, estabelecendo os vínculos da relação de comunicação (interação) e; agregando aspectos de valoração no que se enuncia, a fim, sobretudo, de contrapor discursos hegemônicos (seduzir).

Um novo cenário de possibilidades aparece, afinal, debruçamo-nos sobre textos produzidos pelos atores sociais, dentro de um grupo de discussão, no qual é possível perceber tanto a instância da emissão quanto do reconhecimento, já que seus lugares se alternam e transformam, visto que não estão mais estanques em polos distantes, mas em constante processo de interação e negociação de sentidos. Por conta disso é que analisamos as estratégias discursivas produzidas por esses atores, a fim de compreender como a interação entre eles constrói a mobilização e, mais do que isso, o próprio acontecimento, estando a existência deste vinculada diretamente à materialização do discurso.

Apresentamos, neste texto, o desenho de nossa pesquisa, a fim de tornar claro o percurso de escolhas dos procedimentos e métodos que constituem a investigação. Refletimos ainda sobre as técnicas utilizadas durante o trabalho empírico e sobre os aportes teóricos dos nossos métodos. No capítulo seguinte, ocupamo-nos das discussões teóricas que fundamentam a pesquisa, debatendo os conceitos norteadores e aprofundando questões que emergiram a partir do trabalho de campo, com as coletas, observações e mapeamentos descritos.

2 MUDIATIZACÃO, CIRCULACÃO E MOBILIZACÃO SOCIAL: NOVOS MODOS DE ACONTECER NA REDE

Este capítulo se ocupa do percurso teórico da pesquisa. Com este intuito, discutimos os conceitos norteadores da investigação e buscamos encadeá-los e tensioná-los, a fim de mostrar a pertinência dessas reflexões para o trabalho analítico. Como já mencionado na introdução deste trabalho, a partir da observação sistemática do objeto de estudo, passamos a fazer leituras com intuito de aprofundar teorias e conceitos para fundamentar o estudo e nos ajudar na análise dos dados. Defendemos que a mobilização *Eu não mereço ser estuprada* pode ser entendida enquanto um acontecimento que se midiatiza a partir das apropriações discursivas dos atores sociais afetados por ela, além de possuir uma natureza distinta, pois se engendra no âmbito das redes sociais digitais.

Caracterizamos tal acontecimento como midiatizado e demarcamos os conceitos de midiatização e acontecimento como eixos centrais para a investigação. A eles, atrelam-se outros conceitos – como de circulação, redes sociais, ciberacontecimento, mobilização social – que nos ajudam a compreender a constituição do caso. Posto isto, apresentamos nas páginas seguintes a base teórica deste estudo. Iniciamos com a discussão sobre midiatização, a partir da noção de uma passagem da sociedade dos meios para uma sociedade midiatizada. Interligados a esse contexto, refletimos na sequência sobre os conceitos de midiatização e da problemática da circulação.

Num segundo momento, debatemos o conceito de redes sociais e refletimos sobre as especificidades dessas redes em ambientes digitais, com a descrição do site de rede social Facebook, lócus da eclosão da mobilização estudada e ambiente que proporcionou sua permanência e ampliação. Ainda atrelada à discussão sobre as redes, fazemos alguns apontamentos sobre o modo como a internet potencializa a participação política e possibilita que os movimentos sociais se organizem e se utilizem de suas ferramentas para articularem mobilizações como o protesto *Eu não mereço ser estuprada*. Por fim, chegamos à discussão sobre o acontecimento, tensionando pressupostos de algumas perspectivas de estudo que dão base para pensarmos, na parte final deste capítulo, nos acontecimentos que emergem nas redes sociais digitais.

Frisamos que as discussões empreendidas na sequência nasceram do tensionamento entre o empírico, o teórico e a construção do problema de pesquisa. O olhar para o campo e as indagações ao objeto nos fizeram mobilizar conceitos que dessem conta de explicar o fenômeno que nos interessa compreender.

2.1 CENÁRIOS DE MEDIATIZAÇÃO

O desenvolvimento das formas de comunicação sempre foi importante para as transformações das sociedades, pois é através da troca simbólica que os seres humanos firmam suas relações. Nessa história, os meios de comunicação ganham destaque. Em meados do século XV, com a criação do tipo mecânico móvel para impressão de Gutenberg, a Europa dá um passo à modernidade e, desde então, o mundo acompanha significativas mudanças: a reprodução de conteúdos em larga escala, a disseminação de materiais antes altamente restritos, o crescente processo de alfabetização. Na história dos meios de comunicação, é apenas o primeiro passo para o desenvolvimento das empresas jornalísticas de meios impressos e que será seguida pelo advento do rádio, do cinema, da televisão e, mais recentemente, da internet.

Um processo peculiar e que ajuda a explicar a massificação dos meios é o processo de secularização da sociedade (RODRIGUES, 2001), atrelado à crise dos grandes relatos, que deixaram o mundo carente de discursos legítimos e instauraram uma constante desconfiança quanto à veracidade dos relatos. Com a destituição dos discursos centrais, a mídia passou a ocupar o lugar de “dispositivo organizador das interações dos campos” (FAUSTO NETO, 2008, p. 93) e, desse modo, as práticas midiáticas emergiram como um lugar autônomo.

Para pensar essa autonomia do campo midiático e, por conseguinte, a sociedade dos meios, faz-se importante compreender o que são campos sociais. Rodrigues (1999, p. 19) entende campo social como

uma instituição dotada de legitimidade indiscutível, publicamente reconhecida e respeitada pelo conjunto da sociedade, para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer uma hierarquia de valores, assim como um conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, num determinado domínio específico da experiência.

Na sociedade contemporânea, é perceptível o lugar ocupado pela mídia como mediador de práticas e simbólicas entre instituições e indivíduos, bem como no diálogo que se estabelece entre os diferentes campos sociais. A relação entre os campos sociais e o campo das mídias⁴² é de interdependência: para ser visível, a mídia precisa dos demais campos; estes, por sua vez, precisam da mídia para que sua visibilidade social esteja garantida.

⁴² Aqui, utilizamos *campo das mídias* no mesmo sentido que Rodrigues (2001) utiliza a denominação *campo dos media*.

A partir da segunda metade do século XX, acompanhamos a emergência do campo das mídias, que irá se consolidar nos anos 1980, com o fenômeno de “autonomização dos diferentes domínios” (RODRIGUES, 1999). O campo das mídias, assim, passa por este processo que a deixa cada vez com mais autonomia, além de ocupar uma posição central em meio aos demais campos. Através da mediação, a mídia desempenha a função de construir a própria realidade social, ao passo que os sentidos produzidos que circulam na sociedade são de sua responsabilidade.

Essa sociedade que tem como característica a centralidade da mídia e o seu papel mediador da realidade social é o que chamamos aqui de *sociedade dos meios* ou *sociedade midiática*. Nela, os meios de comunicação – mídias impressas, radiofônicas e audiovisuais – protagonizam as operações de comunicação, a fim de legitimar-se como campo social.

Rodrigues (2001) sinaliza que ao campo das mídias é creditada uma legitimidade delegada e vicária. Para que os demais campos marquem sua presença no espaço público, eles precisam das mídias, pois é com elas que se estabelecem as negociações de visibilidade e notoriedade. Contrariando a tendência fragmentadora da modernidade, o campo das mídias mobiliza os indivíduos em torno de valores comuns e torna-se, assim, um “aliado poderoso da pretensão mobilizadora dos outros campos sociais” (RODRIGUES, 1999, p. 25).

Nesse cenário, percebemos que a existência social está, muitas vezes, imbricada à visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação tradicionais. Obviamente, essa é uma visão um tanto reducionista da complexidade social, todavia, é bastante comum ainda hoje ouvir a expressão “se a mídia noticiou, é verdade”. Esse é também um resultado da autonomização do campo midiático e, sobretudo, da ideia de uma centralidade da mídia na função narrativa de construção de realidades e enquanto dispositivo de construção dos processos de visibilidade social.

Contudo, a sociedade dos meios se encontra em transformação, em decorrência do processo de midiatização, que compreende um complexo sistema em que culturas, lógicas e operações midiáticas constituem as formas de organização e funcionamento da sociedade, além de reger os modos de consumo midiático e das próprias formas de vivência hoje na sociedade (SODRÉ, 2002). A emergência deste processo se situa na sociedade midiática e, de modo intenso, atualiza-se com a passagem dessa sociedade dos meios para uma sociedade midiatizada (ou em vias de midiatização).

Fausto Neto (2008, p. 90-91), ao refletir sobre a passagem de uma sociedade dos meios à sociedade midiatizada, resgata as elaborações teórico-analíticas de Anthony Giddens (1991) e Adriano Duarte Rodrigues (2001) para falar sobre a centralidade que a mídia

alcançou a partir da segunda metade do século XX. Na interpretação do autor, Giddens compreende os meios de comunicação seriam como portas de acesso entre a sociedade e os “sistemas abstratos”. Ou seja, através dos seus peritos, a mídia desempenha um papel mediador, pois traduz conceitos e problemáticas.

A visão de Rodrigues é próxima a de Giddens, pois o autor discorre sobre as problemáticas dos campos sociais e, especialmente, sobre o campo das mídias e sua crescente autonomização. Como abordamos anteriormente, Rodrigues (2001) percebe que a organização e o funcionamento do campo das mídias incidiram sobre o modo de se viver a experiência e as interações sociais. Para o autor, se as práticas passam a ser organizadas e a experiência ser redesenhada pela mídia, a esta cabe um papel regulatório que faz com que os outros campos sigam suas lógicas.

Fausto Neto (2008) apresenta algumas proposições de Jesus Martín-Barbero (1997) para mostrar como a centralidade da mídia também era uma preocupação dos estudiosos latino-americanos, que viam a necessidade de relacionar a mídia com outras práticas sociais para entender as estratégias midiáticas. No entanto, Fausto Neto atenta que esses três autores supracitados, mesmo propondo novos modelos teóricos para se pensar a comunicação e a sua relação com as dinâmicas sócio-simbólicas, não conseguem ainda visualizar o que viria a ser a midiatização, em sua concepção. Ou seja, eles concebem a centralidade das mídias como um lugar de mediação “na medida em que estas se colocam como um ponto de articulação entre partes da sociedade, dependendo num grau maior ou menor, de outras dinâmicas de campos e de suas práticas sociais (FAUSTO NETO, 2008, p. 91).

Alguns estudos, todavia, já problematizam esse estágio de midiatização da sociedade. É o caso das reflexões empreendidas por Mata (1999), que aponta a existência de um *novo sujeito* ao discorrer sobre as diferenças entre a cultura massiva e a cultura midiática. A pesquisadora abandona a visão reducionista dos meios de comunicação em seu caráter de transportadores de algum sentido ou na criação de espaços de interação entre as instâncias de produção e recepção, mas sim como “marca, modelo, matriz, racionalidade produtora e organizadora de sentido”⁴³ (MATA, 1999, p. 85, tradução nossa).

Para Mata (1999), o processo de midiatização se dá através da transformação nos modos de pensar e também nas matrizes culturais. Essas mudanças são perceptíveis nos regimes de visibilidade, a presença dos meios passa a se intensificar e não fica mais restrita ao campo das mídias, mas desloca-se e expande-se para os demais campos.

⁴³ Do original: “marca, modelo, matriz, racionalidad productora y organizadora de sentido”.

Já não se trata mais de reconhecer a centralidade dos meios na tarefa de organização de processos interacionais entre os campos sociais, mas de constatar que a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a «cultura da mídia» (FAUSTO NETO, 2008, p. 92, grifos do autor).

Assim, as práticas sociais, os processos interacionais e a organização social se orientam pela existência dessa cultura e se articulam a partir de suas lógicas e operações. A existência da cultura midiática não deve, pois, continuar sendo vista apenas como um fenômeno auxiliar, mas sim como parte de um sistema que se expande e que organiza suas próprias operações para, por fim, constituir uma realidade própria.

Na sociedade em midiatização, a centralidade dos meios no processo de mediação é posta em suspeição, pois este papel também é exercido por outros atores e campos. As práticas sociais são redimensionadas pelo fenômeno da midiatização e os protocolos sociais sofrem uma mutação ao se midiatizarem. Essa ideia permite que pensemos sobre as mobilizações que se organizam em ambientes digitais, como o *Eu não mereço ser estuprada*, com a participação dos atores sociais na produção de discursos e sentidos próprios a partir das informações veiculadas pela mídia tradicional.

Por fim, na sociedade midiatizada, torna-se complexa a relação entre produtor e receptor – que não mais respondem ao esquema funcionalista de emissor-destinatário, estanques em seus polos. Com a ruptura da preponderância do polo de emissão, o receptor tornou-se também ativo não só no uso de tecnologias de mídia como ferramentas e instrumentos, mas também como dispositivos que fazem a mediação de suas relações cotidianas e, portanto, as codeterminam.

O receptor tornou-se interagente no processo de comunicação e as organizações de comunicação, especialmente, estão constantemente revendo seus posicionamentos, a fim de poder interagir com atores que agora “perambulam por várias mídias, migrando em seus contatos com os mesmos, e quebrando zonas clássicas de fidelização com vários deles” (FAUSTO NETO, 2009, p. 9).

A partir do contexto evidenciado até aqui, detemo-nos no conceito de midiatização, enquanto problemática que suscita diferentes olhares e interpretações e que, atualmente, estimula interessantes debates acerca de sua nomeação⁴⁴. Presente em muitas pesquisas nos

⁴⁴ Como o intuito deste trabalho não é realizar uma discussão decorrente de um mapeamento sobre a utilização do termo midiatização, optamos por utilizar alguns autores de referência, cujas reflexões sobre este conceito lançam algumas luzes para a compreensão do fenômeno em análise. Como seguimos a linha teórica da semiologia dos discursos, dialogamos sobretudo com autores desta seara, todos latino-americanos, como Verón,

anos recentes e, por vezes, pouco problematizado, o conceito de mediação – incompleto, ou seja, ainda em construção/formação – torna-se muitas vezes central para pesquisas que observam as tentativas de se instituir um novo fenômeno midiático.

O conceito de mediação se desenvolve concomitante às transformações societárias frente a um redesenho da arquitetura comunicacional que aponta a passagem de um estágio de linearidades e homogeneidades para outro de discontinuidades, fragmentos e heterogeneidades (FAUSTO NETO, 2006). À medida que a cultura da mídia deixa de ser um fenômeno auxiliar para tornar-se referência às práticas sociais e as novas formas de interação, a sociedade se complexifica.

Eliseo Verón já apontava essa complexificação decorrente da mediação em seus estudos pioneiros sobre a relação da mídia e da sociedade. O semiólogo argentino é um dos precursores da utilização (e discussão) do termo mediação, ainda nos anos 1980. Entretanto, o texto mais conhecido do autor circulou nos meios acadêmicos nos anos 1990, no qual Verón (1997) propõe um esquema para a análise da semiose da mediação (Figura 2), que ilustra a complexidade dos fenômenos da mediação.

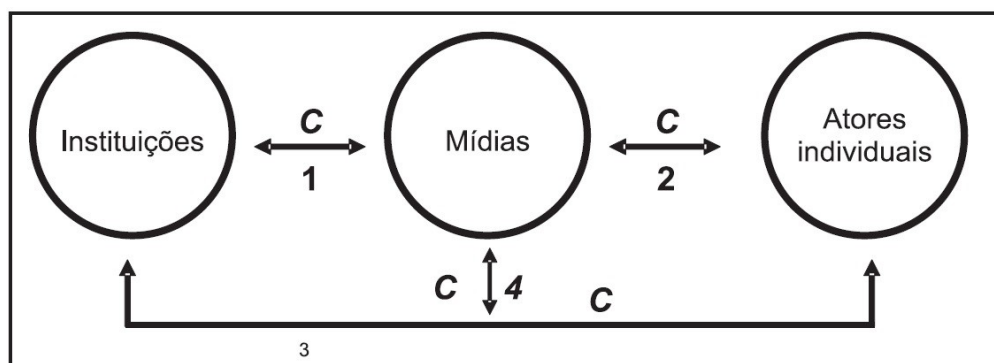
O esquema representa as ações recíprocas entre as instituições e as mídias (C1), entre os indivíduos e as mídias (C2), entre as instituições e indivíduos (C3) e o modo como a mídia afeta as relações entre as instituições e os indivíduos (C4). Podemos entender essa primeira instância (instituições) no sentido atribuído por Rodrigues (2001) ao conceito de campos. A mídia, como vimos, também é um campo social (campo das mídias), porém, é posta na posição central do esquema, visto que é ela quem promove as interações entre os campos e os atores sociais.

As duplas flechas representam os múltiplos movimentos que se estabelecem no cruzamento entre as instâncias, um processo não linear que aponta para relações que se estruturam pelo processo de mediação e que tem, como resultado, as interações campos-mídias-indivíduos. Como afirma Verón (1997, p. 13, tradução nossa), “o interesse do conceito de mediação é que ele permite pensar *juntos* aspectos múltiplos de mudança social das sociedades industriais que até agora se tem analisado e discutido de forma relativamente dispersa”⁴⁵.

Fausto Neto e Sodré. Não ignoramos, no entanto, que há outros tantos pesquisadores, no Brasil e no exterior, discutindo o fenômeno da mediação como categoria explicativa para a sociedade. Dentre esses estudiosos, destacamos o trabalho do dinamarquês Stig Hjarvard (2012), autor bastante citado em pesquisas brasileiras, que realiza uma retomada dos estudos em mediação no contexto europeu.

⁴⁵ Do original: “el interés del concepto de mediación es que permite pensar juntos múltiples aspectos del cambio social de las sociedades industriales que hasta ahora se han analizado y discutido en forma relativamente dispersa”.

Figura 2: Adaptação do esquema de semiose da midiática de Verón (1997).



Fonte: Verón (1997)

Baseado nos escritos de Eliseo Verón, Muniz Sodré (2002) apropria-se do termo midiática. Inspirado nos três *bios* aristotélicos⁴⁶, Sodré propõe a criação de um quarto – o *bios* midiático, que se refere a uma nova ambiência em que os modos de vida são alterados e se passa a viver a realidade da mídia, dentro de uma cultura própria, a tecnocultura, em que os sujeitos *entram em relação* por meio de interações também peculiares, as tecnointerações. Para o autor, o processo de midiática se refere à “articulação hibridizante das múltiplas instituições [...] com as várias organizações de mídia” (SODRÉ, 2002, p. 24) com atividades regidas por um código semiótico específico. Os processos de midiática, assim, se potencializam pela difusão das tecnologias digitais, que desempenham um importante papel na mediação simbólica.

Pedro Gilberto Gomes (2006) amplia o entendimento da mídia enquanto instância central de mediação, que estrutura a relação estabelecida entre os campos sociais e os atores. Para o autor, mais do que isso, o midiático apresenta uma nova forma de vida, “um novo modo de ser no mundo” (GOMES, 2006, p. 113). Por esse viés, a midiática incidiria sobre os modos de existência, indo além da tecno-interação e se configurando como um complexo processo social, o que conclama novas visadas para os mecanismos de produção de sentido social. Nessa perspectiva, Gomes (2006) se aproxima do pensamento de Sodré (2002), que aponta a constituição de um *ethos* midiático a partir das articulações entre instituições e indivíduos, permitidas pelas tecnologias de comunicação, em um quarto âmbito de existência, o *bios* midiático.

⁴⁶ Os *bios* aristotélicos (âmbitos onde se desenrolam a existência humana) são: *theoretikos* (vida contemplativa), *politikos* (vida política) e *apolaustikos* (vida prazerosa/do corpo).

José Luiz Braga (2007), por sua vez, entende a mediatização⁴⁷ como processo interacional de referência. O autor propõe uma reflexão sobre a comunicação como um processo de interação social e reconhece certa centralidade da mídia ao se construir o objeto comunicacional na contemporaneidade. Quando fala “de referência”, Braga tenta sinalizar determinados processos definidores de lógicas que orientam os demais processos. A escrita tem sido o processo interacional; já foi a oralidade. É interessante notar, pela leitura das proposições do autor, que um processo não anula ou exclui o outro, mas que, na sociedade mediatizada, eles se ajustam.

Já Fausto Neto (2006, p. 3) entende que a sociedade mediatizada faz funcionar “um novo tipo de real, cuja base das interações sociais não mais se tecem e se estabelecem através de laços sociais, mas de ligações sociotécnicas”. Sua visão contraria as teorias que preconizavam uma unificação do consumo a partir da convergência tecnológica. Para o autor, a mediatização aponta para outro caminho, bastante complexo e incompleto, de descontinuidades e segmentação, uma nova forma de sociedade fragmentada e heterogênea. Desse modo, o autor percebe que há um *processo de afetação* que é estimulado pela mediatização, em que esta causa reconfigurações tanto nas práticas sociais dos atores sociais coletivos ou individuais quanto no próprio campo das mídias, através dos meios tradicionais de comunicação.

Dentre as formulações apresentadas, é notável que se supera a percepção das mídias como instrumentos que organizam a mediação entre os demais campos sociais, dando-se lugar à compreensão das mídias como constituidoras de uma nova ambiência, caracterizada por processos de afetação entre campos/instituições, atores e mídia de modo transversal e relacional. Desse modo, “as mídias não só se afetam entre si, se inter-determinando, pelas manifestações de suas operações, mas também outras práticas sociais, no âmago do seu próprio funcionamento” (FAUSTO NETO, 2008, p. 92).

O novo modo de presença no mundo, apontado pela caracterização de *bios* por Sodré (2002), reflete as novas dinâmicas de interação entre o campo midiático e os demais campos, que se dá por meio dos próprios atores, bem como as disjunções entre a oferta e a apropriação de sentidos (FAUSTO NETO, 2006). A partir das proposições desses autores, buscamos compreender o objeto em estudo, que se desenvolve nesse ambiente de disjunções em que as novas condições de acesso, propiciadas pelas tecnologias digitais, alteram as dinâmicas de circulação.

⁴⁷ Braga prefere a utilização do termo “mediatização” a “midiatização”. Neste trabalho, ambas as formas são utilizadas como sinônimos.

A partir dos olhares apresentados sobre os cenários em que se desenvolve o conceito de midiatização, compreendemos nesta dissertação que midiatização é tanto um fenômeno social quanto os próprios mecanismos que a fazem funcionar, engendrando complexidades resultantes da instalação de novos modos de interação social e da transformação cada vez mais frequente de tecnologias em meios. Essas complexidades que envolvem processos midiáticos e sociais se desenvolvem em uma nova ambiência (midiatizada), que estrutura e organiza os sentidos e que se reconfigura a partir de operações midiáticas e de novas práticas de interação dos atores. Buscamos superar alguns protocolos de análise dos fenômenos midiáticos que aprisionavam o objeto para empreendermos leituras que deem conta de entender essa complexificação da qual falamos, advinda da intensificação do processo de midiatização da sociedade.

Ao observarmos o modo como a mobilização *Eu não mereço ser estuprada* se constitui, é possível perceber as afetações entre as instituições e a mídia, bem como a relação que se estabelece entre a mídia tradicional e os atores sociais, que produzem falas sob diferentes protocolos discursivos, pondo em circulação sentidos sobre o protesto que se organizava em rede. Desse modo, pensamos também na (des)ordem dos fluxos a partir de um conceito que está atrelado ao de midiatização: circulação.

2.2 A EMERGÊNCIA DA CIRCULAÇÃO NA SOCIEDADE MIDIATIZADA

Na sociedade em vias de midiatização, há um redimensionamento das práticas sociais que sofrem mutações ao se midiatizarem. Assim, complexifica-se a discussão sobre a relação de comunicação que se estabelece entre produtores e receptores. Os modelos funcionalistas de transmissão de mensagens, que apontam a atividade de um polo emissor e a passividade de um polo receptor, há muito já não respondem a essa complexa relação, que rompe com a preponderância do polo de emissão, assumindo a atividade dos consumidores, em suas múltiplas dinâmicas de usos e apropriações.

Produtor e receptor tornam-se interagentes no processo de comunicação, saem de suas instâncias estanques, compartilham o mesmo espaço de interação e alternam de lugar frequentemente. Os atores sociais, antes acostumados a receber os produtos midiáticos com poucas chances de reverberar seus singulares modos de consumo, agora produzem suas próprias ofertas discursivas, compartilham e as fazem entrar em um fluxo contínuo de circulação.

Por conta disso, a noção de circulação ganha relevo quando o que está em discussão são as mutações decorrentes do fenômeno da midiatização. Na sociedade midiatizada, o receptor é re-situado em distintos papéis dentro de uma nova arquitetura comunicacional (FAUSTO NETO, 2012). Como o autor afirma, produtor e receptor estruturam suas interações em “zonas de contato”. A circulação deixa de ser um lugar de passagem, em que os discursos transcorriam numa lógica linear, para “se transformar num espaço de interfaces, segundo outro tipo de trabalho enunciativo, de natureza assimétrica cujas marcas de suas manifestações, geradas por produtores e receptores, se tornariam empiricamente mais visíveis” (FAUSTO NETO, 2012, p. 46).

Essa nova atividade de circulação acentua a descontinuidade entre as lógicas de produção e de recepção, num processo de acoplamentos que, longe de apontar para uma convergência de sentidos, se realiza segundo postulados de divergência (FAUSTO NETO, 2015, p. 21). Se antes as referências de inteligibilidade estavam detidas no âmbito das instituições sociais – retomando a ideia de passagem da sociedade dos meios à sociedade da midiatização –, hoje essa centralidade é deslocada e as dinâmicas de interação são dinamizadas por processualidades de ordem tecno-discursiva. Isso significa que instituições, campos e atores continuam produzindo mensagens constituídas por seus singulares processos enunciativos, porém, como aponta o autor, essas mensagens entram em contato umas com as outras em “zonas de interpenetração”, ressaltando as heterogeneidades discursivas e tendo como resultado “discursos que – não obstante terem sido enunciados, segundo condições de produção dos sistemas a que pertencem – seriam afetados largamente pela complexidade do trabalho da circulação, e tomariam novas formas [...]” (FAUSTO NETO, 2015, p. 21).

Aproximando essa ideia para o caso em estudo, temos diferentes instâncias de produção em um campo de embates: o instituto científico que realizou a pesquisa (Ipea), os demais sistemas peritos (psicólogos, sociólogos, educadores), a mídia de massa, Nana Queiroz (ator-mobilizador), os demais atores sociais em seus ambientes sociais, digitais e nos grupos, as vozes dos movimentos feministas, os *haters* (“odiadores”, que ridicularizavam o protesto). Todos eles com seus discursos construídos através de um trabalho enunciativo próprio de seus sistemas, mas que se encontram e sofrem injunções desse atravessamento decorrente da atividade circulatória.

Àqueles que estavam relegados até algum tempo ao espaço restrito da recepção entram no jogo e sem a necessidade de autorizações. Fausto Neto (2015) nos faz pensar nesse novo *status* da recepção a partir da noção de circulação. O autor aponta que um dos efeitos da

mediatização é, justamente, a possibilidade de se identificar as marcas de sua ocorrência (ou aquilo que ela provoca) na própria superfície da sua ambiência.

São resultantes destes novos processos de circulação que vão gerar novas condições para novas possibilidades de exteriorização de sentidos. Neste contexto, o receptor não mais se dilui na massa e nem se abjeta nas multidões, mas se especifica enquanto um corpo, o “corpo-significante” enquanto instância de produção, mas também de circulação de signos (FAUSTO NETO, 2015, p. 22, grifos do autor).

Braga (2012, p. 39) salienta que, mais do que pensar na relação produtor/receptor, interessa refletir que a circulação ultrapassa a situação da recepção, afinal, o receptor “faz seguir adiante as reações ao que recebe”. Como frisa o autor, o produto midiático entra em circulação, em um “fluxo adiante”, sem rotas definidas ou fronteiras limítrofes para sua disseminação, podendo ser replicado e repercutido em outros tantos espaços.

Formam-se, assim, múltiplos circuitos (BRAGA, 2012), caracterizados por essa circulação em fluxo contínuo, que desestabiliza as relações lineares entre os campos sociais. Se antes esses campos relacionavam-se a partir de lógicas próprias, hoje, com a mediatização, os circuitos atravessam os campos sociais, “abalando sua capacidade de refração e o desenho de sua esfera de legitimidade” (BRAGA, 2012, p. 48). Assim, há um atravessamento de diversos ambientes, em que se articulam ao circuito uma variedade de processos e produtos.

Assim, os atores envolvidos nas mobilizações engendradas em ambientes digitais (por vezes organizados em coletivos ou movimentos sociais), a partir da utilização do aporte das tecnologias digitais de comunicação, acabam por interferir nos rumos das ações restritas a outros campos sociais, como o político, por exemplo. Essa (re)criação contínua de circuitos é característica da mediatização da sociedade (BRAGA, 2012).

Com foco no dispositivo em/de análise, Ferreira (2013) pensa a circulação a partir de uma problemática em que se sobressai às relações entre os processos intermediáticos (entre dispositivos) e intramediáticos (no âmago do dispositivo). O autor utiliza o Facebook como exemplo de um dispositivo em que esses dois processos ocorrem de forma simultânea. As interações que ocorrem dentro do mesmo dispositivo, Ferreira (2013) chama de interlocução endógena (comentários, compartilhamentos e curtidas no dispositivo), enquanto as interações que ocorrem entre dispositivos (Facebook e televisão, por exemplo) corresponderiam à interlocução exógena.

A proposta de Ferreira (2013) possibilita pensar a circulação midiática da mobilização *Eu não mereço ser estuprada* enquanto acontecimento, pois aponta, de algum modo, a relação entre os fluxos que se estabelece entre/nos dispositivos midiáticos, denotando uma maior

participação dos interagentes na produção de sentidos acerca do acontecimento desencadeador. O acontecimento, assim, desdobra-se a partir da ação de uma multiplicidade de atores, em seus mais distintos modos de apropriação e de produção de estratégias discursivas para expressar-se e demonstrar suas intencionalidades (PERUZZOLO, 2004).

Assim, enquanto um “modo como produtores e receptores se encontram em jogos de oferta e de respectivamente de exposição e composição de mensagem” (FAUSTO NETO, 2009, p. 8), a circulação funciona de modo que há um constante embate, com negociações e apropriações de sentidos. Esse processo não é linear e, mais do que sinalizar convergência, aponta também para divergências de ordem discursiva.

Desse modo, o ambiente digital potencializa esses fluxos de circulação, modificando as lógicas de “espalhamento” (JENKINS, FORD, GREEN, 2013) dos conteúdos na rede. Essa lógica de espalhamento de conteúdos reflete uma cultura de compartilhamento e colaboração, em que os interagentes não apenas consomem informações, mas também põem o acontecimento em circulação, a partir de diferentes pontos.

A intensificação dos fluxos de circulação leva o acontecimento a disseminar-se nas redes e tomar formas que escapam à preponderância de uma única instância produtiva ou às regulações da mídia massiva. É a partir da apropriação dos consumidores e do que eles fabricam sobre o acontecimento que este se constitui, tendo incorporado em seu âmago a natureza das redes, caracterizando-se pela conectividade, pelo compartilhamento acelerado e sentidos em intenso processo de impulso. É sobre essa natureza reticular que nos ocupamos na seção que segue, debatendo o conceito de redes sociais e sua apropriação para o contexto digital, além da descrição de alguns mecanismos próprios do site de rede social no qual desenvolvemos parte desta pesquisa, o Facebook.

2.3 REDES SOCIAIS DIGITAIS

O termo redes sociais é hoje amplamente utilizado para se referir a sites como Facebook, Orkut e Twitter, ou ainda a aplicativos de telefonia móvel, como o Instagram e WhatsApp. Dentre tantas características, o que os assemelha é a possibilidade de, por meio de uma conta pessoal, entrar em contato com um grupo de conhecidos e amigos – ou até mesmo conhecer novas pessoas – e partilhar informações e conteúdos diversos. É importante pontuar, todavia, que essa ideia causa confusão: primeiro, porque, mesmo que em voga na contemporaneidade, a noção de redes sociais não nasce com o desenvolvimento da internet; e,

segundo, porque existe uma diferença entre as redes sociais propriamente ditas e os sites ou ferramentas tecnológicas que potencializam a sua formação.

O conceito de redes sociais está atrelado a um pensamento clássico sobre as formas de relação que os seres humanos estabelecem entre si. Ainda no início do século XX, o sociólogo alemão Georg Simmel elabora estudos que tem o seu eixo na noção de redes. Simmel (2006) pensa a sociedade como uma rede de interações, que se forma a partir de processos interacionais que partem de uma dimensão individual para uma dimensão coletiva. Essa noção dialogava com o pensamento do Interacionismo Simbólico e tornou-se basilar para estudos sociológicos posteriores que visavam compreender as diferentes formas de interação.

O desenvolvimento de novas tecnologias, aliado à intensificação dos processos de comunicação digital e as transformações na esfera econômica a partir de um capitalismo de “acumulação flexível”⁴⁸ (HARVEY, 2012), impõe aos teóricos um esforço para compreender e explicar a complexificação da sociedade. Dentre esses teóricos, está Manuel Castells (2003), que se dedica aos estudos do que nomeou “sociedade em rede”⁴⁹. Para este autor, teríamos passado de um paradigma em que a comunicação se daria de *um* para *um* ou de *um* para *muitos* e passamos a nos comunicar de *muitos* para *muitos*. Isso se torna possível, em grande medida, graças às novas tecnologias digitais e, sobretudo, ao modo como os atores se apropriaram de tais ferramentas.

Todos estaríamos, assim, inseridos em redes⁵⁰ – com a família, com os amigos, com os colegas de trabalho, com pessoas que compartilham os mesmos gostos ou hábitos, e assim por diante. Ou seja, mesmo no ambiente off-line, estamos inseridos nessas redes de relação e interação. O que acontece, com o advento da internet e as potencialidades das tecnologias digitais, é a criação de um novo espaço de relações. Desse modo, tal qual no ambiente off-

⁴⁸ Harvey (2012) aponta a passagem de um sistema de capitalismo fordista para um sistema de acumulação flexível: no primeiro, característico da modernidade industrial, os trabalhadores cumpriam rígidos horários de trabalho e o consumo da massa era a meta, enquanto no segundo há uma descentralização das unidades de produção em nível global e uma flexibilização dos processos de trabalho, tendo como consequência a precarização de direitos trabalhistas, por meio das políticas de terceirização e contratação temporária. O autor se ocupa da análise das transformações culturais no século XX decorrentes, em grande parte, dessa passagem de uma fase a outra no sistema capitalista.

⁴⁹ Para o autor, é preciso considerar os contextos econômicos e socioculturais para pensar a sociedade em rede, não a relacionando apenas a avanços tecnológicos, afinal, a tecnologia seria necessária para a organização das redes de relações, porém não autossuficiente para tanto (CASTELLS, 1999). Ainda segundo o autor, três processos específicos caracterizariam uma sociedade em rede: a liberdade como demanda social, as exigências de uma economia flexível e globalizada e os avanços na computação e nas telecomunicações (CASTELLS, 2003).

⁵⁰ Três séculos antes de nossa era, Hipócrates já usava o termo “rede” como uma metáfora para designar as conexões venais do organismo humano. O termo também é utilizado para denominar instrumentos de pesca e determinados tecidos para vestimentas (MUSSO, 2004). Mais recentemente, um ramo da Sociologia passa a se utilizar da metáfora, entendendo a organização da sociedade de modo reticular.

line, as redes sociais digitais organizam sociabilidades e movimentam a interação entre os sujeitos no cotidiano, modificando o tipo de mediação que se estabelece.

Uma rede social na internet é formada por dois elementos essenciais: a representação dos atores sociais e suas conexões (RECUERO, 2009). Assim, a relação que se estabelece – os laços – nessa comunicação mediada pelo computador não se dá entre indivíduos, mas sim entre representações de indivíduos⁵¹. Essas redes podem ser mais amplas que as redes estabelecidas no ambiente off-line e a sustentação das conexões entre os atores se dá pelo potencial informativo dessas redes, já que essas conexões são “marcadas pelas ferramentas que proporcionam a emergência dessas representações. As conexões são estabelecidas através dessas ferramentas e mantidas por elas” (RECUERO, 2012, p. 206).

Boyd e Ellison (2008) afirmam que os sites de redes sociais se caracterizam pela permissividade dos usuários em articular e tornar visível suas redes sociais no espaço digital. Isso acontece porque, para pertencermos a esses espaços e interagirmos nesses sites, é necessário fazer um cadastro. Para poder ingressar em uma rede social na internet, é preciso se identificar.

O perfil é gerado com as respostas a estas questões, que normalmente incluem: idade, localização, interesses e uma seção “sobre mim”. A maioria dos sites também incentiva os usuários a fazer upload de uma foto de perfil. Alguns sites permitem que os usuários melhorem seus perfis adicionando conteúdo multimídia ou modificar a aparência do seu perfil (BOYD; ELISSON, 2008, p. 213, tradução nossa)⁵².

Assim, são as características próprias desses sites que permitem essas interações. No entanto, mesmo dentro de um sistema que possui regras próprias, há sempre o fator humano que reconfigura o uso da tecnologia. É o que Braga (2012, p. 48) chama de invenção social: “os processos comunicacionais associados não decorrem simplesmente da invenção tecnológica. É preciso um componente diretamente social no processo”. Desse modo, a apropriação de um site de rede social diz respeito “ao uso das ferramentas pelos atores, através de interações que são expressas em um determinado tipo de site de rede social” (RECUERO, 2009, p. 103).

⁵¹ Com base na ideia de representação de Erving Goffman, Recuero (2009) trabalha com o conceito de ator social enquanto sujeito que interage com os demais a partir de uma performance.

⁵² Do original: “The profile is generated using the answers to these questions, which typically include descriptors such as age, location, interests, and an “about me” section. Most sites also encourage users to upload a profile photo. Some sites allow users to enhance their profiles by adding multimedia content or modifying their profile’s look and feel”.

Posto isto, frisamos que há uma diferença entre as redes sociais dos sites que as sustentam. Os sites não são em si redes sociais, “eles podem apresentá-las, auxiliar a percebê-las, mas é importante salientar que são, em si, apenas sistemas” (RECUERO, 2009, p. 103). Ou seja, esses sites se estruturam enquanto ferramenta na manutenção da rede social em si, que se mantém viva pelas trocas conversacionais dos atores sociais.

O diferencial desses sites de rede social frente a outras formas de comunicação é justamente a possibilidade de se construírem redes de visibilidade e manutenção dos elos sociais estabelecidos em redes off-line, de tal modo que a distinção entre on e off-line passa a se diluir, afinal, a relação entre esses dois mundos possui laços estreitos e fronteiras cada vez mais tênues. Nessas redes, ocorre uma mediação que complexifica as interconexões entre os indivíduos. Para Recuero (2009, p. 118), a internet se configura como mediadora de informações que são “armazenadas, replicadas e buscadas”. A partir dessas características, as redes sociais na internet tornam-se espaços relevantes para a transmissão, configuração e troca de elementos comunicativos essenciais para a manutenção dos grupos que delas fazem parte.

A partir de uma reflexão sobre os modos como o processo de midiatização afeta a sociedade e considerando a crescente articulação de coletivos em redes sociais digitais, buscamos neste momento uma aproximação à teoria dos sistemas sociais proposta por Niklas Luhmann para poder compreender como ocorre a circulação e a interação entre os atores sociais no grupo de discussão sobre a mobilização estudada. Para tanto iniciamos com uma discussão sobre alguns aspectos da teoria desenvolvida por Luhmann e, na sequência, fazemos alguns apontamentos pertinentes ao nosso trabalho.

Luhmann (2005, 2010) ficou conhecido no pensamento sociológico moderno por contrapor noções já sedimentadas no campo, propondo o polêmico conceito de sociedade sem indivíduo e pensando na cibernética de segunda ordem (FEDUZZI, 1997), em que os sistemas observadores observam a si mesmos como parte do sistema e não do lado de fora. Sua teoria se ampara na premissa de que é possível explicar a complexificação da sociedade a partir de sistemas sociais autopoieticos, autorreferenciais e operacionalmente fechados. Para chegar nessa noção sistêmica da sociedade, Luhmann (2005, 2010) leva para as Ciências Sociais alguns conceitos e ideias já presentes em discussões de outras disciplinas, como Biologia, Robótica, Psicologia e Neurofisiologia.

Assim, Luhmann (2005, 2010) faz, como ponto de partida, a diferença entre ambiente e sistema. Essa diferenciação é a saída encontrada pelo teórico para preencher lacunas no pensamento clássico referentes ao esquema tradicional que relaciona o *todo* e *suas partes* (FEDUZZI, 1997). Os sistemas se manteriam, então, a partir das trocas estabelecidas com o

seu ambiente. Para entender essa relação entre os sistemas e o ambiente, é importante entender o sistema enquanto forma de diferenciação entre o lado interno da forma (sistema) e o lado externo (ambiente).

A teoria de Luhmann (2005, 2010) se estrutura a partir da tríade: autopoiese, fechamento operacional e acoplamento estrutural. A autopoiese se refere à capacidade dos sistemas de produzirem informações que circulam internamente e que alimentam o sistema, mantendo-o como um organismo vivo. Isso aconteceria porque, segundo Luhmann (2005), as informações são sempre constructos internos. Com o ambiente não cooperando nesse processo, chegamos à tese do fechamento operacional. Esse fechamento se dá pela autonomia do sistema, que gere as suas autoproduções estruturais. O fato de os sistemas serem autopoieticos remete à capacidade de produzirem suas próprias regras e insumos para sua existência, podendo produzir o que o autor chama de autofortificação.

O salto na teoria luhmanniana está em pensar a vida do sistema em função de uma produção que é interna e que não depende do meio que o circunda. Isso tornaria o sistema operacionalmente fechado e autopoietico. Uma das principais críticas ao pensamento de Luhmann (2005, 2010) refere-se a esse fechamento do sistema nele mesmo. O autor, no entanto, atenta que um sistema operacionalmente fechado não significa um sistema isolado. É aqui que entra a noção de acoplamento estrutural, que designa as interdependências entre sistemas e ambiente, que não estão disponíveis operacionalmente. Ou seja, o ambiente pode irritar o sistema. A noção de irritação surge para caracterizar a produção de ressonâncias do sistema em relação aos acontecimentos do meio externo.

Posto isto, percebemos que as redes sociais – e os sites de redes sociais, como o Facebook, mais especificamente – podem ser pensadas enquanto sistemas. Os grupos de discussão que se articulam como fóruns e comunidades em rede fariam parte desse macrossistema. Entendendo a organização sistêmica que se desenvolve nesse ambiente, temos a relação estabelecida entre os sistemas da mídia, dos movimentos feministas e dos usuários como acoplamentos estruturais, que se interpenetram com o objetivo de trocar “energias” e evitar a entropia.

Os sites de redes sociais se configuram como sistemas fechados, possuindo lógicas próprias de funcionamento e elementos interativos próprios – por exemplo, as funcionalidades próprias do Facebook, que serão descritas na seção seguinte. No entanto, há uma relação com outros sistemas quando vídeos ou imagens provenientes de outros sites de redes sociais ou ainda da mídia tradicional entram no sistema como acoplamento estrutural ou ainda como irritação. Essa irritação afeta as redes e suas atividades de interação, fazendo surgir uma

resposta que pode vir em forma de um redimensionando de suas práticas, como repensar a própria função do grupo fechado e os temas ali discutidos.

O grupo observado, *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*, é pensado também através desse viés sistêmico, pois a partir de regras próprias organiza o seu funcionamento. A relação com o ambiente externo se dá através da diferenciação entre aquilo que diz respeito ao grupo (sua função, temas de interesse e sua razão de existência) e aquilo que está fora de suas normativas. As irritações acontecem quando informações provenientes de outros sistemas e do meio externo entram no sistema, provocando tensões no grupo e fazendo com que a informação seja processada e conformada às dinâmicas do próprio sistema.

Assim, entendemos que o Facebook integra um sistema maior, o midiático, enquanto o grupo de discussão, ao estar vinculado ao Facebook, pode ser compreendido como um subsistema, em relação mútua de trocas com o meio e outros sistemas. Para uma melhor compreensão dos mecanismos do Facebook, apresentamos e descrevemos na sequência algumas de suas funcionalidades.

2.3.1 O Facebook e suas gramáticas

Lançado em 2004, o Facebook surgiu a partir da iniciativa de alguns estudantes da Universidade de Harvard, nos EUA, que tinham o objetivo de criar uma rede de contatos entre os universitários. Para ingressar no sistema, era preciso estar vinculado a alguma instituição de ensino superior reconhecida. Com o tempo, o sistema foi se abrindo também para estudantes de escolas secundárias (RECUERO, 2009). A partir da apropriação dos usuários, o Facebook foi se transformando e rapidamente se espalhou para o mundo todo. Mark Zuckerberg, um de seus fundadores e atual dono, é uma das pessoas mais ricas do mundo⁵³. De propriedade do Facebook.inc, o Facebook tornou-se um império de comunicação e alvo de discussões e investigações científicas acerca da privacidade e vigilância em rede, das restrições moralistas a conteúdos disseminados e da relação com seus anunciantes em troca de informações dos usuários.

O Facebook é hoje o site de rede social com a maior base de usuários do mundo. Segundo dados divulgados pela própria empresa⁵⁴, o site possui 1,4 bilhão de usuários ativos (aqueles que entram no site pelo menos uma vez no mês), sendo que 890 milhões de usuários

⁵³ Sua fortuna estimada é de US\$ 39,2 bilhões. Fonte: <http://olhardigital.uol.com.br/noticia/mark-zuckerberg-e-um-dos-10-homens-mais-ricos-do-mundo/50959>. Acesso: 20 jan. 2016.

⁵⁴ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/tec/2015/01/1581963-facebook-supera-estimativa-de-receita-de-analistas-usuarios-ja-sao-14-bi.shtml>. Acesso: 15 jun. 2015.

acessam diariamente o site e 526 milhões acessam apenas por algum dispositivo móvel. No Brasil, há 60 milhões de usuários ativos. O Facebook se estrutura para a apropriação desses atores, enquanto site de rede social, e se caracteriza pela oferta básica de três serviços: “(1) construir um perfil público ou semi-público dentro de um sistema fechado, (2) articular uma lista de usuários com quem divida uma conexão e (3) ver e percorrer sua lista de conexões e aquelas feitas por outros dentro do sistema” (RECUERO, 2012, p. 206).

Para ingressar no Facebook, é preciso realizar um cadastro com uma conta vinculada a um e-mail. A partir do preenchimento dos dados, cria-se um perfil, com o qual o usuário pode estabelecer contato com outros usuários, adicionando outros perfis a sua rede, criando, assim, uma lista de amigos, cujas informações alimentam a página inicial, a partir de um Feed de notícias com a atualização em tempo real do que é publicado pelos usuários. Esse Feed sistematiza e organiza as publicações da sua rede de contatos e pode ser programada pelo usuário a partir de alguns interesses, como, por exemplo, receber as informações principais (dos amigos mais próximos) ou as atualizações mais recentes.

Os quatro recursos básicos de interação no Facebook são as opções Curtir, Comentar, Compartilhar e Publicar Status. O Status é o espaço no qual o usuário publica conteúdos (imagens, vídeos, textos ou qualquer outro tipo de informação). É possível marcar pessoas (outros perfis) na publicação e indicar a sua localização no momento da publicação (Figura 3). Ao clicar em Publicar, o usuário compartilha com sua rede de amigos sua atualização de Status. Ao lado do botão Publicar, é possível escolher a privacidade do conteúdo: Amigos (apenas para a sua rede de contatos) ou Público (qualquer pessoa que também tiver uma conta no Facebook pode ver a atualização visitando o seu perfil).

Figura 3: Reprodução da caixa de Status do Facebook.



Já as opções Curtir, Comentar e Compartilhar (Figura 4) se referem a formas de valoração do conteúdo publicado na rede, bem como de interação entre os usuários. Segundo

o Glossário de Termos do Facebook, o ato de curtir algo sinaliza para o seu amigo que você gostou da publicação. Comentar é a ação de digitar alguma mensagem em resposta ao conteúdo publicado, enquanto Compartilhar é a ação de publicar na sua própria Linha do Tempo⁵⁵ alguma publicação que lhe chamou a atenção e que você deseja que sua rede de amigos também tenha acesso. Essas opções acompanham quase todas as formas de conexão e estão presentes também nas Páginas e nos Grupos. Na análise do grupo *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*, é possível notar que a alimentação do grupo se dá mediante publicações e compartilhamentos de conteúdo, e a discussão toma forma a partir da troca de comentários entre os membros do grupo.

Figura 4: Opções de interação no Facebook.



A criação de Páginas e Grupos também é outro recurso do Facebook. Tanto as Páginas quanto os Grupos são espaços que amplificam a comunicação do perfil com outras redes, que não se restringem àquelas formadas por amigos. As Páginas funcionam como comunidades que reúnem os usuários a partir da identificação deles com a proposta da Página – pode ser página de empresas, instituições, estabelecimentos comerciais, marcas, campanhas, celebridades, humor, veículos de notícia, entre outras. As informações publicadas nas Páginas são sempre públicas e podem aparecer no Feed de Notícias dos usuários que as curtem.

Os Grupos, por sua vez, são espaços de discussão comumente mais restritos que as Páginas, possuindo configurações específicas de privacidade. Os Grupos podem ser abertos (qualquer um pode entrar ou ser convidado e as publicações são visíveis a quem visitar a página do Grupo), fechados (qualquer um pode solicitar entrada e só tem acesso às publicações e discussões quem for aceito) ou secretos (a entrada no Grupo se dá mediante convite e o Grupo não é encontrado nas buscas). Os Grupos são espaços que reúnem as pessoas a partir de interesses em comum e sua estrutura propicia a criação de fóruns de discussão.

⁵⁵ A expressão Linha do Tempo no Facebook se refere ao espaço “onde você pode ver suas publicações ou as publicações em que você foi marcado organizadas por data. A Linha do Tempo também faz parte do perfil”. Ou seja, é o conjunto de informações e conteúdos publicados pelo usuário que contam a sua história.

Relembramos que o grupo de discussão observado nesta pesquisa é fechado, criado por um grupo de pessoas que tinham o objetivo de organizar ideias por meio de discursos próprios em um lugar mais restrito acerca dos temas produzidos em torno da mobilização *Eu não mereço ser estuprada* no evento no Facebook. Como os eventos são espaços públicos e todos têm acesso às discussões, esse grupo de pessoas achou conveniente migrar para um espaço menos hostil, visto que algumas pessoas estavam sofrendo ataques nas publicações do evento. Os atores sociais, assim, se utilizam dos mecanismos do site de rede social para ampliar os espaços de interação e sociabilidade, especialmente na articulação de lutas e organização de ações que visam reivindicar demandas sociais.

As complexas interações que se estabelecem nesses espaços se relacionam a um alto grau de difusão de informações que, em decorrência da própria estrutura da rede, faz com que os conteúdos circulem de modo inapreensível, chegando a nós muito distantes. Como Recuero (2012, p. 209) aponta, “o coletivo de atores, interconectado [...] funciona como um meio, por onde a informação transita”, num sistema dinâmico de interações, a partir das funções de armazenamento e replicação presentes nessas redes.

É notável que as novas formas de interação dos atores na rede dinamizam a relação desses grupos com instâncias de poder e campos sociais que já possuem legitimidade na construção de realidades, como o campo das mídias – estas atuando como dispositivo na construção dos processos de visibilidade social. Os embates travados entre as instituições e os atores apontam para o que Prudêncio (2006) nomeia de “lutas por visibilidade”. Ainda que seja uma pesquisa situada em terreno sociológico, a tese da autora elucida diferentes estratégias da mídia ativista em busca de reconhecimento de suas causas e o intenso processo de negociação entre os coletivos de ativistas e a mídia de massa. Essas lutas são travadas via discursos, a partir de operações enunciativas próprias de cada uma dessas instâncias, num trabalho de circulação que tem as redes sociais digitais como um de seus lócus.

As redes sociais na internet trabalham, desse modo, com a intensa capacidade de difundir informações e reverberar ações que têm como consequência a proposição de novas discussões relacionadas a temáticas, muitas vezes, invisibilizadas pelos meios de comunicação de massa e até mesmo por instâncias políticas. Enquanto no off-line uma informação se propaga através das conversas entre as pessoas, nas redes sociais digitais “essas informações são muito mais amplificadas, reverberadas, discutidas e repassadas. Assim, dizemos que essas redes proporcionaram mais voz às pessoas, mais construção de valores e maior potencial de espalhar informações” (RECUERO, 2009, p. 25).

A ideia de uma conversação nesses ambientes, a partir da interação entre os atores sociais e reverberação⁵⁶ das informações postas a circular na rede e gerar fluxos contínuos, nos remete a discussão já feita aqui, sobre a problemática da circulação. Na sociedade em processo de midiatização, com o intercâmbio entre as instâncias produtiva e receptiva, emergem questionamentos que se referem a essa zona de articulação. Essas questões tomam forma neste trabalho a partir de indagações referentes à produção de informações sobre a mobilização em estudo, ao alcance dos protestos que integraram a mobilização e as múltiplas formas de apropriação dos atores sociais no que diz respeito ao *Eu não mereço ser estuprada*.

Após essa discussão sobre o conceito de redes sociais e sua ampliação para o contexto digital, passamos para o debate acerca das mobilizações engendradas em ambientes digitais. Discussões em voga na contemporaneidade, a existência de um espaço público digital e a formação de micro espaços de debate nas redes nos fazem pensar nos modos de articulação de coletivos a partir das tecnologias digitais, bem como a apropriação dessas tecnologias pelos atores para fins de mobilização social. Com base na mobilização estudada, essas questões dão corpo às reflexões a seguir.

2.4 MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM AMBIENTES DIGITAIS

O crescente número de usuários cadastrados em variados sites de redes sociais faz surgir questões sobre esses novos espaços de participação online, sobretudo, acerca do potencial uso político dessas tecnologias. As redes sociais digitais ampliam as possibilidades de interação humana, tensionam a relação entre público e privado e nos fazem refletir acerca das novas formas de mobilização que se formam nesses espaços.

Com as transformações que caracterizam a sociedade contemporânea, apontadas no início do capítulo, surge a indagação sobre o modo como a internet se constitui num lócus específico que amplia a participação política. Como discutimos no tópico anterior, as redes sociais digitais possibilitam espaços de debate em torno de temáticas específicas e reúnem coletivos que almejam um mesmo objetivo. Com a ampliação do acesso às novas tecnologias, os movimentos sociais se apropriam cada vez mais dessas tecnologias para articular suas lutas, confrontar discursos de opressão, além de divulgar e organizar suas agendas. Tomam forma o que alguns estudos caracterizam como novos movimentos sociais em rede (SCHERER-WARREN, 2006; GOHN, 2011; CASTELLS, 2013).

⁵⁶ O termo “reverberação” é aqui utilizado no sentido de difusão dessas informações, cujos fluxos são inapreensíveis.

Compreendemos, em consonância com Verón (2012), que a internet não se constitui enquanto um novo meio, mas sim como um dispositivo de acesso. Mesmo que seja corrente nos dias de hoje apontar o advento da internet como a causa de todas as transformações da sociedade, é importante fugirmos dessa visão, afinal, “a internet é essencialmente uma mutação das condições de acesso e circulação dos discursos” (VERÓN, 2012). Essa ideia se relaciona ao próprio entendimento do autor no que tange ao conceito de mediação. Para Verón (2012), a história da mediação representa uma história de negociações de acesso, em que a internet é uma gigantesca rede de circulação.

O autor entende o conceito de mediação como a materialização de processos mentais (no livro, na fotografia, nos áudios e vídeos). A partir do momento que há essa materialização, é necessário haver acesso aos objetos materiais. Ele exemplifica com a história de Martinho Lutero (1483-1546), o monge agostiano que, contrariando às normas eclesiais, traduziu a Bíblia para o alemão, utilizando uma unificação de dialetos locais que tornariam a escritura mais acessível. A obra teve condições de se difundir graças à imprensa, desenvolvida por Gutenberg no séc. XV. Verón (2012) sinaliza, então, que este é um momento de mutação nas condições de acesso, ou seja, a possibilidade de mais pessoas terem contato com os objetos materiais. Dessa forma, a internet seria hoje uma gigantesca rede de acesso que agregaria diferentes meios dentro dela.

Não negligenciamos, todavia, o fato de que a rede mundial de computadores não é acessível a todos, ainda que as estimativas mostrem um crescimento exponencial do número de acessos. De acordo com dados do IBGE⁵⁷, 85,6 milhões de brasileiros tem acesso à internet em seus domicílios (equivalente à 49,4% da população). Além de questões geracionais e etárias – jovens acessam com maior frequência a internet do que os idosos – a diferença de classes também marca essa questão dos acessos. Segundo o estudo, a utilização da internet está ligada à renda familiar per capita. Famílias com maior renda familiar, acima de 10 salários mínimos, têm 89,9% de acesso à internet, enquanto famílias com até um quarto do salário mínimo por pessoa, têm apenas 23,9% de conexão doméstica à internet. Os dados apontam que ainda falta para alcançarmos a inclusão digital, afinal, o acesso por si só não se configura como inclusão. No entanto, é preciso considerar que a maioria de nós, mesmo àqueles que têm um acesso restrito à internet, está imersa em uma cultura digital.

⁵⁷ Dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013. Fonte: <http://www.ebc.com.br/tecnologia/2015/04/acesso-internet-chega-494-da-populacao-brasileira>. Acesso: 20 dez. 2015.

Com a ampliação dos espaços de discussão e debate, que suprem, em certa medida, uma carência democrática em relação aos tradicionais meios de comunicação (GOMES, 2005), as pessoas sentem-se mais à vontade para se mobilizar nesses outros ambientes em prol de determinadas causas. Verón (2012) atenta que nem todas as manifestações de reivindicação nos ambientes digitais podem ser percebidas como formação de movimentos políticos, pois muitas delas se caracterizam como “um instante de protesto, de reação, de expressão” (VERÓN, 2012). O autor afirma que a dificuldade de se analisar os protestos engendrados em redes digitais está, sobretudo, no fato de que esses acontecimentos ainda são muito recentes e as análises correm o risco de serem prematuras.

No entanto, Verón (2012) acredita que a internet pode ser considerada como um novo espaço público e as redes sociais digitais, mais especificamente, se caracterizariam pela evidência das relações democráticas de acesso de um modo bastante instantâneo e, possivelmente, nunca antes visto na história. A partir da visão positiva do autor, é possível perceber que há nesses espaços um potencial político que pode gerar, a longo prazo e a partir da articulação dos atores sociais e dos debates estabelecidos nesses espaços em torno das disputas por visibilidade (PRUDÊNCIO, 2006), movimentos de contestação com força para propor e conseguir mudanças sociais em nível macro.

Obviamente, a internet (ainda) não cumpre a função de uma reforma democrática, mas possibilita, como aponta Castells (2003, p. 135), que o espaço digital se configure como uma atualização da ágora grega, em que as pessoas podem “expressar suas inquietações e partilhar suas esperanças”. É a partir desse escopo das redes sociais digitais e das novas possibilidades de participação política que pensamos as mobilizações sociais engendradas em ambientes digitais, que é o caso do nosso objeto de estudo.

Por mobilizações sociais, entendemos as ações que envolvem grupos de pessoas que partilham de um “objetivo comum, buscando, cotidianamente, resultados decididos e desejados por todos” (TORO; WERNECK, 1996, p. 5). Essas ações tomam forma por meio de atos enunciativos que geram discursos produzidos e difundidos através de ambientes específicos, como o midiático. O que faz com os atores sociais se sintam impelidos a participar dessas mobilizações é o modo como determinados fatos e causas os afetam. Assim, uma característica dessas mobilizações é a participação voluntária e advinda de uma escolha pessoal, que se baliza fortemente pelo eixo das emoções e intenções.

Ao falar sobre as recentes mobilizações sociais que tomaram conta das ruas em diferentes lugares do mundo e que tiveram a internet como espaço de articulação, Castells (2013) pontua que a esperança é um dos sentimentos que faz com que a mobilização aconteça.

A esperança, aliada à indignação, impulsiona os atores sociais, ao passo que projeta um futuro desejado e alimenta as ações combativas. Logo, a mobilização tem como horizonte objetivos pontuais, que a justificam (TORO; WERNECK, 1996).

Chamamos atenção para o fato de que não faz muito sentido estabelecer valorações comparativas entre as mobilizações que se organizam no ambiente digital e aquelas que se organizam e que vão efetivamente para as ruas. É interessante pensar que há validade em ambas as formas de interação e, na contemporaneidade, “cada vez o mais comum será mesmo a interação social constituir-se como uma combinatória intrincada de redes de diferentes tipos, umas com características mais ou menos convencionais e outras com características mais ou menos tecnológicas” (ESTEVES, 2007, p. 7). O fator de destaque nessa relação é a complementariedade entre as interações “tradicional” e “virtual”, afirmando o poder inclusivo que passa a reger essa inter-relação.

Compreendemos que o processo de mediatização da sociedade possibilita uma reconfiguração na ordem das mobilizações, caracterizadas pela progressiva diluição de escalas hierárquicas e uma horizontalidade de organização. Essas mobilizações caracterizam-se por não se centrarem apenas na figura de um dirigente do protesto (MALINI; ANTOUN, 2013) – mesmo que existam mobilizadores, como a jornalista Nana Queiroz, no caso em análise – mas de haver uma multiplicidade de atores interconectados que respondem por suas ações dentro dos objetivos dos coletivos. Ou seja, a ideia de mobilização remete a uma participação mais democrática dos agentes envolvidos, a partir da comunicação menos hierárquica propiciada pela interação nas mídias digitais, como aponta Castells (2013).

Há um caráter acontecimental na mobilização, visto que irrompe enquanto descontinuidade na tessitura cotidiana da sociedade, singulariza-se através de lógicas próprias e afeta milhares de pessoas que, indignadas e inconformadas com os resultados da pesquisa do Ipea, aderem à enunciação proposta por Nana, produzindo suas próprias intencionalidades discursivas. Por conta disso, apresentamos a seguir uma retomada de algumas perspectivas sobre a teoria do acontecimento até chegarmos aos acontecimentos mediatizados que emergem e se desenvolvem no ambiente das redes sociais digitais.

2.5 OS ESTUDOS SOBRE ACONTECIMENTO: DEFINIÇÕES E PERCURSOS

A palavra acontecimento é usada corriqueiramente em nosso cotidiano, especialmente no jornalismo, para falar sobre os conteúdos que enuncia. No entanto, acontecimento é um conceito caro – e, por vezes, problemático – para diferentes disciplinas, que tomam para si

definições peculiares (FRANÇA, 2012). Nosso intuito é discutir algumas concepções sobre o acontecimento e, por fim, apresentar alguns apontamentos para compreender o acontecimento mediatizado – que é como caracterizamos a mobilização social *Eu não mereço ser estuprada*.

Algumas teorias sobre o acontecimento são construídas a partir da Sociologia, da Antropologia e da Pedagogia. Morin (1986) insere-se nesse conjunto de autores, a partir de seus estudos sobre a Sociologia do acontecimento. Para o autor, que estudou as revoltas estudantis de maio de 1968, na França, o acontecimento estaria relacionado à ideia de nascimento, sendo ruptura e catástrofe simultaneamente, a partir da qual se desenvolveriam processos de auto-organização.

Por um viés antropológico, Marc Augé (2001) pensa em uma etnografia do acontecimento. O autor vai em busca de um resgate dos acontecimentos extensivamente narrados pela mídia e que, depois de tantas repetições, deixam muito pouco que dizer sobre eles mesmos. Dayan e Katz, por sua vez, irão pensar em uma pedagogização do acontecimento, ao passo que seria possível identificar movimentos de construção dos acontecimentos pela mídia. O autor seleciona exemplos de acontecimentos imprevisíveis para pensar o modo como se constitui uma narrativa que precisa identificar o acontecimento, organizar a narração e selecionar testemunhas que possam contar sobre ele. Ao contrário dos cerimoniais midiáticos (DAYAN; KATZ, 1999), esses acontecimentos não estão na agenda das redações jornalísticas. Assim, o aspecto pedagógico do acontecimento está nas performances para se moldar o que irrompe inesperadamente.

Há ainda autores que consideram os processos de produção e a prática jornalística na construção de acontecimentos. Dentre eles, está Verón (1995), que parte da ideia de que os acontecimentos sociais não estão acabados, mas se constroem a partir do trabalho enunciativo dos meios de comunicação. A existência do acontecimento está, pois, atrelada a sua elaboração pela mídia. Verón (1995) chega a essa conclusão após analisar os despachos de uma agência de notícias na França sobre um acidente nuclear em Three Mile Island⁵⁸ e, posteriormente, a cobertura dos semanários franceses sobre o assunto.

Rebelo (2006), por sua vez, acredita que para haver acontecimento, este deve estar imbuído de um caráter de atualidade e pregnância (capacidade de ruptura). Assim, o acontecimento existe “quando nos incita a reconstruir esse nosso quadro de vida momentaneamente perturbado pela ocorrência inesperada” (REBELO, 2006, p. 17). A partir

⁵⁸ Em 28 de março de 1979, houve um vazamento de radioatividade para a atmosfera na central nuclear de Three Mile Island, localizada no Condado de Dauphin, na Pensilvânia (EUA). O acidente nuclear é considerado um dos mais graves já ocorridos na história.

dessa reflexão, encontramos um ponto em comum entre as teorias do acontecimento: a maioria aponta para o caráter singular do acontecimento e seu potencial de ruptura.

Ao romper a “normalidade”, o acontecimento inquirir narrativas que o expliquem, que o organizem em quadros de referência já postos – tanto o é, que quando este acontecimento é pautado pelo discurso jornalístico, há tendência a recorrer a outros acontecimentos passados semelhantes, na tentativa de torná-lo mais claro. É essa construção narrativa do acontecimento que irá dar sentido às problemáticas instauradas por ele, em um movimento de interpretação que Louis Quéré (2005) denomina “poder hermenêutico do acontecimento”.

Quéré (2005), aliás, também pensa ser requisito para a constituição do acontecimento a singularidade e a ruptura. Além disso, é marcante no pensamento do autor a importância que ele dá ao campo da experiência, pois, para ele, os sentidos sobre o acontecimento só são constituídos se forem capturados pela experiência. Assim, ao mesmo tempo em que irrompe uma descontinuidade, o acontecimento possui um poder de afetação. Isso significa que “um acontecimento acontece a alguém; ele não é independente nem autoexplicativo, não são suas características intrínsecas que fazem o seu destaque, mas o poder que ele tem de afetar um sujeito – uma pessoa, uma coletividade” (FRANÇA, 2012, p. 13). Logo, aquilo que não afeta os domínios de nossa vida não pode ser considerado um acontecimento: será um simples fato, cuja existência possa nos ser conhecida, porém, não seremos tocados por ele.

Relacionamos a reflexão de França (2012), ancorada no pensamento de Quéré (2005), ao nosso objeto de estudo, os discursos produzidos acerca da mobilização *Eu não mereço ser estuprada*. Seu caráter acontecimental está não apenas na ruptura da normalidade do cotidiano de uma rede social, mas sobretudo no fato de afetar as pessoas que participam dessas redes, ao ponto de fazê-las ingressar – como sujeitos dotados de linguagem – na mobilização, pintarem seus corpos, tirarem suas roupas, mostrarem para os demais atores que elas não concordavam com a culpabilização da mulher pelo abuso sofrido e, mais do que isso, ofertar sentidos que não se restringem à mobilização em si, mas que vão além e remetem a um movimento de luta e combate à opressão histórico.

Assim, há o acontecimento em si, que “irrompe da superfície lisa da história”, como afirma Rodrigues (1993, p. 27), mas ele só existe porque afeta de alguma forma a vida dos sujeitos, que acabam lhe dando outros sentidos. É preciso pontuar também que o acontecimento, nesse sentido, não está posto como sinônimo de *fato*. O fato seria “aquilo que se passou no mundo, sendo causado por ocorrências determinadas e tendo consequências apreensíveis e mensuráveis” (MENDONÇA, 2007, 119). O que distingue um fato de um acontecimento, sobretudo, é que este último é de ordem temporal (DELEUZE, 1975;

SANTOS, 2005). Ao relacionar o acontecimento como categoria temporal, Deleuze (1975) o situa em um espaço intermediário entre passado e futuro, unindo ambos em torno da mesma cadeia de significação.

Na medida em que rompe com o que está posto, o acontecimento também marca o passado por sua “não-explicação”, como afirma Quéré (2005), carente de sentidos e, paradoxalmente, inauguradora de “futuros possíveis”. Daí o acontecimento ser uma instância de conhecimento, dotada do poder hermenêutico de que fala autor. O acontecimento

É, portanto, muito mais do que um facto que pode ser dotado de sentido ou de um valor por um sujeito, em função dos possíveis prévios de um contexto: é, ele próprio, portador ou criador de sentido. Transporta consigo ‘as condições de sua própria inteligência’. Transforma o campo dos possíveis daqueles que atinge. Abre um horizonte de sentido, em particular introduzindo novas possibilidades interpretativas, relativas tanto ao passado como ao presente e ao futuro. [...] o acontecimento não se produz somente no tempo: ‘dá o tempo a ver’ (QUÉRÉ, 2005, p. 69, grifos do autor)

Esses apontamentos iniciais sobre a teoria do acontecimento nos direcionam a pensar na constituição do conceito de acontecimento jornalístico. Segundo Rodrigues (1993), a notícia seria um *meta-acontecimento discursivo*, por falar sobre outro acontecimento – notável, singular, o acontecimento em si, que já dissertamos anteriormente. Os sistemas jornalísticos transformariam, assim, o acontecimento em notícia, “unidade discursiva desse sistema” (BERGER; TAVARES, 2010, p. 128).

Interessante perceber que “o acontecimento jornalístico geralmente se define a partir de uma concepção positiva e funcional da história: o excepcional em relação ao comum, o desvio em relação à norma” (BENETTI, 2010, p. 145). O que a autora destaca é a percepção que temos de uma história sempre linear e o acontecimento sendo aquilo de notável que rompe com essa ilusão de linearidade. Assim, a imprevisibilidade torna-se o elemento caracterizador do acontecimento jornalístico, fator este presente nas mais diversas categorizações de valores-notícia.

Sobre esses acontecimentos imprevisíveis, José Manuel dos Santos (2005), apoiado nas reflexões de Niklas Luhmann, categoriza os acontecimentos em *microacontecimentos*, *macroacontecimentos* e *mega-acontecimentos*. Os primeiros referem-se àqueles acontecimentos com maior nível de previsibilidade, visto que fazem parte de uma série, gerando pouca repercussão noticiosa. Os segundos desestabilizam o sistema jornalístico, pois irrompem da normalidade, instauram descontinuidades, são “fora de série”. Os mega-acontecimentos, por sua vez, potencializam os efeitos de irritação do sistema, visto que não há

disponível oferta de sentidos para sua explicação – o autor cita o “11 de setembro” como inaugurador deste tipo de acontecimento.

Percebemos que as concepções de acontecimento são múltiplas e que os autores seguem diferentes perspectivas para entender o acontecimento, sendo possível identificar diferentes tipologias do acontecimento jornalístico, como fizeram Berger e Tavares (2010). O que nos parece, neste momento, profícuo pensar é o modo como as reconfigurações advindas das novas tecnologias digitais e do crescente uso de redes sociais por parte dos sujeitos, para além da sociabilidade, fazem emergir nesses ambientes novos tipos de acontecimento. É dessa categoria de acontecimento que nos ocupamos na sequência.

2.5.1 O acontecimento em ambiente digital

Esta seção se constrói sobretudo acerca do conceito de ciberacontecimento (HENN, 2013). A seguir, alguns apontamentos para compreender o conceito, ainda em desenvolvimento. Nossa intenção é mostrar as conexões entre o que o autor postula e nosso objeto de pesquisa, mesmo que nossas perspectivas sejam distintas. O que gostaríamos de marcar é a atenção que devemos lançar a esses fenômenos emergentes de *acontecer*.

Ronaldo Henn (2013), em pesquisas recentes, dedicou-se a pensar os acontecimentos cuja emergência se dá no âmbito das redes sociais digitais, situados na porosa fronteira entre o privado e o público. A esse tipo de acontecimento o autor nomeia de ciberacontecimento. Aproximamo-nos de suas reflexões, pois nosso olhar também está direcionado aos acontecimentos que emergem nessas ambiências digitais.

Para pensar o ciberacontecimento, é necessário partir das teorias que tratam o acontecimento em si e o acontecimento jornalístico em específico. Como já mostramos, um traço compartilhado por essas teorias diz respeito ao caráter singular do acontecimento, como ruptura da normalidade, começo de um processo de sentidos que são construídos no campo da experiência.

O acontecimento segue uma lógica linear de formatação pelo jornalismo que o transforma em narrativa, tendo como desdobramentos sua repercussão, afetação e agendamento. No entanto, “essa lógica vem sendo reiteradamente abalada pelos processos de comunicação online e ganha texturas instigantes com a consolidação das redes sociais na internet” (HENN, 2013, p. 36). As redes sociais digitais passam a ser o lugar contemporâneo da eclosão de acontecimentos, que Henn (2013) denomina ciberacontecimentos.

Essa ideia vai ao encontro do que sugere Pierre Nora (1974), quando diz que os acontecimentos são aparentemente tramados com a natureza das mídias que lhe são contemporâneas. Daí o caso Dreyfus ter ligação com o surgimento do jornalismo impresso, a Segunda Guerra Mundial estar relacionada em várias nuances com o rádio e a chegada do homem à Lua carregar a marca da transmissão televisiva. Partindo dessa ideia é que Henn (2013, p. 39) postula a existência de outras modalidades de acontecimentos que têm como natureza o ambiente das culturas digitais. Estes são os ciberacontecimentos.

Esse movimento representa consequências para o jornalismo, que antes organizava a produção do acontecimento de modo linear. Hoje, essa representação é tensionada pela emergência das redes digitais (HENN, 2013). A ruptura da preponderância do polo de emissão transforma o lugar privilegiado de produção e circulação dessas mensagens e o jornalismo progressivamente desocupa o lugar preferencial de narrador do acontecimento (MALINI; ANTOUN, 2013), visto que este se desenrola em plataformas que já possuem naturezas narrativas e midiáticas (OLIVEIRA; HENN, 2014).

França (2012) sinaliza que os acontecimentos possuem uma dupla vida. A primeira vida seria no nível da sua existência, na realidade da vida cotidiana. A segunda refere-se a sua existência simbólica, a partir da narração do acontecimento, quando ele se transforma em discurso – que ocorre tanto numa situação de comunicação interpessoal quanto pela construção jornalística. A autora frisa que não existe lugar definido para os fatos que vão acontecer a alguém ocorrerem, tampouco existe esse lugar definido para a sua materialização em discurso.

Seguindo o pensamento de França (2012), é possível pensar nas redes sociais digitais enquanto lócus para a existência dupla do acontecimento, afinal, é no ambiente digital que o acontecimento irrompe, *acontece a alguém*, bem como é no espaço das redes sociais digitais que ele também é narrado, a partir da apropriação dos atores sociais que agem sobre os discursos ali postados e o transformam. Não só o jornalismo se utiliza desse espaço para narrar o acontecimento e fazer circular suas interpretações sobre ele, mas também é o espaço de embate, em que os atores sociais se mobilizam e narrativizam o acontecimento a partir de suas vivências, de acordo com os modos singulares de afetação.

Vivenciamos, assim, um momento em que a oferta discursiva do jornalismo pode ser confrontada e questionada com outros discursos enunciados pelos atores sociais. A reverberação advinda desses ambientes complexos de relações desestabiliza o jornalismo e o faz repensar nos modos de apreensão desses processos transnarrativos, que têm agora a atuação daqueles que tradicionalmente ocupavam o lugar estático da recepção. Assim, parece

profícuo pensar as práticas sociais para além do que representam as reconfigurações advindas das novas tecnologias digitais e do crescente uso de redes sociais. Dessa forma, as mutações na constituição dos acontecimentos não podem ser pensadas fora de um contexto de mediação. Por conta disso, nomeamos estes acontecimentos engendrados em ambiências digitais e que circulam nas ‘mãos’ dos atores sociais de acontecimento mediado.

Pensar o acontecimento mediado implica o movimento de relacionar a força que o adjetivo mediado impõe na caracterização desse acontecimento. Assumimos, assim, que a natureza dos acontecimentos de então são afetadas por lógicas do processo de mediação. Desse modo, marcamos também a distinção entre acontecimento mediático e mediado, posto que o primeiro é frequentemente relacionado a ocorrências pautadas, agendadas e modeladas pela narrativa mediática tradicional, enquanto o segundo não se encontra sob a égide das regulações da mídia tradicional. Não excluimos a participação notável dos meios de comunicação de massa no acontecimento mediado, que também o apreendem e o narram. No entanto, este tipo de acontecimento sinaliza um fenômeno maior: sua constituição se dá essencialmente pela apropriação de múltiplos atores, que tomam o acontecimento para si e produzem outros sentidos acerca dele.

O acontecimento mediado se constrói na sobreposição de camadas, a partir da narração dos atores sociais, das instituições, dos campos, das mídias tradicionais e das independentes. Por conta desse caráter, é que podemos pensar o *Eu não mereço ser estuprada* – enquanto uma mobilização social – por um viés de acontecimento, afinal, sua constituição corresponde às lógicas já apontadas ao longo deste texto.

No capítulo seguinte, ocupamo-nos da análise do objeto. Até aqui, buscamos apresentar o caso em estudo, detalhar os ferramentais metodológicos e discutir os conceitos teóricos que sustentam a pesquisa. Na sequência, mobilizamos os conceitos discutidos neste capítulo em nossa leitura analítica sobre os processos de construção e circulação do *Eu não mereço ser estuprada*.

3 O ACONTECIMENTO MIDIATIZADO

No primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos o desenho da pesquisa, ou seja, o percurso que fez com que conhecêssemos o caso aludido, delimitássemos o *corpus*, escolhêssemos o método de análise e buscássemos o aporte teórico. Antes de iniciarmos o exercício analítico, apresentamos nossas estratégias metodológicas de modo sintético, a fim de sistematizar e tornar mais claro ao leitor as etapas desta investigação. Construimos essas estratégias a partir das divisões de fases estipuladas por Duarte (2006) como sendo próprias de um estudo de caso, adaptando-as para as particularidades do objeto.

A primeira fase refere-se à etapa exploratória. Como discorremos anteriormente, essa fase marca o momento em que o pesquisador estabelece um contato inicial com a situação a ser investigada. O objetivo é a definição do caso. Nossa pesquisa exploratória consistiu em um primeiro mapeamento dos ambientes digitais que visibilizaram a mobilização. Desse mapeamento inicial, conseguimos o material que irá compor a primeira parte da análise (seção 3.1) e que apresenta a circulação do acontecimento nos ambientes digitais.

A partir do mapeamento das matérias em sites e artigos em blogs, é possível construir esquemas ilustrativos que elucidem e mostrem os fluxos de circulação da mobilização, bem como apontar sentidos produzidos pelas matérias jornalísticas. Além disso, esse mapeamento também permite entender os desdobramentos do acontecimento nas redes sociais digitais, a partir da apresentação de dados referentes à expressividade das *tags*⁵⁹ relacionadas ao caso nessas redes de interação.

A segunda fase da pesquisa é a coleta de dados. Como apontamos, os dados foram coletados desde a fase exploratória. Esses dados servem à primeira etapa de análise, referente à circulação, a partir do trabalho descritivo de caminhos pelos quais o acontecimento fluiu. Assim, essa segunda fase direciona a coleta dos dados que serão analisados por meio da semiologia dos discursos, ou seja, serão analisados enunciados postados no grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*. Utilizamos, nesta fase, a técnica de observação sistemática online, caracterizada como encoberta não participativa (JOHNSON, 2010). A observação realizada no grupo nos permite entender as dinâmicas de interação entre os membros, regidos tanto por normativas próprias do Facebook quanto por regras estabelecidas pelos moderadores do grupo. Ocupamo-nos da descrição dessas dinâmicas na seção 3.2.

⁵⁹ Etiquetas de classificação de conteúdos na internet.

A terceira fase do estudo de caso é a análise sistemática dos dados. Nessa fase, nosso foco foi a análise dos sentidos produzidos pelos participantes do grupo ao desenvolverem estratégias discursivas singulares para enunciar-se como integrantes desse coletivo, que visa ampliar uma mobilização social em torno da temática anti-estupro.

As fases recém explicitadas dão conta de três momentos-chave não apenas para estudos de caso, mas para qualquer pesquisa científica: exploração, coleta e interpretação. Nosso esforço, nesta pesquisa em específico, é encarar este estudo de caso a partir de sua particularidade comunicacional-midiática. Esse esforço se deve, sobretudo, às provocações feitas por Braga (2008, 2010), já referidas no primeiro capítulo deste trabalho, sobre a necessidade de assumirmos um viés próprio de nossa área, a fim de desentranhar o objeto comunicacional. Esse desentranhamento se dá por meio da formulação de questões propriamente comunicacionais sobre os fenômenos.

Nesse sentido, não ignoramos que o caso em estudo, certamente, pode ser analisado através de outros prismas, advindos de outras disciplinas ou que se detenham em análises de ordem sociocomunicacional. Nossa visada, no entanto, é encarar o caso pelo seu caráter midiático. Por esse motivo, nossa exploração dialoga com o esquema analítico de Ford (1999), sobre casos midiáticos, que conjuga a observação do objeto com a análise de sua movimentação.

Partindo disso, este capítulo se dedica ao exercício de análise do caso *Eu não mereço ser estuprada*. O capítulo está organizado em quatro partes. Na primeira parte, “Dos fluxos: como circula o acontecimento”, retomamos a problemática da circulação, que emerge sobretudo a partir das reconfigurações advindas da intensificação do processo de midiatização da sociedade. O acontecimento circula pelas redes em fluxos (des)contínuos e difusos. O primeiro movimento dessa etapa consiste, pois, no desenvolvimento de esquemas interpretativos que possibilitem explicar a atividade circulatória do acontecimento nos ambientes digitais, a fim de compreender os modos como o acontecimento toma forma pelos enunciados postos em circulação.

Em seguida, realizada a análise da circulação do acontecimento, verticalizamos nosso olhar e focamos a análise no grupo de discussão do Facebook. Nessa segunda parte do capítulo, “Do funcionamento do grupo *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*”, ocupamo-nos da descrição dos mecanismos do grupo, enquanto um subsistema do Facebook, a fim de compreender o modo como se organizam as dinâmicas do grupo de discussão, bem como os contratos que os atores postulam para estabelecer diferentes relações de comunicação.

Na terceira parte deste capítulo, “Dos contratos: análise das estratégias discursivas”, analisamos os enunciados. Com base no aporte teórico-metodológico da semiologia dos discursos sociais (PERUZZOLO, 2004; PINTO, 2002; VERÓN, 2005), criamos categorias analíticas que viabilizam compreender as estratégias discursivas mapeadas a partir da análise dos enunciados produzidos pelos atores sociais no grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprada* [OFICIAL].

Por fim, uma quarta etapa, “Da processualidade do acontecimento”, apresenta reflexões finais que possibilitam coadunar as ideias apresentadas nas etapas analíticas anteriores que dão corpo ao que caracterizamos neste trabalho como “acontecimento mediado”. Para tanto, refletimos sobre a processualidade do acontecimento enquanto marca da mediação, caracterizada pela circulação discursiva e pelas singulares apropriações acerca do *Eu não mereço ser estuprada*.

3.1 DOS FLUXOS: COMO CIRCULA O ACONTECIMENTO

Nesta seção, descrevemos os fluxos apreensíveis de circulação do acontecimento. Nossa tentativa é reconstituir a cronologia do acontecimento a partir dos rastros deixados na rede, mapeados durante a pesquisa exploratória e posterior observação da movimentação do caso. Partimos de uma problematização sobre a circulação social dos discursos para pensarmos o modo como o acontecimento circula nas redes digitais. Identificamos, assim, como ponto de saída, a publicação da pesquisa “Tolerância social à violência contra as mulheres”⁶⁰, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgada no dia 27 de março de 2014.

O objetivo da pesquisa do Ipea, como o próprio título enuncia, era compreender os níveis de tolerância dos brasileiros e brasileiras à violência contra as mulheres. As conclusões do estudo apontaram paradoxos: os respondentes demonstraram pouca tolerância com situações de violência física ou psicológica e com o violentador⁶¹ – entendendo que este deveria ser punido pelo crime – mas demonstraram concordar que a causa da violência estaria

⁶⁰ O relatório com os resultados da pesquisa encontra-se disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf. Acesso: 11 dez. 2015.

⁶¹ 90% dos respondentes concorda total ou parcialmente que “homem que bate na esposa tem que ir para a cadeia”. 88% discordam total ou parcialmente que “um homem pode xingar e gritar com sua própria mulher” (IPEA, 2014).

concentrada, muitas vezes, no comportamento da mulher⁶². Ou seja, os dados da pesquisa desvelavam a situação de culpabilização da vítima e reafirmavam valores sociais sedimentados na cultura machocêntrica e patriarcal (SAFFIOTI, 2004) ainda muito presentes em nossa sociedade – por exemplo, o casamento como sonho almejado por todas as mulheres⁶³, a realização pessoal estar vinculada à maternidade⁶⁴; a obediência ao marido⁶⁵; a configuração de família heteronormativa (marido, esposa e filhos) e a pouca tolerância a outros modelos familiares⁶⁶.

O texto da pesquisa foi construído a fim de elucidar essas contradições e apontar, com base nos dados, possíveis causas para o fenômeno da violência contra as mulheres. O trabalho enunciativo da pesquisa é tornar inteligível a compilação de dados e as percentagens apresentadas. O objetivo é de que o texto possa ser lido por um maior número de pessoas e, portanto, a redação não segue um estilo acadêmico, sendo escrita em linguagem mais acessível ao público geral. No entanto, a circulação da pesquisa ficou restrita a um regime circulatório que se movimenta em meio a pares. Característica de uma sociedade em processo de midiaticização, o Ipea possui meios de fazer com que sua pesquisa circule a partir de espaços de comunicação comandados pela própria instituição (site e página em rede social). Esse é o primeiro movimento de circulação da pesquisa em si, movimento este que se potencializa a partir do momento em que os meios de comunicação tomam ciência da divulgação da pesquisa – possivelmente através do trabalho de assessoria de comunicação do Instituto – e fazem o seu próprio trabalho enunciativo a respeito dos dados divulgados pelo Ipea. Desse modo, os jornais constroem a notícia a partir de regramentos e valores próprios do sistema midiático.

Ou seja, mesmo que o Ipea goze da legitimidade delegada a ele pelo sistema científico para falar sobre as percepções da sociedade acerca do tema “violência contra as mulheres” e que tenha meios próprios de tornar visível essa pesquisa, ela só consegue alcançar maior visibilidade a partir de construções feitas pelo sistema midiático. Esse tratamento, como dissemos, ocorre através de critérios já estabelecidos pelo campo das mídias. A pesquisa do Ipea era composta por um questionário de 25 perguntas feitas aos respondentes. Dentre as 25

⁶² 58,5% concordam total ou parcialmente que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros” (IPEA, 2014).

⁶³ 79% concordam total ou parcialmente que “toda mulher sonha em se casar” (IPEA, 2014).

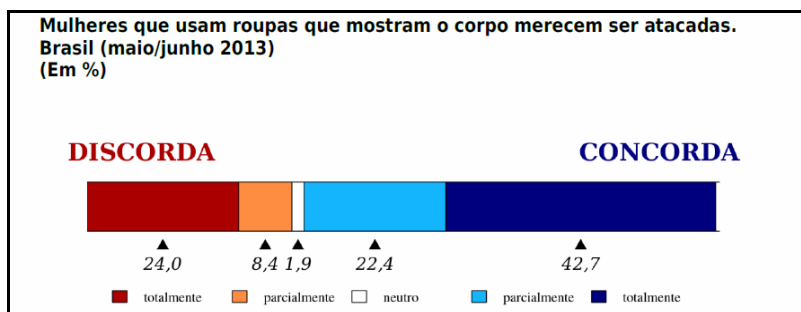
⁶⁴ Quase 60% dos respondentes concorda total ou parcialmente que “uma mulher só se sente realizada quando tem filhos” (IPEA, 2014).

⁶⁵ Quase 64% dos respondentes concorda total ou parcialmente que “os homens devem ser a cabeça do lar” (IPEA, 2014).

⁶⁶ 52% concordam total ou parcialmente que “o casamento de homem com homem ou de mulher com mulher deve ser proibido” (IPEA, 2014).

questões, o sistema jornalístico elegeu uma, em especial, para dar o seu enfoque e construir as notícias: 65% dos entrevistados (de um total de 3.810 pessoas) concordavam com a afirmação: “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” (Figura 5)⁶⁷.

Figura 5: Gráfico com a percentagem das respostas divulgado em 27 de março de 2014.



Fonte: Ipea/SIPS Tolerância social à violência contra as mulheres (IPEA, 2014).

O primeiro fluxo estabelecido foi entre o sistema científico (Ipea) e o sistema midiático, o que levou para a esfera de discussão pública o tema da culpabilização da mulher pela violência sofrida. Os veículos midiáticos elegeram, assim, um dado da pesquisa como elemento central para atrair a atenção dos leitores. É possível observar isso através dos títulos de algumas matérias coletadas em portais de notícias da internet:

Para 65%, mulher de roupa curta merece ser atacada, mostra pesquisa do Ipea (Zero Hora, 27.03.2014)⁶⁸

Para 65%, mulher que mostra o corpo merece ser atacada, diz pesquisa (Folha de S. Paulo, 27.03.2014)⁶⁹

65% dos brasileiros acham que mulher de roupa curta merece ser atacada (Estadão, 27.03.2014)⁷⁰

Para 65%, mulher com roupa que mostra corpo merece ser atacada (O Globo, 27.03.2014)⁷¹

⁶⁷ Uma semana depois, em 4 de abril de 2014, o Ipea lançou uma nota oficial corrigindo os dados divulgados na semana anterior. Segundo a nota, houve um erro na elaboração dos gráficos e a percentagem estava trocada: 26% (e não 65%) dos entrevistados concordavam com a afirmação de que as mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas. A errata está disponível em: <http://goo.gl/1UP8IL>. Acesso: 2 nov. 2015

⁶⁸ Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/03/para-65-mulher-de-roupa-curta-merece-ser-atacada-mostra-pesquisa-do-ipea-4458078.html>. Acesso em: 20 dez. 2015.

⁶⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1431871-para-65-mulher-que-mostra-o-corpo-merece-ser-atacada-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 20 dez. 2015.

⁷⁰ Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,65-dos-brasileiros-acham-que-mulher-de-roupa-curta-merece-ser-atacada,1145873>. Acesso em: 20 dez. 2015.

Maioria diz que mulher com roupa curta ‘merece’ ser atacada, diz Ipea (UOL, 27.03.2014)⁷²

Mais da metade dos brasileiros acredita que mulher dá motivo para ser estuprada (R7, 27.03.2014)⁷³

Para 58,5%, comportamento feminino influencia estupros, diz pesquisa (G1, 27.03.2014)⁷⁴

“Se a mulher se comportasse haveria menos estupros” (Carta Capital, 27.03.2014)⁷⁵

A partir da titulação das matérias jornalísticas que noticiaram os resultados da pesquisa, é possível perceber que o enfoque dado na maioria delas diz respeito a uma pergunta específica e à percentagem de pessoas que concordam com a afirmação. Zero Hora, Folha de S. Paulo, Estadão e O Globo utilizam o número (65%), enquanto os portais UOL e R7 optam por utilizar os termos “maioria” e “mais da metade dos brasileiros”, respectivamente, deixando em suspenso a informação de quanto seria essa percentagem, alarmando para o fato de que uma parcela significativa de pessoas concorda com a afirmação.

É possível notar que o R7 não utiliza a palavra “atacada” como os demais veículos. O uso dos termos “merece ser atacada” remete diretamente à afirmação da própria pesquisa do Ipea, estabelecendo um vínculo com o que foi perguntado aos entrevistados. R7, no entanto, opta pela utilização do termo “estuprada”. Mesmo que todo abuso sexual possa ser considerado um estupro, há uma suavização na utilização do termo “atacada”, que abre para um campo de significação mais amplo e que, nem sempre, remete diretamente à violência sexual.

Os dois últimos títulos destacados acima referem-se a textos que não estão focados na afirmação de que as mulheres de roupa curta merecem ser atacadas. O portal G1 também apresenta uma percentagem, porém, esses números dizem respeito a outra questão: “Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Essa afirmação também foi o mote para a matéria publicada por Carta Capital, que, ao contrário dos demais veículos, apresenta como título uma frase entre aspas, retirada do relatório do Ipea (“Se a mulher se

⁷¹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/para-65-mulher-com-roupa-que-mostra-corpo-merece-ser-atacada-12006214>. Acesso em: 20 dez. 2015.

⁷² Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/27/maioria-diz-que-mulher-com-roupa-curta-merece-ser-atacada-aponta-pesquisa.htm>. Acesso em: 20 dez. 2015.

⁷³ Disponível em: <http://noticias.r7.com/cidades/mais-da-metade-dos-brasileiros-acredita-que-mulher-da-motivo-para-ser-estuprada-28032014>. Acesso em: 20 dez. 2015.

⁷⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/para-585-comportamento-feminino-influencia-estupros-diz-pesquisa.html>. Acesso em: 20 dez. 2015.

⁷⁵ Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/para-o-brasileiro-se-a-mulher-soubesse-se-comportar-haveria-menos-estupros-2334.html>. Acesso em: 20 dez. 2015.

comportasse haveria menos estupros”). De qualquer modo, o título também se refere à culpabilização da mulher pelo abuso, afinal, coloca sobre o comportamento “indevido” da vítima a culpa pela violência sofrida. A utilização de uma frase entre aspas como título aponta uma estratégia da revista para atrair o leitor, sobretudo pelo impacto da afirmação, ao mesmo tempo em que sinaliza que tal enunciado foi dito por alguém, por outrem que não a revista.

Os títulos construídos pelas mídias são predominantemente indicativos, ou seja, apontam para determinada situação: no caso, o fato de a maioria dos entrevistados concordar que mulher com roupa curta merece ser atacada. Todos os títulos reproduzem, direta ou indiretamente, uma frase retirada da fonte (o relatório do Ipea). Isso mostra como as operações enunciativas de composição dos títulos refletem a dependência das redações em relação às fontes e também a tentativa de não assumir a responsabilidade pelo que é dito, trazendo para sua enunciação outros enunciadores. No caso de Zero Hora, Folha de S. Paulo, UOL e G1 isso fica ainda mais explícito quando o título da matéria é finalizado pelos complementos “mostra pesquisa do Ipea” ou “diz pesquisa” ou “diz Ipea”. Essas são marcas de uma ancoragem na fonte de informação, mesmo em uma atividade (a de titulação) que se caracteriza como sendo mais independente na produção jornalística – ainda que regrada, evidentemente, por outros constrangimentos.

As matérias selecionadas para ilustrar como ocorreu o processo de circulação tratam de modo semelhante o fato: apresentam os dados da pesquisa, detalham algumas das perguntas realizadas e utilizam os gráficos da própria pesquisa para ilustrar a matéria e explicar as percentagens. O relatório do Ipea é a única fonte consultada, exceto no texto do UOL, que recorre a uma segunda fonte especializada, uma assistente social, integrante de uma organização feminista, que comenta os resultados.

Além disso, a matéria do UOL é a única que contextualiza o impacto da divulgação da pesquisa do Ipea a partir de casos recentes sobre os abusos em transportes coletivos e o desenvolvimento de dispositivos que auxiliam no combate à violência contra a mulher. O texto do UOL diz: “O estudo é divulgado logo após a ocorrência de casos de violência contra mulheres no transporte público em São Paulo. No Pará, a Justiça passou a adotar em Belém um dispositivo conhecido como Botão do Pânico para que as mulheres denunciem casos de violência” (UOL, 27/03/2014). O portal fornecia hiperlinks para que os leitores pudessem clicar e, direcionados para as notícias, tomar conhecimento sobre os casos aludidos.

Esse é o primeiro fluxo identificado: quando alguns veículos jornalísticos publicam em seus sites/portais a notícia sobre a divulgação da pesquisa do Ipea. Como prática habitual das rotinas produtivas das redações, as matérias são divulgadas nas páginas dos veículos em

sites de redes sociais. A partir desse primeiro movimento, surgem outros fluxos: a divulgação da notícia no Facebook e no Twitter. Desde então, a notícia toma rumos inapreensíveis, em fluxos contínuos e adiante (BRAGA, 2012), afinal, a possibilidade de a matéria ser compartilhada faz com que só aumente o número de pessoas que podem ter acesso a ela.

Com base no mapeamento realizado no início desta investigação, procuramos identificar alguns desses caminhos percorridos, com o intuito de compreender como a mobilização teve início e se desenvolveu nas redes. Se em outras épocas o consumo de notícias se dava, majoritariamente, através do jornal impresso ou pelos noticiários da televisão e do rádio, hoje um grande número de pessoas têm acesso a esse material também por meio da internet, acessando os sites e portais de informação ou recebendo em seus *feeds* nos sites de rede social. O consumo de notícias através das redes sociais abre espaço para que as dinâmicas de interação entre mídia e atores sociais sejam reconfiguradas, visto que agora existe a possibilidade não só de os atores responderem às ofertas midiáticas como também de eles conversarem entre si acerca daquilo que é midiaticamente ofertado.

O resultado da pesquisa provocou indignação por parte de muitos agentes nas redes sociais e as notícias sobre os dados do Ipea passaram a ser compartilhadas pelas pessoas em seus perfis pessoais, o que gerou redes de conversação em torno do tema. Essas interações acontecem em novas “zonas de contato” (FAUSTO NETO, 2012), nas quais ocorrem negociações de sentidos entre produtores e receptores acerca do que está em debate. A indignação ainda dispersa das pessoas encontrou um ponto de coesão na rede a partir da criação de um evento no Facebook que incitava as mulheres a participarem de um protesto online. Uma imagem passa, nesse momento, a ser o símbolo do protesto e, em seguida, da mobilização insurgente: a foto da jornalista Nana Queiroz, seminua, em frente ao Congresso Nacional, em Brasília, com a frase “Não mereço ser estuprada” grafada em seus braços.

A foto de Nana passou a ser compartilhada pelos atores e serviu de exemplo daquilo que as outras pessoas, especialmente as mulheres, deveriam fazer: tirar fotos suas, não importando a roupa que estivessem usando, e segurando cartazes com a frase “Eu (também) não mereço ser estuprada”. Nana assume a liderança do protesto e, ao pintar seu corpo, propõe discursivamente que as outras mulheres se somem a ela, utilizando o advérbio “também” para marcar essa inserção. Nana desencadeia o ato discursivo e assume para si a autoralidade do protesto. No entanto, esse ato discursivo toma rumos incertos e percorre fluxos distintos a partir da apreensão e ressignificação por outros atores sociais, o que acaba por tensionar a autoralidade do protesto, como veremos a seguir.

A princípio, o evento (Figura 6) estipulava que as mulheres deveriam fazer as fotos e publicar, todas juntas, no mesmo horário (20 horas pelo horário de Brasília, no dia 28 de março de 2014). A ideia revela a articulação dos atores em mostrar o quanto estão interconectados e aponta para a lógica de organização do movimento, a partir da realização de ações em rede (CASTELLS, 2013) que mostrem a força da mobilização que se concretiza por meio de atos enunciativos. Obviamente, pouco importava se as pessoas publicariam exatamente no mesmo horário ou naquele dia suas fotos, afinal, pela lógica das redes, os conteúdos têm uma circulação contínua, com grande capacidade de reverberação. Ademais, os atores passaram a utilizar – e incentivar o uso – de uma *hashtag* (#EuNãoMereçoSerEstuprada) que uniria todas as publicações referentes ao assunto.

Figura 6: *Print screen* da página do evento no Facebook.



Fonte: Facebook/Reprodução.

Se a divulgação da pesquisa do Ipea via sistema midiático se constituiu enquanto antecedente da mobilização, foi a publicação da foto de Nana Queiroz no Facebook que deu ao acontecimento sua materialidade discursiva e, ao mesmo tempo, trouxe consigo a

racionalidade da midiaticização. Desencadeia-se um fluxo em que o acontecimento sai de uma esfera do sistema sócio-individual – momento em que a foto é feita e compartilhada com uma rede de amigos – e passa a integrar um circuito maior, sendo ponto convergente do protesto que irá englobar um coletivo de atores. A partir da publicação da foto e do posterior chamamento para o evento, proliferaram-se nas redes sociais fotos de mulheres – com seus corpos pintados ou segurando cartazes com frases de protesto.

Ao enunciar “não mereço ser estuprada”, Nana direciona sua fala a alguém. Num primeiro momento, podemos pensar em uma enunciação direcionada à pesquisa do Ipea, em que a atora social responde ao enunciado da pesquisa. Indo além, é possível entender que a jornalista também responde ao sistema midiático, afinal, o conhecimento sobre os dados do Ipea se deu através das matérias jornalísticas que falavam sobre a pesquisa. Se relembrarmos os títulos das notícias apresentados anteriormente, todos enunciavam a concordância da maioria dos brasileiros com a afirmação de que a mulher com roupa curta merece ser atacada. Pensamos, no entanto, que este é o caminho para compreender que o discurso de Nana, grafado em seu corpo, se dirige a algo maior: um discurso hegemônico e machista, sedimentado na cultura patriarcal, que reitera o papel de submissão da mulher em nossa sociedade. Quando os dados divulgados pelo Ipea ecoam o pensamento de que o comportamento da mulher provoca o abuso e, logo, justifica a violência, o discurso de Nana ergue-se em contraposição para dizer “eu [mulher] não mereço”.

Há, então, o embate desses dois discursos. “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas” *versus* “Eu não mereço ser estuprada”. A seminudez de Nana é proposital, visto que o primeiro enunciado marca a vestimenta da mulher como o “motivo” da violência, sendo o signo de permissividade. O corpo desnudo da jornalista é um operador significativo de que, com ou sem roupas, ela não “merece” ser estuprada. O corpo opera enquanto discurso e materialidade ao mesmo tempo, produzindo sentidos que visam responder ao instituto que fez a pesquisa, à sociedade machista e à mídia. O verbo “merecer”, presente em ambos os enunciados, se destaca enquanto a ação de afirmação e negação e será a marca presente em todas as demais variações da frase, como veremos adiante.

As imagens apresentadas na sequência apontam algumas das apropriações feitas a partir do chamamento do evento. As fotos foram compartilhadas na internet e entraram na cadeia de circulação em torno da mobilização, sendo elas mesmas, as imagens, discursos centrais para a materialização da mobilização na rede.

Figura 7: Mulher com a frase-símbolo do protesto grafada nas costas.



Fonte: Google Imagens/Reprodução

Nem todas as mulheres reproduziram a foto tal qual a de Nana. Na figura 7, vemos uma mulher de costas para a câmera com a frase-símbolo escrita em seu corpo, enquanto na figura 8 aparece outra mulher, com a mesma frase, só que escrita em uma folha, com um símbolo feminista desenhado na parte superior direita do cartaz. Cada ator social apreendeu discursivamente de forma distinta o chamamento da jornalista.

Figura 8: Mulher segura o cartaz com a frase-símbolo do protesto.



Fonte: Google Imagens/Reprodução

As apropriações são bastante singulares, como percebemos na figura 9, em que uma mulher escreveu em seu peito “não mereço ser estuprada” e foi fotografada amamentando uma criança. A imagem resgata uma discussão paralela e conexa à objetificação da mulher, que diz respeito à vigilância sobre a amamentação em lugares públicos e o conservadorismo que ronda a exposição do ato de amamentar, inclusive em ambientes digitais – a política do Facebook não permite que os usuários do site publiquem fotos de mulheres amamentando, por exemplo⁷⁶. Ou seja, os atores sociais produzem iconicamente discursos que visem também dar respostas a políticas do próprio sistema midiático.

Figura 9: Mulher posa para a foto amamentando.



Fonte: Google Imagens/Reprodução

Na figura 10, por sua vez, vemos uma outra apropriação da frase, que mantém conexão com o protesto, sobretudo a partir da utilização do verbo “merecer”, mas que enuncia que, independente da roupa (“de burqa ou de shortinho”), a mulher merece “respeito”. O verbo “merecer”, central no enunciado da mobilização, carece de um complemento. Gramaticalmente, “merecer” é um verbo transitivo direto, logo, pede um objeto direto. Como vemos na frase “eu não mereço ser estuprada”, a locução verbal “ser estuprada” desempenha essa função e aponta sentidos de negação a uma ação punitiva/violenta (estupro). No caso do

⁷⁶ Para compreender o que torna obscena a imagem de mães amamentando na cultura contemporânea, sugerimos o trabalho de Sibilía (2014). A autora recorre a uma perspectiva genealógica para analisar as atitudes censoras que deslocam a nudez do seio feminino para um terreno de moralidades e interdições. A análise parte de alguns episódios em que mulheres tiveram suas contas no Facebook suspensas em decorrência da publicação de fotos nas quais aparecem amamentando os filhos.

enunciado exposto na figura 10, temos uma reapropriação que se desloca da frase-símbolo e há uma mudança no sentido da interdição da violência para o direito ao respeito, à segurança e a dignidade de todas as mulheres: eu não mereço violência, eu mereço respeito.

Figura 10: Outras frases surgem no protesto.



Fonte: Google Imagens/Reprodução

Já na figura 11, vemos a utilização da *hashtag* do protesto, que cria um vínculo com o caráter online e de conectividade entre os atores sociais integrantes da mobilização na rede. Na mesma imagem, vemos a inscrição “nenhuma mulher merece ou pediu por isso”. Aqui, há um deslocamento do sujeito da frase, que passa da especificidade do pronome singular “eu” para a expressão mais ampla “nenhuma mulher”. Esse deslocamento também ocorre na figura 12, na qual aparece a frase “ninguém merece”. O modo como o enunciado é dito determina uma proposta de leitura que o enunciador deseja que se faça: “eu não mereço” singulariza para o sujeito que diz (mulher), “nenhuma mulher merece” abrange o coletivo ao qual o enunciador faz parte, enquanto “ninguém merece” expande para qualquer pessoa, incluindo os homens.

Figura 11: Uso da *hashtag* no cartaz.

Fonte: Google Imagens/Reprodução

Figura 12: Geisy Arruda também participa do protesto.



Fonte: Google Imagens/Reprodução

É interessante perceber também a conexão discursiva que o acontecimento *Eu não mereço ser estuprada* estabelece com outros eventos recentes que também trouxeram para a arena de discussão pública temáticas concernentes à cultura machista. Na imagem acima

(Figura 12), a mulher que segura o cartaz é Geisy Arruda, que ficou nacionalmente conhecida em 2009, quando cursava Turismo na Universidade Bandeirante de São Paulo (Uniban). Geisy foi à aula com um vestido curto e, por conta disso, tornou-se alvo de xingamentos e ameaças dos demais estudantes. Vídeos em que Geisy aparecia sendo hostilizada enquanto caminhava pelos corredores da universidade foram compartilhados na internet, tiveram milhares de acessos, foram tema de discussão em blogs e Twitter e, posteriormente, tornaram-se pauta jornalística⁷⁷. Geisy retorna à cena midiática agora segurando um cartaz em que diz não merecer ser estuprada – nem ela, nem ninguém – e traz consigo a singularidade de seu caso, carrega sua biografia e faz com que se estabeleçam relações entre o seu caso e o evento atual, afinal, Geisy foi xingada e recebeu represálias por conta da roupa curta que usava. O caso Geisy Arruda entra na cadeia de significação do *Eu não mereço ser estuprada* e a imagem é também uma resposta a seus detratores do passado.

É possível perceber que inúmeros circuitos se formaram a partir do protesto, levando o acontecimento para diferentes ambientes. Quando o evento no Facebook passou a agregar um grande número de pessoas – mais de 40 mil confirmaram participação – e as fotos se espalharam pela rede, o protesto tornou-se pauta jornalística. Assim, há um fluxo de retorno ao sistema midiático: os sites jornalísticos voltam a noticiar a pesquisa realizada pelo Ipea, todavia, o foco das matérias agora não é a pesquisa em si, mas sim a ação discursiva dos atores aos resultados.

Movimento online quer tirar a roupa das mulheres como forma de protestar contra resultado machista de pesquisa (Marie Claire, 27.03.2014)⁷⁸

Após pesquisa, mulheres pretendem tirar a roupa em rede social (Folha de S. Paulo, 28.03.2014)⁷⁹

Protesto ‘Não mereço ser estuprada’ movimenta Facebook após resultado de pesquisa (O Globo, 28.03.2014)⁸⁰

Movimento #NãoMereçoSerEstuprada protesta contra resultado de pesquisa (Zero Hora, 28.03.2014)⁸¹

⁷⁷ O caso “Geisy Arruda” foi objeto de análise da dissertação de Baccin (2012). A autora realizou uma cartografia para compreender os fluxos do acontecimento jornalístico a partir de sua reconfiguração em virtude das mídias sociais digitais.

⁷⁸ Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Comportamento/noticia/2014/03/movimento-online-quer-tirar-roupa-das-mulheres-como-forma-de-protestar-contr-resultado-machista-de-pesquisa.html>. Acesso em: 21 dez. 2015.

⁷⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/03/1432681-apos-pesquisa-mulheres-pretendem-tirar-a-roupa-em-rede-social.shtml>. Acesso em: 21 dez. 2015.

⁸⁰ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/protesto-nao-mereco-ser-estuprada-movimenta-facebook-apos-resultado-de-pesquisa-12018281>. Acesso em: 21 dez. 2015.

⁸¹ Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/03/movimento-naomerecoserestuprada-protesta-contr-resultado-de-pesquisa-4459178.html>. Acesso em: 21 dez. 2015.

Protesto na web crítica ‘cultura do estupro’ (Estadão, 29.03.2014)⁸²

Campanha ‘Não mereço ser estuprada’ faz sucesso na internet (Yahoo, 31.03.2014)⁸³

As matérias destacam o potencial das redes sociais digitais na articulação de protestos que envolvem um grande número de pessoas. A partir da análise da titulação, percebemos que Marie Claire e Folha de S. Paulo constroem títulos que apelam para a imagem da nudez, pela perspectiva do ato performativo de “tirar a roupa”. Enquanto o título de Marie Claire aponta para a ação do sujeito “movimento online”, que “quer tirar a roupa das mulheres” – como se não fosse algo que as mulheres que serão despidas aceitassem –, o título da Folha de S. Paulo é vago e pouco esclarece sobre o ato, deixando poucos referentes e apenas a informação acerca da pretensão das mulheres tirarem a roupa depois de uma pesquisa. Essa é uma estratégia de titulação em que o título fornece pouca informação e cuja intenção é fazer o leitor ler a matéria para descobrir do que se trata. O fato de as mulheres tirarem a roupa torna-se, assim, o chamariz para a notícia. O Globo, Zero Hora e Estadão enunciam o protesto em si, mesmo que neste último o título seja vago e não apresente a nomeação do protesto. O Globo, Yahoo e Zero Hora nomeiam o protesto com sua frase-símbolo, sendo que ZH utiliza a *hashtag* #NãoMereçoSerEstuprada, direcionando para o próprio código de indexação dos conteúdos referentes à mobilização que se desenhou naquele momento na rede.

Percebemos que não existe unanimidade em relação à nomeação do *ENMSE*: vemos protesto, campanha e movimento. Neste trabalho, como já sinalizamos anteriormente, entendemos esse momento inicial que envolve o ato de publicar as fotografias como um protesto em resposta à pesquisa, um ato performativo e enunciativo que irá desencadear um movimento maior, a mobilização em si, com a organização coletiva, ações correlatas e inúmeros desdobramentos. Notamos ainda que os títulos das notícias apontam sentidos de que o ambiente digital é o território no qual o protesto acontece: “movimento online”, “em rede social”, “movimenta Facebook”, “na web”, “na internet”. Ou seja, um protesto que não se engendra no espaço público da rua, mas da internet e, por isso, se constitui e circula seguindo outros regramentos impulsionados pelas particularidades da tecnologia digital e da apropriação de quem circula por essa ambiência.

⁸² Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,protesto-na-web-critica-cultura-do-estupro-imp-1146526>. Acesso em: 21 dez. 2015.

⁸³ Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/fotos/campanha-n%C3%A3o-mere%C3%A7o-ser-estuprada-faz-sucesso-na-internet-slideshow/estupro-photo-1396276849188.html>. Acesso em: 21 dez. 2015.

O trabalho das mídias é tornar o acontecimento inteligível a partir de gramáticas próprias do seu sistema. O evento se transforma em acontecimento jornalístico, entra em pauta e convoca sentidos para sua interpretação. Ao narrá-lo, o jornalismo busca dialogar com a linguagem da própria rede e com os atores envolvidos. Esses atores passam a ser fontes e a eles é delegado o protagonismo da ação. Alguns desses atores não são nem entrevistados diretamente, pois há a captura e a transcrição do que eles escreveram em suas páginas pessoais na internet – o que eles enunciam passa a ser matéria constituinte da unidade discursiva desse sistema, a notícia. Suas imagens circulam como ilustração da notícia e entram na rota do trabalho de circulação midiática.

Enquanto observador de segunda ordem (LUHMANN, 2005), o sistema midiático observa os demais sistemas – em que se desenvolve o protesto – e enuncia o trabalho de inteligibilidade da própria mobilização. Essa leitura funciona a partir de um esquema de redução de complexidades do sistema midiático, cujas lógicas afetam a organização dos demais sistemas, o que propicia o caráter midiático da própria mobilização. Transformada em narrativa, a mobilização passa a atender a um roteiro que aponta causalidades, rupturas, conflitos e o protagonismo da ação – que, de início, está centrado na figura de Nana Queiroz, enquanto “idealizadora do protesto”, mas que passa a ser diluído rapidamente em decorrência da própria natureza reticular da mobilização.

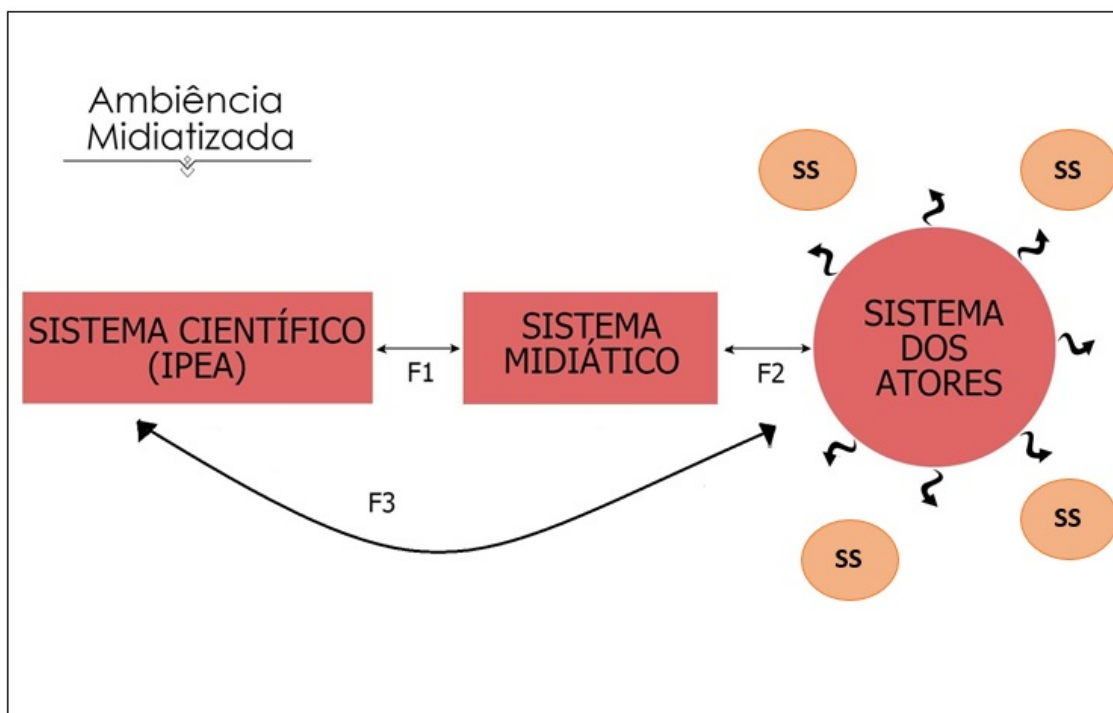
Além da cobertura midiática realizada pelos sites e portais de informação, o protesto foi também pautado e tema de debates em ambientes na rede que se afastam da dependência da mídia tradicional, como os blogs, não apenas aqueles que se propõem a discutir temáticas feministas, mas também outros que abordam temas contemporâneos diversos. Nesses ambientes, mais direcionados à publicação de material circunscrito a temáticas específicas, leitores se reúnem para debater através dos comentários. Um exemplo são as discussões encontradas no blog *Escreva Lola Escreva*, um dos principais blogs sobre feminismo no país. A blogueira Lola Aronovich publicou três textos⁸⁴ referentes ao protesto, reunindo quase uma centena de comentários em cada um deles, de pessoas que propunham discussões sobre machismo e cultura do estupro a partir da mobilização em torno do *ENMSE*.

Na figura 13, ilustramos esses primeiros fluxos. O sistema científico estabelece uma relação com o sistema midiático, representada pelo fluxo que os une (F1), visto que a mídia

⁸⁴ Os textos publicados no blog são os seguintes: Pesquisa mostra que falta muito para o feminismo se tornar obsoleto: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/03/pesquisa-mostra-que-falta-muito-pro.html>. Lutar ou renegar: as reações à pesquisa do Ipea: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/03/lutar-ou-negar-as-reacoes-pesquisa-do.html>. Reações exultantes: há erros na pesquisa do Ipea: <http://escrevalolaescreva.blogspot.com.br/2014/04/reacas-exultantes-ha-um-erro-na.html>. Acesso: 24 jun. 2015.

trata a informação com base em seus critérios de noticiabilidade e a transforma em notícia, dentro de normativas próprias. Essa informação, agora transformada no gênero discursivo notícia, é divulgada pela mídia em seus canais de comunicação até atingir os públicos, ou seja, o sistema de atores. Quando os atores passam a interagir com as mídias, nas zonas de contato, e a produzir discursos em resposta ao que está sendo noticiado, temos um caminho também bidirecional (F2), em que a produção discursiva dos atores torna-se insumo para a produção de novas notícias. Ou seja, o sistema midiático transforma as ações realizadas pelos atores sociais nas redes em matéria jornalística. É possível notar também que há outras flechas saindo do sistema dos atores, que simbolizam os outros tantos fluxos que o material discursivo produzido por eles percorre até outros subsistemas (SS), com a criação de outros ambientes de discussão (páginas, grupos, sites, blogs, etc.) até a elaboração de petições e organização de manifestações públicas. Ainda destacamos uma flecha (F3) que liga o sistema dos atores até o sistema perito (Ipea), levando em consideração que a visibilidade alcançada pela mobilização organizada pelos atores sociais interconectados fez com que o instituto responsável pela pesquisa retornasse aos dados e descobrisse o erro cometido no cálculo das percentagens.

Figura 13: Diagrama com os primeiros fluxos do acontecimento identificados.



Percebemos que a relação entre esses sistemas se complexifica no circuito de interações. O acontecimento é, então, dinamizado a partir de distintas lógicas: da pesquisa do Ipea, da mídia tradicional, da jornalista Nana, das redes e dos atores. As disputas de sentido se travam quando a referência de inteligibilidade do acontecimento deixa de pertencer a campos sociais já legitimados (científico, midiático, político, institucional, etc.) e passa a ser dinamizado por processualidades tecnodiscursivas que se abrem a diferentes fluxos, deslocando o protagonismo da ação de uma única instância.

Em relação à constituição da própria mobilização em rede, Castells (2013) aponta que os movimentos se organizam por meio de diferentes estratégias de enfrentamento, cuja organização segue a lógica das redes – uma lógica atravessada pelo sistema midiático, visto que falamos em um fenômeno de midiatização. Nas redes sociais digitais, é possível notar a força e a adesão que o protesto ganha a partir da proliferação de publicações relacionadas à *hashtag* #EuNãoMereçoSerEstuprada. Essa *hashtag* passa a agregar todas as publicações feitas no Facebook, Twitter, Instagram e Tumblr, indexando as mensagens postas em circulação. Outras *hashtags* relacionam-se à principal, tais como #ninguémmerece, #NinguémMereceSerEstuprada, #NinguémMereceSerEstuprado, #SouMinha, #protesto, #UOL, #AltasHoras⁸⁵ (Figura 14). Estes dois últimos já apontam para a repercussão da campanha na mídia tradicional.

O portal UOL Notícias publicou reportagens sobre a mobilização, compartilhando em seu Twitter⁸⁶ o link das matérias. Além disso, o blog do jornalista Leonardo Sakamoto – que publicou em seu perfil no microblog⁸⁷ o link de suas matérias relacionadas à mobilização – está hospedado no domínio do UOL, o que fez com que as pessoas também utilizassem a #UOL para demarcar a procedência dos links retuitados⁸⁸. A utilização da #AltasHoras, por sua vez, deve-se à participação de Nana Queiroz no programa Altas Horas, da Rede Globo, veiculado no dia 5 de abril de 2014, uma semana após o protesto.

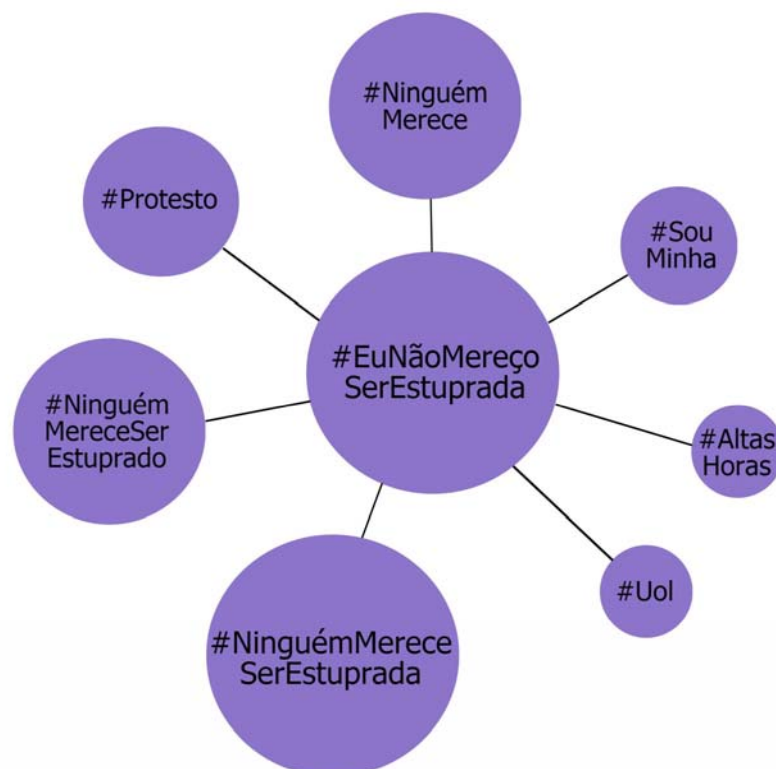
⁸⁵ Essas informações foram coletadas através do site Hashtagify (<http://hashtagify.me>), cuja ferramenta online mapeia as *hashtags* que se relacionam ao indexador pesquisado. No caso, pesquisamos por #EuNãoMereçoSerEstuprada.

⁸⁶ Disponível em: <https://twitter.com/UOLNoticias>. Acesso: 20 jan. 2016

⁸⁷ Disponível em: <https://twitter.com/blogdosakamoto>. Acesso: 20 jan. 2016

⁸⁸ Termo derivado de *retweet* (RT), que no Twitter se refere ao ato de compartilhar mensagem de outro usuário.

Figura 14: Representação da expressividade da #EuNãoMereçoSerEstuprada e sua relação com demais *hashtags*.



Fonte: Elaboração do autor (2016).

O apresentador Serginho Groisman introduz a temática que será discutida no programa com a participação de Nana e direciona à plateia a pergunta “Alguém tem alguma experiência, algum relato?”. Uma jovem levanta a mão e conta a história sobre um abuso que sofreu quando foi abordada por dois homens, em um carro, quando a provocaram e insultaram. A moça lacrimeja ao relatar o abuso e recebe a solidariedade dos convidados do programa, que comentam a situação. A jornalista Nana, então, conta como surgiu a ideia de fazer o protesto⁸⁹. O apresentador comenta algumas fotografias de pessoas que participaram do protesto, dando destaque para as fotos das celebridades. No final do programa, os artistas convidados posaram para a câmera com cartazes que expressavam a frase-símbolo da mobilização: “Eu não mereço ser estuprada”⁹⁰ (Figura 15).

⁸⁹ Disponível em: <http://globo.com/rede-globo/altas-horas/v/nana-queiroz-comenta-como-surgiu-a-ideia-de-uma-campanha-contr-o-abuso/3263399/>. Acesso: 15 dez. 2015

⁹⁰ Disponível em: <http://gshow.globo.com/programas/altas-horas/O-Programa/noticia/2014/04/nao-e-porque-estou-dancando-no-palco-que-sou-objeto-sexual-diz-claudia-leitte.html>. Acesso: 15 dez. 2015

Figura 15: Nana Queiroz participa do programa Altas Horas (Rede Globo). Na foto, a jornalista (E) e o apresentador, Serginho Groisman (D), junto com demais convidados.



Fonte: Divulgação/TV Globo.

Além de sua participação no programa Altas Horas, Nana Queiroz participou do programa Encontro⁹¹, também na Rede Globo, quando contou sobre as ameaças anônimas que ela e seus familiares estavam recebendo devido ao protesto. Ao contrário de Groisman, a apresentadora Fátima Bernardes não se direciona à plateia em busca de relatos, também não apresenta nenhuma reportagem ou material visual que aborde a participação de outros atores na mobilização, tampouco questiona os outros convidados do programa sobre o protesto. Nana é o ator central e foco de suas perguntas, enquanto personagem criador do protesto. Nana assume o protagonismo da ação e toma para si a autorialidade do ato.

Mesmo que a mobilização se constitua em decorrência da produção discursiva dos atores sociais, o jornalismo elege a jornalista Nana como protagonista, sendo esta uma estratégia do sistema midiático tradicional para poder narrar o acontecimento a partir da história de vida de um ator central. Passa-se então a acompanhar a sucessão de fatos que ocorrem na vida de Nana, da publicação da foto às ameaças de estupro.

A jornalista também concedeu uma entrevista para o programa Fantástico, da Rede Globo. A reportagem⁹² mostra o desenvolvimento do protesto, consulta o diretor do Ipea, o pesquisador Daniel Cerqueira, acerca de suas percepções sobre o resultado, e apresenta, como

⁹¹ Disponível em: <http://globoplay.globo.com/v/3252580/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

⁹² A reportagem tem duração de 3'35''. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/03/organizadora-de-campanha-contra-estupro-recebe-ameacas-na-web.html>. Acesso: 24 jun. 2015.

ilustração da voz narrativa da reportagem, algumas imagens compartilhadas na página do evento. O roteiro se assemelha ao que também foi apresentado nos programas de entretenimento *Altas Horas* e *Encontro*, mas algo chama a atenção no final da reportagem. A repórter Giovana Teles posa para uma foto junto com Nana, em que ambas seguram um cartaz no qual se lê “não merecemos ser estupradas” (Figura 16).

Figura 16: Repórter do Fantástico e Nana posam para fotografia.



Fonte: Reprodução/TV Globo.

Nesse caso, identificamos a mesma estratégia dos programas de entretenimento, em que os artistas e apresentadores posam para fotos segurando cartazes com a frase de protesto. A repórter assume também o seu papel de mulher e insere-se na mobilização por meio do uso do verbo no plural ‘merecemos’. Porém, isso ocorre a partir de um lugar diferente do lugar dos demais atores, já que sua imagem foi feita para veicular em uma emissora de televisão. Finalizar a matéria com a imagem da repórter posando para a fotografia reforça sentidos de uma atorização da jornalista (FAUSTO NETO, 2008), que passa de um enunciador profissional (impessoal e distante do fato) para um enunciador pessoal (que se coloca na primeira pessoa), num processo de autorreferência em que não basta a câmera de vídeo gravar a imagem das duas mulheres com o cartaz, mas que necessita da captura também da pessoa

que as fotografa, o que mostra que elas não estão posando para o vídeo, para a reportagem, mas sim para uma foto que, como as outras tantas, poderia circular nas redes digitais.

Outro programa televisivo que também discute o *ENMSE* é o Observatório de Imprensa⁹³ (TV Brasil). O programa apresentado por Alberto Dines tem o objetivo de fazer uma crítica da mídia. Na edição de 15 de abril de 2014, Dines inicia o programa com editorial em que critica o modo estereotipado como a mulher é representada pela mídia (no jornalismo, na publicidade, no entretenimento). Depois, apresenta uma reportagem que contextualiza o tema do programa, apresenta alguns casos e falas de Nana Queiroz, do presidente do Ipea, Marcelo Negri, de uma psicóloga e da filha de uma mulher assassinada em um estupro. Aos doze minutos, começa o debate com a participação da jornalista Flávia Oliveira, da socióloga e pesquisadora Fátima Jordão e do jornalista e cientista político Leonardo Sakamoto.

No trecho do editorial de Dines destacado abaixo, percebemos as expectativas do apresentador em que o acontecimento tenha consequências práticas na vida das pessoas e da sociedade:

[...] A extraordinária repercussão, tanto da pesquisa como da errata, graças à adesão das redes sociais, está oferecendo à sociedade brasileira um debate com inédita dimensão. **Esta inesperada conscientização tornará mais efetivas as políticas públicas e a legislação em vigor em defesa da mulher.** Os 26% de brasileiros que justificavam os estupros como resposta à provocação causada pelo uso de roupas sensuais, se ouvidos novamente, poderão ter mudado de opinião. **Perceberam que nenhuma violência pode ser justificada,** a não ser em sociedades que fizeram opção pela tirania e pela brutalidade. **O importante é que o debate não se limite à questão do vestuário feminino.** A mulher como objeto e a fabricação de um pseudoerotismo no qual **engajam-se os meios de comunicação e publicitários** há pelo menos uma geração, está **criando valores e distorções existenciais** que vão na contramão do que se entende como civilização. A mulher sensual está hoje em anúncios de apartamentos, automóveis, viagens, comida, bebida e até em diplomas universitários. Nesta **mediatização do sexo e coisificação da mulher** pode estar a incubadora da furiosa onipotência que intoxica o comportamento masculino. (DINES, 2014, grifos nossos)

Como nos lembra Ford (1999), alguns acontecimentos têm a capacidade de gerar discussões que mobilizam a sociedade e transformam efetivamente estruturas já solidificadas, seja na esfera jurídica, administrativa, de costumes ou de comportamento. O editorial possui marcas discursivas que apontam para o desejo de que a discussão em torno da pesquisa do Ipea seja o estopim para que a população se conscientize e que políticas públicas e leis sejam criadas e efetivadas para atender essa demanda. Ao mesmo tempo, reforça a certeza de que o acontecimento fez com que as pessoas tomassem consciência da brutalidade a qual as mulheres são submetidas cotidianamente. Por fim, ainda relaciona a responsabilidade da

⁹³ Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/episodio/estupro-na-midia>. Acesso: 24 jun. 2015.

mídia na perpetuação da cultura machista. O editorial não deixa de ser um movimento de autorreflexividade da mídia sobre o seu fazer e traz para o sistema midiático sentidos outros relacionados à temática em discussão.

Outro ambiente que visibilizou o caso foi a telenovela *Em Família*, da Rede Globo, que ocupava o horário nobre da emissora na época de ocorrência da mobilização *ENMSE*. Na mesma semana em que foi divulgada a pesquisa do Ipea, o autor Manoel Carlos inseriu na trama uma cena em que dois protagonistas discutem sobre o resultado da pesquisa⁹⁴. Virgílio, interpretado por Humberto Martins, chega para conversar com sua esposa Helena, papel de Julia Lemmertz, alardeando sua indignação com a notícia que acabara de ler no jornal. A notícia se refere à pesquisa. Abaixo, um trecho do diálogo:

V: Eu resolvi passar aqui. Eu não resisti. Eu quero que você saiba o absurdo dessa notícia que eu li aqui. [...] **Você vai ficar chocada com a notícia que eu vou ler agora. Presta atenção!** A pesquisa diz que mais da metade dos brasileiros, **atenção, mais da metade dos brasileiros** concordam que as mulheres dão motivo para serem estupradas.

H: Mas que notícia é essa?

V: É sobre a **tolerância social com a violência contra a mulher**. [...]

H: Isso é **coisa da idade da Pedra**.

V: Tempos que nós vivemos hoje, né, Leninha.

[Virgílio continua lendo a matéria e apresenta mais dados]

H: O que é isso? Quer dizer que o homem não consegue controlar o seu furor sexual? Que a culpada disso tudo é a mulher, não o estuprador? Ah, para...

V: Eu mostrei pra Luiza essa notícia mais cedo e ela disse que já **tinha visto na internet** e que **já há um grande movimento online** reforçando que **mulher nenhuma merece ser estuprada**.

H: Sociedade machista e retrógrada. [...]

[Os personagens seguem comentando sobre a pesquisa, indignados com o resultado]

V: Quem tem uma pessoa próxima na família como nós temos, que é minha irmã, que sofreu as **consequências graves de um estupro**, nós sabemos os traumas que isso ocasiona. **Um absurdo essa notícia, né?** Isso aqui é vergonhoso!

Os personagens têm acesso à pesquisa pela mídia tradicional (o jornal). A leitura da notícia é intercalada pelos comentários de revolta, especialmente da personagem feminina. O personagem Virgílio ainda relata que conversou com a filha Luiza sobre a notícia. Esta afirmou já saber, via internet, do que estava acontecendo. Virgílio traz à cena o protesto *ENMSE*, mesmo que não o nomeando diretamente. Por fim, o diálogo apresenta uma ponte entre a notícia e seus desdobramentos na sociedade com um dos enredos da trama. Uma das personagens, irmã de Virgílio, fora estuprada nos primeiros capítulos da novela, referente à primeira fase da história. Vinte anos se passaram e a personagem carregava muitos traumas decorrentes da situação, o que trouxe para a novela a discussão sobre a violência contra a

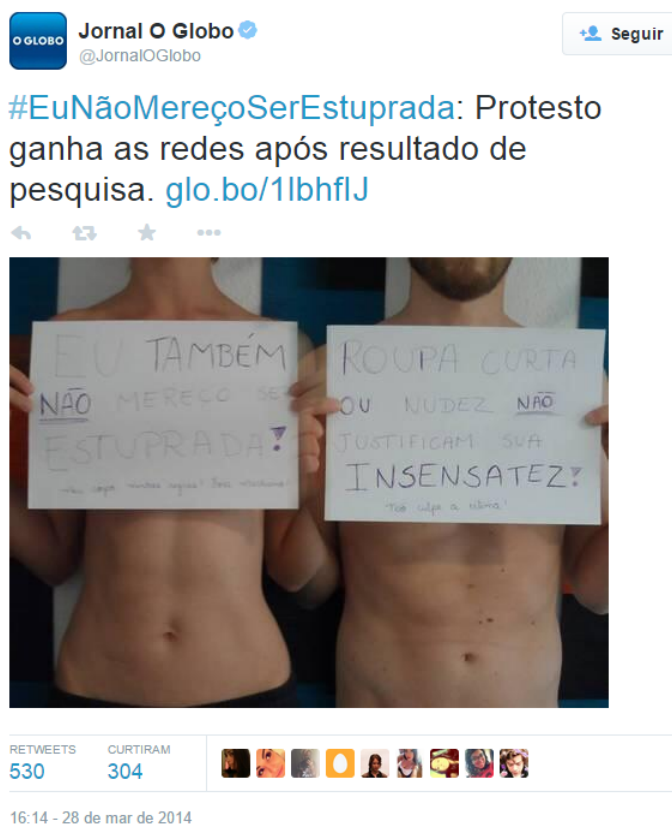
⁹⁴ A cena pode ser conferida em: <http://gshow.globo.com/novelas/em-familia/extras/noticia/2014/03/estou-perplexo-diz-maneco-apos-resultado-de-pesquisa-sobre-abuso.html>. Acesso: 2 jan. 2016.

mulher. O diálogo entre os dois personagens representa, de certo modo, a atividade circulatória do acontecimento e, ao mesmo tempo, se insere nessa cadeia, trazendo novos sentidos acerca da temática e relacionando uma história micro da novela em uma esfera maior de discussão social. A trama ficcional dialoga com fatos do cotidiano e com o que é produzido por outros sistemas, havendo interpenetrações discursivas que circulam em fluxos contínuos.

A exposição do caso na mídia tradicional causa também repercussão nas redes digitais, por meio de ações por parte de seus atores. Identificamos que há manifestações de apoio e comemoração quando os programas de televisão abordam a questão. Os atores sociais avisam em seus perfis que Nana será entrevistada, que o protesto foi pauta de alguma reportagem ou que a telenovela agregou a discussão ao seu enredo. Essa atividade é própria de movimentos que buscam por legitimidade e visibilidade. Segundo Prudêncio (2006), essas “lutas por visibilidade” se dão através da negociação que se estabelece entre a produção discursiva dos atores sociais, da mídia denominada de independente e também das mídias hegemônicas. Para a autora, a visibilidade dada pelos meios de comunicação tradicionais ainda é importante, devido ao seu alcance e à própria legitimidade que o campo midiático detém. Por conta disso, os atores investem em estratégias que visam tornar a mobilização visível também nesses ambientes tradicionais.

A partir dos fluxos mostrados até aqui, com a observação feita nas redes digitais, é possível também identificar a ocorrência de interlocuções endógenas e exógenas (FERREIRA, 2013) existentes entre diferentes dispositivos. Observamos interlocuções endógenas no dispositivo, por exemplo, quando há compartilhamento (*retweets*) de links de matérias de sites da mídia tradicional (Figura 17). Percebemos, assim, que os atores envolvidos no acontecimento também replicam reportagens, vídeos, galerias de fotos, propiciando um espalhamento dessas informações nas ambiências midiáticas e fazendo circular as matérias jornalísticas. Outro exemplo, agora de interlocução exógena (FERREIRA, 2013), refere-se à cena anteriormente citada da novela *Em Família*. No Twitter e no Facebook, os usuários comentaram a cena, produzindo discursos próprios sobre o modo como o tema foi introduzido na trama ficcional.

Figura 17: Com a *hashtag* do protesto, o perfil do Jornal O Globo publica link para matéria sobre o protesto, ilustrada com imagem de um casal que se inseriu na mobilização.



Fonte: Twitter/Reprodução.

Além disso, o acontecimento teve repercussões também em outros países e a mídia internacional noticiou a mobilização anti-estupro que se formava no Brasil:

‘Eu não mereço ser estuprada’: foto viral responde à pesquisa chocante que revela que 65.1% dos brasileiros pensa que mulheres vestidas de modo provocante pedem para ser atacadas⁹⁵. (Daily Mail, Reino Unido)

Selfie nu contra o estupro⁹⁶. (Yahoo Notizie Italia)

Conheça a brasileira que postou uma foto de topless e lançou um movimento⁹⁷. (Cosmopolitan, EUA)

“Não mereço ser estuprada”⁹⁸ (BBC Mundo)

⁹⁵ Título no original: ‘I don’t deserve to be raped’: Viral photo response to shocking research which revealed 65.1% of Brazilians think women provocatively dressed ask to be attacked. Disponível em: <http://goo.gl/FowdyD>. Acesso: 24 jun. 2015.

⁹⁶ Título no original: Selfie nude contro lo stupro. Disponível em: <https://goo.gl/mP5ItO>. Acesso: 24 jun. 2015.

⁹⁷ Título no original: Meet the Brazilian Woman Who Posted a Topless Photo and Launched a Movement. Disponível em: <http://goo.gl/QQ7ckj>. Acesso: 24 jun. 2015.

⁹⁸ Título no original: “No merezco ser violada”. Disponível em: <http://goo.gl/PE33IG>. Acesso: 24 jun. 2015.

65% dos brasileiros acreditam que mulheres provocantes merecem ser estupradas.⁹⁹ (L'Obs, França).

Campanha 'Ninguém merece ser estuprada' responde à pesquisa chocante no Brasil.¹⁰⁰ (Washington Post)

Mulheres brasileiras: 'Eu não mereço ser estuprada'.¹⁰¹ (Al Jazeera)

Essa mulher começou um protesto viral surpreendente contra a misoginia e o estupro.¹⁰² (Elle)

Os títulos selecionados de algumas das matérias divulgadas pela mídia estrangeira, em sua maioria, denominam o protesto e apontam para dois focos: o “chocante” dado da pesquisa sobre a culpabilização das mulheres pela violência sofrida e a figura de Nana Queiroz como “responsável” pelo protesto. As matérias são muito semelhantes entre si e se ocupam da apresentação do caso tendo como enfoque o protesto engendrado nas redes sociais na internet. Aqui, a mobilização alcança um novo nível de visibilidade (PRUDÊNCIO, 2006), quando atinge esferas de discussão pública que superam as fronteiras nacionais.

Após a repercussão do caso, algumas mulheres envolvidas na mobilização começaram a receber ameaças de estupro, dentre elas, a própria Nana. A incentivadora do protesto publicou em seu perfil pessoal no Facebook a seguinte mensagem: “Amanheci de uma noite conturbada. Acreditei na pesquisa do Ipea e experimentei na pele sua fúria. Homens me escreveram ameaçando me estuprar se me encontrassem na rua, mulheres escreveram desejando que eu fosse estuprada”¹⁰³. Nana repetiria esse relato nas entrevistas concedidas posteriormente. O que é interessante apontar aqui, mais uma vez, é o modo como a autoridade da mobilização é posta em cena. Como protagonista midiática do acontecimento, Nana enuncia sobre as ameaças que sofre e seu discurso constrói uma realidade que transforma dados brutos em uma narrativa microssocial. De certo modo, a percentagem abstrata daqueles que concordam que a mulher é culpada pelo abuso se materializa nos discursos de ódio destinados à jornalista.

⁹⁹ Título no original: 65% des Brésiliens estiment que les femmes provocantes "méritent" d'être violées. Disponível em: <http://goo.gl/WBpyie>. Acesso: 24 jun. 2015.

¹⁰⁰ Título no original: 'Nobody deserves to be raped' campaign responds to shocking Brazilian survey. Disponível em: <http://goo.gl/PRWCAi>. Acesso: 24 jun. 2015.

¹⁰¹ Título no original: Brazilian women: 'I do not deserve to be raped'. Disponível em: <http://goo.gl/2mf3TZ>. Acesso: 24 jun. 2015.

¹⁰² Título no original: This woman started an amazing, viral protest against misogyny and rape. Disponível em: <http://goo.gl/GKxb7F>. Acesso: 24 jun. 2015.

¹⁰³ Neste link, há um relato mais completo de Nana Queiroz, para o Blog do Sakamoto: <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/03/29/organizadora-do-eu-nao-mereco-ser-estuprada-recebe-ameacas-de-estupro/>. Acesso: 24 jun. 2015.

Em decorrência das ameaças sofridas por Nana Queiroz, a presidenta da República Dilma Rousseff manifestou, em seu perfil no Twitter, apoio à campanha e solidarizou-se com a jornalista (Figura 18). A partir desses fluxos, percebemos como os discursos produzidos enquanto desdobramentos do acontecimento tensionam enunciações de atores de diferentes campos sociais, na ambiência da midiatização da sociedade. Esse tensionamento ocorre não só com o campo político, mas com outras esferas como o das celebridades. Já mostramos aqui exemplos de artistas que se inseriram na mobilização através da visibilidade televisiva. Há, também, aqueles que publicaram fotos em seus perfis pessoais em apoio ao protesto, como as cantoras Daniela Mercury e Valesca Popozuda.

Figura 18: *Tweets* de Dilma Rousseff sobre a mobilização.



Fonte: Twitter/Reprodução.

No caso da presidenta, temos o discurso de um ator legitimado pela posição que ocupa no campo político, reforçando seu compromisso com os direitos das mulheres e com o combate à violência. Notamos que sua manifestação não ocorre através de comunicados oficiais em cadeia nacional, mas por meio de plataformas digitais em perfil pessoal. Ou seja, o ator político se utiliza de uma prática midiática para enunciar e se vale de uma linguagem também própria da natureza da plataforma, com a utilização de menções (@) ao perfil de outrem e de *hashtags* que fazem com que o seu discurso também encontre os circuitos dos

atores sociais. São falas produzidas sob diferentes protocolos discursivos, mas que têm contato em decorrência das dinâmicas interacionais dos complexos ambientes por onde os discursos circulam.

Percebemos, assim, um processo de interação que se dá através da plataforma digital. Nana Queiroz respondeu à Dilma Rousseff (Figura 19), agradecendo seu apoio e reforçando a necessidade de uma legislação que leve em conta os ataques virtuais que as mulheres sofrem. Enquanto Dilma diz que “o governo e a lei estão do lado” das vítimas, Nana enuncia seu anseio de que a presidenta seja uma aliada da mobilização e ajude na aprovação de tais leis, que, até então, não existem e que tratam de “crimes virtuais”.

Figura 19: Nana responde ao *tweet* de Dilma.



Fonte: Twitter/Reprodução.

Com as ameaças de estupro sofridas no ambiente digital, as mulheres se organizaram discursivamente para buscar modos de combater a violência. Além de divulgarem as formas de se realizar uma denúncia para casos de ataque via internet, essas mulheres criaram também um Tumblr intitulado #eunãomereçoserestuprada¹⁰⁴, cujo objetivo principal é agregar *prints*, enviados para a administração da página, de pessoas que publicam nas redes discursos de ódio, sobretudo os de teor discriminatório, machista e homofóbico¹⁰⁵. A criação desse Tumblr sinaliza não só para a constante vigilância a que estamos expostos nas redes, mas também, e especialmente, aos distintos usos que os atores fazem dos discursos que circulam nesses ambientes, bem como às apropriações da *hashtag* da mobilização. São estratégias de

¹⁰⁴ Disponível em: <http://eunaomerecoserestupradadenuncia.tumblr.com/>. Acesso em: 24 jun. 2015.

¹⁰⁵ É nesse ambiente digital que surgem os *haters* (“odiadores”), *persona* criada para disseminar discursos de ódio. Em geral, são usuários que se utilizam de perfis falsos para praticar a violência simbólica.

mobilização que apontam para as lógicas de organização do movimento, em que os atores, indignados, encontram meios de enfrentar a opressão sofrida na rede (CASTELLS, 2013).

Eu não mereço ser estuprada tornou-se símbolo do protesto anti-estupro pela rápida disseminação que teve nas redes sociais digitais. No entanto, é preciso ressaltar que enquanto discurso produzido pela singularidade dos atores sociais ele é único, pois remete aos modos de dizer (VERÓN, 2005) de cada enunciador (sem roupa, com roupa, com rosto, sem rosto, com parte do rosto à mostra, com a frase pintada no corpo ou escrita a próprio punho no papel, com cartaz impresso a partir de um documento produzido digitalmente, entre outros modos de produção discursiva). Outro aspecto que merece destaque diz respeito à própria heterogeneidade discursiva da frase, pois ela remete ao enunciado da pesquisa do Ipea, ao protesto de Nana e a outras intenções – de caráter pessoal, de indignação, de protesto, de luta – que tomam forma pelos discursos produzidos e disseminados nas redes sociais na internet.

Os rastros deixados pelos discursos na superfície dos ambientes digitais encaminharam nosso olhar para diferentes espaços que se desenvolveram, muitas vezes a partir de lógicas próprias, mas que mantêm sua relação com a mobilização. É o caso da página do Projeto Fênix¹⁰⁶, no Facebook, que reúne os relatos de mulheres que decidiram contar os casos de estupro sofrido em decorrência da repercussão da mobilização. O protesto tem, assim, desdobramentos que vão além da publicação das fotos, e que vão se relacionar aos relatos biográficos das vítimas.

A página do Projeto Fênix foi criada no dia 31 de março de 2014 por uma das moderadoras do evento que organizava o protesto online. Após a repercussão do caso, essa moderadora recebeu uma mensagem de uma mulher que havia sido vítima de estupro e que gostaria de relatar o caso, mas como queria manter-se anônima, pedia para a moderadora divulgar o relato. A partir da divulgação desse primeiro relato, outras mulheres passaram a procurar a moderadora, também com a intenção de contar suas histórias pessoais. Ela decidiu, então, criar a página do projeto e nomeá-lo de Fênix – remetendo à figura do pássaro mitológico que, depois de morto, ressurgue das cinzas, numa analogia à situação dessas mulheres que, mesmo tendo vivenciado uma experiência violenta, renascem quando expurgam sua dor ao contarem suas histórias.

O projeto reuniu 49 relatos e criou uma rede de aconselhamento, afinal, as mulheres compartilhavam suas histórias e recebiam o apoio de outras pessoas que interagiam pelos comentários nas publicações. A oportunidade de relatar os casos de violência é uma das

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Projeto-Fênix/497638577007387>. Acesso: 1 abr. 2015

principais características da mobilização. Esses testemunhos que têm como aspecto central a radical singularidade da dor, uma experiência que é ampliada em modos de subjetivação contemporânea compartilhados na rede (DIAS; BORELLI, 2015).

Um dos testemunhos mais conhecidos que circulou nos ambientes digitais é o da professora Daiara Figueroa. No momento em que o protesto começou a se desenvolver, proliferaram na rede fotos de pessoas com a frase ‘Eu não mereço ser estuprada’. Daiara chamou a atenção quando publicou em seu perfil pessoal do Facebook uma foto em que segura um cartaz onde se lê ‘Eu não mereci ser estuprada’¹⁰⁷ (Figura 20). Com a foto, a professora publicou um texto em que relatou como foi estuprada aos 15 anos de idade no seio familiar e como fez para perceber que ela não fora culpada pelo ocorrido, mas sim a vítima. Ao observar a mobilização que se desenvolvia nas redes, ela resolveu contar sua história, por entender que relatar a dor é parte do processo de cura.

Figura 20: Daiara Figueroa.



Fonte: Facebook/Reprodução.

¹⁰⁷ A publicação de Daiara teve 6. 562 compartilhamentos na rede. Disponível em: <https://goo.gl/6KpKhz>. Acesso: 24 jun. 2015.

É interessante notar o deslocamento de sentidos que há quando Daiara modifica a frase “eu não mereço ser estuprada” utilizando o verbo conjugado no pretérito: “eu não mereci”. Daiara enuncia a partir de sua singularidade, seu relato biográfico conecta uma história microssocial, pessoal, a um ambiente macro, inserindo a sua história numa cadeia discursiva composta por outros tantos relatos. Por isso, afirmamos que a autoralidade da mobilização se movimenta e se dilui a partir da apropriação e produção discursiva de cada ator. Mesmo que, no início, Nana tenha tomado para si a autoralidade do protesto, sobretudo devido ao enfoque midiático tradicional, essa mesma autoralidade passa a se movimentar e ser tensionada ao passo que os atores vão se inserindo nessa cadeia discursiva e tomando para si o *ENMSE*.

Outro aspecto a ser destacado é o corpo enquanto materialidade que carrega marcas do trabalho enunciativo dos atores. Assim como Nana, os outros atores apropriam-se de diferentes formas de seu corpo para também enunciar. O corpo “semiotizado” como discurso e materialidade – o que se fala, como se fala e por onde se fala. Na foto de Daiara, por exemplo, vemos uma apropriação bastante singular quando ela se assume enquanto mulher indígena (pinta seu corpo e usa acessórios característicos). Em um trecho de seu relato, a professora comenta a escolha:

Hoje está tendo este ato virtual em resposta à pesquisa que mostrou que a grande parte da população brasileira culpa a mulher pelo estupro. Decidi participar e **me mostra[r] como indígena que sou**, pois no Brasil as **mulheres indígenas são um dos grupos mais propensos a violência sexual**. São Gabriel da cachoeira, **cidade perto da aldeia de minha tribo** é conhecida como uma das capitais da prostituição infantil e tráfico de mulheres, e a grande maioria destas mulheres são indígenas. A **figura da mulher indígena**, assim como a da mulher negra é **violentamente sexualizada** em nosso país. isto é algo que não podemos aceitar e que também devemos combater (FIGUEROA, 2014).

O cocar e a pintura corporal, que remetem à figura da mulher indígena, fazem parte do contexto enunciativo em que Daiara alerta para a violência a que são submetidas as mulheres indígenas, “violentamente sexualizadas”. Ao citar a cidade próxima a sua aldeia de origem, a professora constrói uma geografia a partir de operações enunciativas que localizam a existência de um “lugar” da violência, cujas vítimas são em sua maioria indígenas. Há, assim, a referência do grupo vitimado e do lugar onde o crime acontece, estabelecendo uma relação direta com a sua imagem segurando o cartaz. Daiara não merecia ser estuprada – e é sobre isso que relata – ao mesmo tempo em que, ao se apresentar como mulher indígena e falar sobre essa violência localizada, expande para um ambiente macro a questão do estupro.

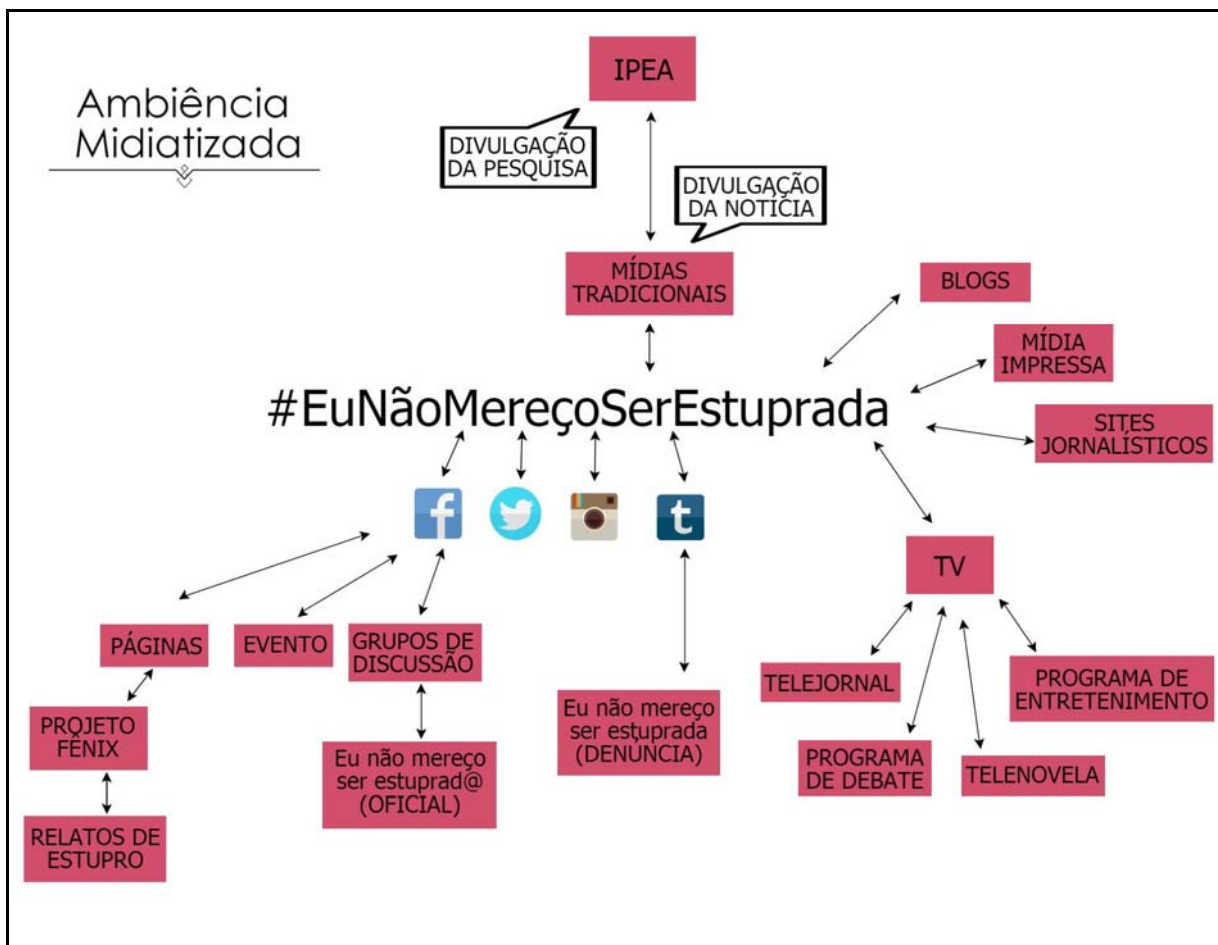
A partir do caso de Daiara – mas também remetendo às outras enunciações já apresentadas, inclusive a de Nana –, notamos um atravessamento de lógicas e operações

mediáticas e da própria biografia dos atores nas condições de produção discursiva do protesto. Esse ponto é chave para a compreensão de que as estratégias discursivas são produzidas em condições singulares e enunciam de um lugar particular. Esse atravessamento é percebido em diferentes momentos, inclusive naquilo que é produzido quando esses atores se encontram em interação no grupo de discussão (como será detalhado na seção 3.3). Todas essas enunciações, a seu modo, constroem o acontecimento.

Até aqui, procuramos mostrar nossa leitura em relação à cadeia discursiva construída em relação ao *ENMSE*, que faz com que o acontecimento circule por diferentes ambientes. Para finalizar essa seção, apresentamos uma ilustração (Figura 21) na qual reconstituímos alguns dos fluxos apreensíveis de circulação desse acontecimento. O recurso gráfico do diagrama é um esforço de tornar mais claro o desenho da atividade circulatória da mobilização, que tem seu ponto inicial na divulgação da pesquisa pelo Ipea. Os dados são transformados em pauta jornalística pela mídia tradicional, com foco na concordância da maioria dos respondentes com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. A repercussão da notícia fez com que se desencadeasse o protesto, representado na ilustração pela *#EuNãoMereçoSerEstuprada*.

Percebemos que a circulação não se dá apenas de modo endógeno (FERREIRA, 2013), ou seja, apenas dentro do ambiente digital, mas também apresenta conexões externas, a partir da apreensão do acontecimento pela mídia tradicional, mais especificamente, as mídias impressa, televisiva e sites jornalísticos, além de blogs – alguns vinculados a veículos de mídia tradicional e outros independentes dessa mídia, como já apresentado anteriormente. Na TV, como já referimos, o tema foi trazido à tona em programas de entretenimento (como *Encontro* e *Altas Horas*, na Rede Globo), programas de debates (como *Observatório da Imprensa*, na TV Brasil), telejornais e telenovela (*Em Família*, na Rede Globo), pois o acontecimento também circulou por esses espaços específicos, indo da cobertura do protesto e entrevistas com Nana Queiroz à inserção da mobilização na trama da telenovela em horário nobre.

Figura 21: Fluxos de circulação do acontecimento.



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Essa circulação é alimentada, também, pela produção discursiva dos atores sociais, que, afetados pelo acontecimento, põem em circulação uma gama de discursos. É possível notar isso pela relação estabelecida entre a #EuNãoMereçoSerEstuprada com as principais redes sociais digitais (Facebook, Twitter, Instagram e Tumblr). Como o acontecimento irrompe no Facebook, traçamos flechas que apontam para esses caminhos, espaços de produção dos atores: páginas, evento e grupos de discussão, além, é claro, da utilização do próprio perfil desses atores, que compartilharam o protesto.

Apontamos, ainda, a página Projeto Fênix, espaço que divulga os relatos de estupro que circulam durante a mobilização, por entendermos que é nesse ambiente que se concentram relatos biográficos singulares que constituem o acontecimento a partir das experiências singulares de cada ator social, que enunciam sua dor. Além disso, marcamos também o grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*, um espaço de

divulgação e debate das temáticas referentes à mobilização, no qual é possível notar as dinâmicas de interação entre os atores e ambiente privilegiado de observação deste trabalho.

Destacamos, por fim, a utilização de duplas flechas, visto que o que é produzido pelas mídias volta para as redes digitais, onde os atores ressignificam e produzem outras coisas, a partir das múltiplas e singulares apropriações. Do mesmo modo, as duplas flechas dentro das redes apontam essa produção constante, movente e difusa, que circula em fluxos contínuos e adiante. O embate entre o que foi produzido discursivamente pelos atores, pelas mídias e pelos demais campos sociais se dá em zonas de contato que complexificam a dinâmica interacional. São discursos atravessados pelos sistemas sociais e socioindividuais em um trabalho de circulação que dá a ver as condições de produção de novos processos enunciativos.

Um dos ambientes privilegiados para a observação desses processos de produção e circulação discursivas é o grupo *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*. Elegemos esse ambiente para realizar o nosso trabalho de observação, a fim de identificar algumas estratégias discursivas produzidas por esses atores e que também constroem o acontecimento na sociedade em vias de mediatização. Na sequência, ocupamo-nos da descrição do funcionamento desse subsistema do Facebook.

3.2 DO FUNCIONAMENTO DO GRUPO *EU NÃO MEREÇO SER ESTUPRAD@ [OFICIAL]*

O grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]* foi criado em 30 de março de 2014 por alguns dos moderadores do evento *Eu não mereço ser estuprada*. Os ataques que algumas pessoas vinham sofrendo em suas postagens no evento – que era aberto e, logo, acessível a qualquer um no Facebook – fez com que alguns daqueles que integravam a mobilização pensassem em criar um espaço de discussão em que houvesse menos irritações do tipo. Foi assim que nasceu o grupo, que é fechado¹⁰⁸, ou seja, para ter acesso ao que é publicado é preciso solicitar participação. A aprovação está sujeita à análise do perfil pessoal

¹⁰⁸ Os grupos do Facebook são ambientes de interação que reúnem integrantes da rede social por algum tipo de interesse em comum. São mais próximos à ideia de fórum de discussão. Há três tipos de grupos: abertos (qualquer um pode entrar ou ver as publicações, mesmo não sendo participante), fechados (qualquer um pode pedir para fazer parte, mas as publicações são fechadas para quem não for aceito no grupo) e secretos (para fazer parte, é preciso de um convite; não é um grupo que possa ser achado pela busca). Segundo o Glossário de Termos do Facebook, os grupos “oferecem um espaço fechado para pequenos grupos de pessoas se comunicarem sobre interesses em comum” (GLOSSÁRIO, 2015).

na rede social por parte dos moderadores. Esta é uma medida comum, especialmente em grupos ou fóruns cujo tema de discussão é delicado.

O grupo possui 6.995 membros e conta com seis moderadores¹⁰⁹. Durante a história do grupo, houve alternâncias de moderação, não por ser uma política do grupo em si, mas sim pelas adesões e desistências de moderadores, relacionadas a motivos específicos e isolados. O grupo nasceu, então, para a discussão de pautas relacionadas à mobilização, mas manteve-se permanentemente desde aquele período até a data de finalização desta pesquisa, com interações e atualização diárias.

Abaixo (Figura 22), vemos o cabeçalho da página, com a disposição dos elementos. O nome do grupo faz referência à mobilização *Eu não mereço ser estuprada*, inserindo um @ no lugar da letra “a”. O “@” (arroba) é um símbolo muito utilizado para substituir as vogais “a” e “o”, definidores de gênero. Em substantivos e adjetivos na língua portuguesa, a desinência “a” refere-se ao feminino, enquanto a desinência “o” refere-se ao masculino. No entanto, quando se fala de modo geral, querendo abarcar o feminino e masculino, usa-se o substantivo/adjetivo no masculino, segundo as normas de nossa língua¹¹⁰. O uso do símbolo @ funciona, assim, como uma tentativa de neutralizar a palavra e fazê-la referir ambos os gêneros. O “Eu” do nome do grupo – e, obviamente, também da mobilização – remete à essência do ser: um sujeito individual que possui ingerência sobre o próprio corpo e que fala a partir de um lugar específico – o da sua própria experiência. O “[OFICIAL]” também presente no nome do grupo é um marcador de que o grupo possui uma relação direta com a mobilização e que os moderadores são os mesmos envolvidos na organização do protesto online. Caracterizar o grupo como “oficial” reforça seu lugar de fala, estabelece uma separação com os demais, que foram criados com a mesma denominação, e ainda busca uma certa legitimidade perante os atores sociais que se inserem no Facebook. Além disso, é uma estratégia para atrair os usuários, para que eles ingressem neste e não em outros grupos. Na imagem de capa do grupo, vemos quatro pessoas, uma ao lado da outra, posando para a foto com as palavras “Eu / não / mereço ser / estuprada!” no corpo. A foto se insere na proposta do protesto que indicava que as pessoas fossem fotografadas com a frase símbolo da mobilização. Não há créditos ou indicação de quem sejam as pessoas na fotografia.

¹⁰⁹ Esses dados foram coletados em: 31 dez. 2014.

¹¹⁰ Há ainda uma tendência de utilizar a letra “x” em substituição dos definidores de gênero “a” e “o”.

Figura 22: Cabeçalho do grupo *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*.



Fonte: Facebook/ Reprodução

O grupo mantém a mesma descrição desde a sua criação (Figura 23), semelhante a que havia no evento criado por Nana Queiroz. No texto, há o relato sobre a pesquisa do Ipea e o convite para que as mulheres participem da mobilização. Encontramos marcas textuais que apontam para efeitos de enunciação que denotam proximidade e subjetividade. Isso é perceptível em trechos como “Acreditam?!”, “Você concorda com isso?”, “Quem tá dentro?”. Esses enunciados marcam o diálogo que se estabelece dentro do texto e podem ser identificados como estratégias do enunciador para entrar em relação com o leitor, interpelando-o. Há, nesse texto, a marca de interlocução, ou seja, a presença nítida de quem fala e a quem o texto se direciona. Os trechos destacados acima mostram que há um leitor que está sendo interpelado e um enunciador que também se coloca no texto (“Nem eu!”; “nós, como mulheres”).

O texto da descrição possui um caráter prescritivo, que indica às pessoas que ingressam no grupo o modo como elas devem se inserir na mobilização. O enunciador recomenda que as mulheres posem para fotos com a frase “Eu também não mereço ser estuprada”. A utilização do advérbio “também” indica que a frase pertence a um coletivo que responde em conjunto com Nana Queiroz e marca o lugar desses atores nessa cadeia significativa.

Figura 23: Descrição do grupo *Eu não mereço ser estuprada*@ [OFICIAL].

DESCRIÇÃO

Uma pesquisa do IPEA mostrou, ontem, que 65,1% dos brasileiros acha que mulher que mostra o corpo merece ser estuprada. Acreditam?!

Você não concorda com isso? Nem eu! Então bora mostrar o corpo pra mostrar o quão revoltadas estamos?

A ideia é que a gente tire a roupa e se fotografe, da cintura para cima, com um cartaz tampando os seios com os dizeres "Eu também não mereço ser estuprada" e postemos, todas juntas, ao mesmo tempo, online. Quem tá dentro?

Hashtag: #EuNãoMereçoSerEstuprada

PS: não se sente confortável com um topless? Tudo bem! Poste uma foto como quiser (de burca, de roupa de futebol, de biquíni, sei lá) e os dizeres "Eu não Mereço Ser estuprada". O que importa é que nós, como mulheres, demonstremos como ninguém é dono do nosso corpo além de nós mesmas.

Fonte: Facebook/ Reprodução

Ademais, a descrição mantém um vínculo com a mobilização inicial e explica a gênese do movimento e do próprio grupo, enquanto espaço para a articulação da luta dos manifestantes. Há ainda a orientação de que as mulheres que compartilharem fotos para o protesto precisam utilizar a hashtag #EuNãoMereçoSerEstuprada, inserindo a mobilização dentro das lógicas de rede do próprio sistema dos sites de redes sociais.

Percebemos que o grupo possui um caráter reflexivo, que tem o objetivo de construir um fórum de discussão acerca das temáticas circunscritas à cultura do estupro e, de modo mais amplo, também a questões feministas. A partir da coleta do material que será analisado no decorrer desse capítulo, identificamos que as informações mais recorrentes giram em torno de a) relatos de abuso/violência contra a mulher, b) crítica ao tratamento midiático a pautas relacionadas às mulheres, c) articulação de mobilizações e manifestações públicas, d) compartilhamento de artigos, vídeos e imagens para discussão. Há um significativo número de publicações cuja referência para a discussão provém de notícia, reportagem ou qualquer outro tipo de matéria jornalística que vem da mídia tradicional. Esse material não serve apenas para trazer informações sobre conteúdos que serão debatidos no grupo, mas também para fomentar discussões em torno do fazer jornalístico. Nesse caso, sistemas midiáticos

distintos acabam se acoplando: a mídia tradicional à internet e outros subsistemas, como os sites de redes sociais.

Alguns desafios foram se mostrando durante a realização da observação do grupo, que durou nove meses. Primeiro, a grande quantidade de dados e informações publicados nos grupos de discussão. Segundo, ter ciência tanto das possibilidades quanto das limitações desses ambientes digitais. Além disso, é preciso deslocar nosso olhar nativo sobre situações que se desenvolvem nas redes, visto que estamos também imersos nesse ambiente de interação e podemos, muitas vezes, não perceber pertinências que, num primeiro olhar, nos parecem dadas como rotineiras e sem importância.

É preciso perceber, assim, que o funcionamento do grupo está ligado diretamente a um sistema maior, o Facebook, este por sua vez também inserido em um sistema midiático que possui seus próprios regramentos. Na sequência, continuamos a fazer a leitura acontecimento midiático através da identificação de estratégias discursivas produzidas pelos atores no grupo de discussão. Inicialmente, explicamos como concebemos nossas categorias de análise para depois fazer uma incursão analítica, destacando marcas discursivas que apontem para distintas estratégias.

3.3. DOS CONTRATOS: ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS

Partimos da ideia de que comunicação é relação (PERUZZOLO, 2004), ou seja, a comunicação é uma busca pelo outro. Essa procura compreende uma ação de encontro entre sujeitos que se dá através da linguagem. Esse encontro é mediado por mensagens organizadas a partir das intenções de um enunciador que projeta “um campo de efeitos possíveis” no destinatário e, a partir disso, organiza a sua fala.

Essas motivações do enunciador deixam marcas na superfície dos discursos. É por isso que concordamos com Verón (2005) quando afirma que o estudo da enunciação não compreende a análise estrita do conteúdo dos discursos, mas sim a análise do modo como as coisas são ditas. Logo, pensando ainda a partir de Verón (2005), enunciação refere-se às modalidades de dizer, cujo dispositivo abarca a imagem de um enunciador e de um enunciatário, além da relação entre eles que se dá no/pelo discurso.

Se há motivações que nos levam a construir o discurso de determinadas maneiras, podemos pensar em como se dá essa construção por meio de estratégias. Essas estratégias discursivas são táticas do enunciador para convencer o destinatário a aceitar como verdadeiro o que está sendo proposto, reconhecendo os valores daquela oferta (PERUZZOLO, 2004). Há,

desse modo, um movimento que busca organizar as operações de linguagem e produzir efeitos de sentidos que reforçam a ação estratégica (PERUZZOLO, 2015). Essa relação entre os comunicantes pode ser pensada, então, como um contrato implícito que rege a interação discursiva entre enunciador e enunciatário.

Essas ideias fundamentam nosso olhar ao material coletado na pesquisa de campo. Pontuamos que as análises empreendidas pelos autores cujas proposições teórico-metodológicas são basilares deste trabalho se dão a partir de produtos midiáticos ofertados pelo que conhecemos como mídia tradicional, que sempre ocupou um lugar de destaque na mediação de simbólicas sociais. No entanto, nesta etapa analítica, não analisamos a oferta jornalística, por exemplo, mas sim os enunciados postos em circulação pelos atores sociais em um grupo de discussão no Facebook. O que queremos sinalizar, mais especificamente, é que não apenas a “mídia” (aqui compreendida em seu sentido mais tradicional e estanque) oferta sentidos, mas também os atores, que estabelecem relações entre si a partir das produções discursivas acerca do acontecimento em circulação.

Para tanto, selecionamos o material coletado durante um mês de observação online realizada no grupo *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*, entre os dias 30 de março a 30 de abril de 2014. Justificamos esse recorte por compreendermos que foi durante esse período que o acontecimento esteve em ebulição. Como afirmamos no primeiro capítulo, ao final do período de nove meses de observação do grupo, tínhamos coletado 1.412 postagens. Sabíamos que seria impossível trabalhar com esse número de publicações e, olhando detidamente esse material, percebemos que o primeiro mês de existência do grupo agregava 668 postagens, ou seja, quase metade do total de material coletado. Resolvemos, assim, fazer a leitura do material desse primeiro mês, cientes de que ainda estávamos trabalhando com uma amostragem extensa.

O número de postagens no grupo foi bastante significativo durante esse período, sobretudo porque esse espaço de tempo compreende o início do protesto online, os desdobramentos na cobertura midiática sobre o caso, a divulgação da errata do Ipea e as semanas seguintes em que o movimento se organizava para não deixar que a pauta fosse esquecida. Como propomos um trabalho de caráter qualitativo, não nos ocupamos da formulação de tabelas que quantificassem o número de enunciados e tematizações. Nosso trabalho foi, após esse mapeamento, selecionar enunciados que elucidassem as distintas estratégias identificadas por nós nessa primeira leitura, a partir de nosso lugar de observador.

Os enunciados publicados no grupo são analisados a partir de distintas estratégias. Selecionamos as mais recorrentes, sem o intuito de marcar a distinção daquilo que estava na

publicação em si e do que estava nos comentários da publicação, pois entendemos que as redes sociais digitais criam esse ambiente de conversação, de forma mais pública e coletiva (RECUERO, 2014). Além disso, as estratégias são perceptíveis não apenas naquele que emite uma mensagem, mas também em quem a reconhece e, a partir desse reconhecimento, produz um outro discurso, em resposta.

Impossível desconsiderar, todavia, que essa resposta está carregada de sentidos que são produzidos a partir das estratégias utilizadas por quem fez a publicação. Esse retorno pode se caracterizar pela concordância/adesão ao que foi dito, bem como pela discordância/tensão. Foge ao objetivo principal desta etapa analítica marcar essa distinção entre adesões e tensões, próprias de uma comunicação relacional. Para isso, teríamos que nos deter em tópicos de conversa muito específicos, afinal, uma postagem pode gerar vários comentários, formando uma complexa dinâmica interacional que nos impossibilitaria ampliar o olhar para o contexto geral do grupo. Porém, é inevitável que essa distinção permeie a análise, afinal, procuramos elucidar o contexto enunciativo do material analisado, pensando em que situação se dá a interação discursiva.

Destacamos que quando identificamos um enunciado que remetesse a mais de uma estratégia, buscamos enquadrá-lo na estratégia predominante, mais ampla. Essas estratégias foram agrupadas em categorias. Categorizar esses enunciados, e também as estratégias circunscritas a cada categoria, foi uma forma de apontar as intencionalidades que estabeleciam uma relação entre as estratégias identificadas e também uma ação necessária para sistematizar a análise.

As cinco categorias analíticas, descritas na sequência, são: 1) *mobilização*, que se refere a estratégias discursivas que convidam e incitam à inserção no movimento; 2) *pedagogização*, referente às estratégias que didatizam normatizações e reafirmam a identidade do coletivo; 3) *sororidade*, que abarca estratégias que visam acolher quem sofre violência e que reforçam sentidos de valorização de si; 4) *experiência*, que é a categoria que se refere ao que foi vivenciado e que é relatado a partir de experiências pessoais e 5) *mediatização*, que abrange algumas estratégias relacionadas a relação dos atores com as mídias. Frisamos que a análise não segue uma lógica temporal, logo, essas categorias não abrangem momentos específicos, mas todo o período analisado. Por exemplo, identificamos que não há mobilização apenas nos primeiros dias, pois enunciados que perpassam o sentido de convite à inserção no movimento foram identificados desde a criação do grupo até os últimos dias do período compreendido neste exercício analítico.

3.3.1 Mobilização

Como apontamos inicialmente, o grupo de discussão foi criado com o intuito de propor um espaço para fomentar os debates referentes à temática do estupro e a articulação dos movimentos envolvidos no protesto online. Quem solicitava ingresso no grupo já tinha como objetivo integrar a mobilização em desenvolvimento e via nele um espaço de articulação que poderia ser utilizado e apropriado para a organização de ações efetivas. Assim, identificamos postagens que se referem à orientação sobre o protesto em si e que analisamos a partir de distintas estratégias discursivas.

Ao perceber o caráter mobilizador dos enunciados, elegemos *mobilização* como primeira categoria analítica. Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) elucidam que a mobilização remete a um desejo de mudança estrutural que une as pessoas em um coletivo e as fazem investir em ações com objetivos específicos e comuns ao grupo. Mobilização remete a movimento e transformação. Quem se mobiliza desloca-se de um lugar a outro. Ademais, a mobilização não é despreziosa, pois tem objetivos definidos e horizontes delimitados. Compreendemos que a mobilização toma forma por meio de enunciações específicas que buscam expressar por meio de discursos sentimentos, intenções e desejos. A primeira categoria abrange estratégias discursivas de chamamento e incitação.

3.3.1.1 Estratégia de chamamento

Identificamos estratégias discursivas de chamamento a partir da produção de enunciados que buscam chamar à participação nos protestos e à necessidade de envolvimento na proposta do grupo. Assim, identificamos que os discursos postados no grupo que possuíam um caráter convidativo constituem-se a partir de distintos modos de dizer ao outro que este deve engajar-se e protestar.

Oi, gente...

Algumas **moças do evento** estavam afim de fazer uma manifestação nas ruas. O que ceis **acham?** (E01, 30/03/2014)

Vai rolar manifestação de rua em Salvador!! **Bora lá pessoal!** (E02, 04/04/2014)

As postagens visam chamar os membros do grupo à mobilização, para que manifestações coletivas contra a cultura do estupro tomem as ruas, principalmente. Como o grupo é um espaço no qual deve imperar o diálogo como forma de relação, os enunciados se

apresentam, muitas vezes, em forma de questionamentos, como no primeiro destacado (E01), em que o enunciador pergunta o que os demais membros acham da ideia de realizar manifestações de rua. O enunciador interpela o outro com um cumprimento e depois o interroga. Além disso, faz referência direta a outro espaço em que a mobilização se constituía, o evento, ao utilizar “moças do evento” para se referir a outras pessoas também envolvidas, denotando que o acontecimento não circulava apenas naquele ambiente restrito do grupo, mas que se espraiava para além dele na ambiência digital e poderia, também, ser deslocado para o ambiente off-line, no caso, as ruas.

Os enunciados destacados acima marcam a discussão acerca dos cenários em que o protesto acontecia e revela a intenção de dizer que o ato não poderia se restringir apenas ao ambiente digital, mas que deveria também ter desdobramentos na “rua”. Os enunciadores fazem a distinção entre os ambientes online e off-line. Essa distinção, mesmo que bastante comum, como pontua Esteves (2007), não carece de tanta atenção, visto que cada modo de mobilização possui suas benesses e, cada vez mais, se complementam, afinal, compartilham do mesmo objetivo.

No segundo enunciado (E02), o enunciador interpela o interlocutor com a informação de que uma manifestação de rua seria realizada na cidade de Salvador, na Bahia. Os pontos de exclamação são marcas textuais tanto para chamar a atenção do leitor quanto para orientá-lo de que a informação dita ali é tão importante que precisa ser exclamada. De modo informal (“bora lá”), o enunciador chama os demais integrantes do grupo para participar do evento.

Ao sinalizar que a manifestação ocorreria em Salvador, o enunciador também demarca sua localização geográfica. Frisamos isso, pois uma das características dos enunciados que convidavam as pessoas para manifestações era sinalizar o local onde ocorreria tal ato, o que implica em uma “geografia construída” do acontecimento. Isso marca que o acontecimento não se localiza em um ambiente específico, tampouco apenas no ambiente digital, mas que ocorre em diferentes lugares, já que circula devido à inserção dos atores sociais na mobilização.

3.3.1.2 Estratégia de incitação

A estratégia de incitação também tem o objetivo de mobilizar para um determinado fim, em que essa mobilização é feita por meio da provocação e do desafio ao integrante do grupo. A incitação não é o simples chamamento, pois implica algo além, que é próprio do modo de interpelar o interlocutor e estimulá-lo a fazer aquilo que o enunciador deseja.

Vamos todxs publicar fotos do Eu não mereço ser estuprada no seu Facebook!! Eu já fiz a minha. (E03, 31/03/2014)

Ontem postei essas **fotos no meu facebook**. Algumas amigas minhas viram as fotos e **resolveram entrar também na onda e protestar**. Por isso **é importante** que **todo mundo participe...** Quanto mais gente participando, maior a chance disso chegar a um grande número de pessoas. (E04, 01/04/2014)

A participação coletiva é vista pelos membros como crucial para o desenvolvimento das ações e para a vitalidade do movimento. A partir do E04, observamos que o enunciador publica o seu texto acompanhado de fotos suas dentro da ideia do protesto e demarca, no texto, sua ação, com os marcadores “ontem”, “essas fotos” e “facebook”, apontando a temporalidade da publicação, a materialidade do que foi publicado e o lugar dessa postagem. Essas marcas apontam para os efeitos de real das fotos que foram feitas e se relaciona com a consequência do ato de publicar: “Algumas amigas minhas viram as fotos e resolveram entrar também na onda e protestar”. O enunciador, dessa forma, mostra para o enunciatário os efeitos da ação, reforçando a importância da postagem das fotos e persuadindo-o, a partir desse argumento.

Como afirma Pinto (2002), a sedução é um dos modos de dizer e visa o convencimento daquele a quem o discurso se destina. Tanto em E03 quanto em E04, percebemos essa estratégia de sedução, pois os enunciados apontam para uma ação já realizada por aquele que enuncia e dá o sentido de algo que, se foi feito por ele, pode também ser realizado pelos demais. O enunciador, assim, desafia o interlocutor, por meio da estimulação e dá garantias de que o seguir é a melhor opção.

aquele [adesivo] do “Proibido Encoxar” vou ver se imprimo umas centenas de adesivos pra colar nos transportes, podíamos fazer isso em diversos lugares, o que acham? (E05, 30/03/2014)

É o que também percebemos em E05, quando o enunciador fala sobre determinada ação a ser feita. A discussão do tópico gira em torno da multiplicidade de formas de manifestação possível, não só nos ambientes digitais, mas também nas ruas. O enunciador, então, usa um referente comum aos demais interagentes (“aquele do Proibido Encoxar”) e enuncia a ação de imprimir o adesivo e espalhar pelos veículos de transporte público, incitando o enunciatário a fazer o mesmo (“podíamos fazer isso”). Quando finaliza a frase com “o que acham?”, o enunciador interpela o destinatário a fim de saber se há concordância com a ação sugerida.

Desse modo, percebemos que a estratégia de incitação se concretiza através de discursos que convidam o enunciatário a agir no campo das ações efetivas, seja publicando uma foto, participando de manifestações de rua ou compartilhando em seus ambientes digitais materiais referentes ao protesto. Esse convite se estabelece sempre através da relação “eu fiz algo, faça você também”, o que faz com que quem se enuncie também se coloque como agente de transformação. Criar essa cadeia de ações conjuntas é vital para a manutenção da mobilização em rede (CASTELLS, 2013) e só se efetiva quando os atores se sentem pertencentes à rede, vinculados a ela pelos objetivos comuns que devem reger a mobilização (TORO; WERNECK, 1996).

Identificamos nessa categoria estratégias discursivas que visavam 1) convidar as pessoas a integrarem o protesto, por meio de chamamentos e 2) incitar essa inserção no movimento, a partir de exemplos pessoais e reafirmação da importância de mais pessoas se unirem à causa. São estratégias de caráter imperativo, de interpelação do outro e de convencimento. A seguir, apresentamos a categoria de *pedagogização*, que abarca estratégias discursivas que visam explicar questões referentes à mobilização e a identidade de quem faz parte do coletivo.

3.3.2 Pedagogização

O grupo de discussão é um lugar privilegiado para o diálogo, ao congregar pessoas que, a princípio, estão interessadas em debater sobre uma temática em comum, que é a razão de ser de um fórum desse tipo. No entanto, mesmo que todos estejam no grupo por se oporem e combaterem a cultura do estupro, seria ingênuo pensar que as ideias são sempre convergentes. O embate de opiniões é constante, afinal, as discussões envolvem questões polêmicas que não aceitam apenas visões polarizadas.

Nessas conversações que envolvem a discussão sobre temáticas polêmicas, identificamos que alguns discursos se caracterizam por seu caráter pedagógico. Denominamos discurso pedagógico aquele que instrui sobre os modos de ser e estar – no caso em questão, ser e estar no grupo de discussão. De maneiras singulares, os enunciadores indicam como as pessoas devem se comportar dentro do grupo e quais as características que os unem enquanto coletivo. Por conta disso, a segunda categoria analítica é a *pedagogização*, que abarca estratégias concernentes à 1) explicação e 2) marcação identitária.

3.3.2.1 Estratégia de explicação

Essa estratégia refere-se a construções enunciativas que possuem um caráter didático e buscam instruir os membros do grupo quanto aos comportamentos permitidos naquele espaço moderado, bem como explicar questões relacionadas à luta feminista. Essa é uma estratégia discursiva recorrente e surge, sobretudo, em situações de embate. Selecionamos uma publicação do dia 3 de abril de 2014 para ilustrar o modo como são construídos os discursos entre os participantes. A partir de discussões anteriores, em que se colocava em debate as formas de agressão a que vinham sendo expostas as mulheres que relatavam suas histórias de vida, especialmente, situações de abuso, um membro do grupo (E06) sugere que as mulheres passem a se comunicar através de códigos próprios e restritos ao grupo, a fim de não sofrerem mais com as agressões de infiltrados.

minha sugestão= por que **vcs mesmas** nao se comuniquem por códigos, para evitar que alguem infiltrado saiba das historias e / ou comentarios de vcs?... (E06, 03/04/2014)

menos agressividade, mais informação gente. [...] **entendo sua idéia mas é justamente contra isso que estamos no grupo: não queremos** evitar os assédios nos adaptando a eles e sim **queremos** que eduquem as pessoas para que elas saibam o quão hediondo é o crime que elas cometem. **se nos policiarmos** estaremos concordando com as pessoas que dizem que “saiu de roupa curta, tá pedindo” ou “não quer ser estuprada, evite sair a noite” (E07, 03/04/2014)

Em E06, há uma pergunta que é esvaziada pela expressão “minha sugestão” que inicia a frase. A construção é paradoxal, visto que a intenção do enunciador não é perguntar o motivo por que as mulheres não se comunicavam por códigos, mas sim sugerir que elas deveriam se comunicar dessa forma. O uso do “vcs” (vocês) marca as pessoas do discurso e reforça um distanciamento que existe entre quem fala e a quem se destina o que é dito. Quem fala não está inserido no “vcs”, que seriam as “mulheres que precisam se comunicar através de códigos próprios”.

A postagem rendeu vinte e cinco comentários em resposta ao conteúdo postado. Um desses comentários está destacado em E07, no qual o enunciador já sinaliza que o conteúdo dele é informativo, descolando-o de qualquer caráter agressivo e buscando mostrar que se trata de um discurso com intenção de explicar e detalhar a ideia. Primeiro, há um movimento de mostrar que ambos os lados podem ter razão (“entendo sua ideia”), mas que há de prevalecer naquele espaço de discussão uma ideia coerente com a luta que está sendo travada e que não é a mesma defendida pelo grupo.

A utilização dos dois pontos após a afirmação denota que a informação que vem a seguir é uma explicação, ou seja, didaticamente o enunciador visa convencer o outro comunicante de sua ideia. O enunciador de E07 usa uma comparação para separar o que elas (mulheres) querem e não querem que aconteça. Por fim, o enunciador se utiliza do argumento de que se as mulheres se policiarem (usarem códigos próprios), estarão concordando com aqueles que as discriminam. A utilização de frases entre aspas tem como efeito a marcação de que aquilo que está sendo dito (“saiu de roupa curta, tá pedindo”, “não quer ser estuprada, evite sair a noite”) não são frases do enunciador, mas sim de um outro, de um terceiro, que está fora da relação entre produção e reconhecimento (VERÓN, 2005), mas que diante da relação interdiscursiva é inserida no dito.

Há uma relação direta entre a vivência de submissão da mulher, na cultura do estupro, com a própria dinâmica de sociabilidade operacionalizada pelo Facebook. Ao explicar o porquê de as mulheres não se submeterem a códigos: elas não querem “reviver” nesse espaço, que é de diálogo e construção, a mesma estrutura, que é ter de cobrir-se, mesmo que de códigos, esconder-se e silenciar. Essa lógica remete diretamente à própria nomeação da mobilização: impor a utilização de códigos repassa para a vítima a responsabilidade da violência, algo que deve ser feito para que ela não seja estuprada. Ir contra essa lógica reforça o grito coletivo de que “não merecemos ser estupradas”.

Existe um caráter de normatização nessa estratégia discursiva, que visa explicar as próprias normas, enunciar e dar a entender como o grupo deve funcionar. Isso remete a um funcionamento específico desse grupo. Pensando a partir da teoria sistêmica de Luhmann (2005), compreendemos o grupo de discussão enquanto um sistema, que possui seus próprios regramentos como uma forma de manutenção; ele dita e produz os próprios recursos para sua sobrevivência. Nos enunciados destacados abaixo (E08, E09), também observamos essa normatização referente ao que é permitido e como devem ser enunciados os termos referentes ao próprio movimento.

Não, feminismo **não é** o contrário de machismo. **Machismo é** uma ideologia que considera a mulher como inferior ao homem. **Feminismo é** um movimento social criado pelas mulheres que sofrem com esse machismo e desejam acabar com ele para que as mulheres tenham os mesmos direitos dos homens. [...] [E08, 01/04/2014]

[...] **estupro é** crime hediondo mesmo sem morte ou lesão grave. constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: pena de 6 a 10 anos. **código penal, art. 223.** [E09, 01/04/2014]

[...] **UMA ANALOGIA BOBA, MAS VÁLIDA** (fábula que surgiu agora, mesclando instinto com racionalidade): >> **Era uma vez** a Classe dos **COELHOS** (M). Ela está geneticamente doutrinada a temer **RAPOSAS** (H), pois sabem instintivamente que a qualquer momento uma raposa estará a espreita para lhe dar o bote e lhe devorar sem dó. Não sabe qual delas o fará, mas sabe que nesta classe, há um número **ENORME** de exemplares famintos e cruéis. [...] [E10, 01/04/2014]

Nos três enunciados destacados acima (E08, E09, E10), identificamos outros modos em que a estratégia de explicação é utilizada. Em E08, o enunciador busca explicar as diferenças entre machismo e feminismo – uma das discussões frequentes no grupo e que servirá para reforçar também a identidade do coletivo, como veremos na estratégia seguinte. Para tanto, é marcante a presença do verbo “ser”, que caracteriza o referente como sendo ou não algo (“feminismo não é”, “machismo é”), apontando para um discurso de certezas. Já em E09, o enunciador recorre a um referente de autoridade, o código penal, para ratificar seu argumento de que o estupro é um crime e que há punições para os agressores. A utilização de argumentos de autoridade, ancorados em evidências, leis e citação de autores, é uma estratégia para dar credibilidade ao que está sendo dito. Já em E10, notamos um modo de estratégia de explicação distinta, que se utiliza de analogia para esclarecer algo. O enunciador sinaliza no início do texto que apresentará uma analogia, que caracteriza como “boba”, possivelmente por remeter a um discurso lúdico (fábulas). A intenção do enunciador é explicar diferenças entre homens e mulheres e por que é complicada a negociação sobre a inserção masculina no feminismo. O enunciador recorre então a uma analogia (coelhos = mulheres; raposas = homens) e utiliza de uma escrita em modo narrativo semelhante ao das fábulas infantis para enunciar sua história.

Estão dentro da estratégia de explicação os enunciados que têm por objetivo final a elucidação sobre algo, que de modo didático é repassado a outrem. É possível observar as três categorias apontadas por Pinto (2002) em que o enunciador busca interagir com o seu interlocutor e marca no discurso que o diálogo está sendo estabelecido entre um eu e um tu (utilização de pronomes pessoais, de pontos de interrogação, de aspas, de nomeação), com o intuito de persuadi-lo a partir da apresentação de seu ponto de vista sobre o assunto através da exposição de um aspecto da realidade, utilizando-se de exemplos e analogias.

A estratégia de explicação é recorrente em discussões de embate, em que muitas opiniões se confrontam. Alguns membros do grupo a utilizam para construir seus discursos e, desse modo, convencer quem lê a aceitar como verdadeiro aquilo que está sendo dito (PERUZZOLO, 2004).

3.3.2.2 *Estratégia de marcação identitária*

Nos embates discursivos travados dentro do grupo de discussão, também é comum o debate sobre a finalidade do grupo, sua razão de existência e as temáticas que devem ser discutidas naquele ambiente. Essas discussões são permeadas pela questão da identidade – tanto do coletivo como de quem dele faz parte. Assim, apontamos como uma estratégia discursiva a marcação de identidade, que se refere ao esforço contínuo dos enunciadores de marcarem o seu lugar de fala e a identidade aceita pela maioria, ou seja, uma identidade feminista¹¹¹.

O E11 integra o contexto enunciativo de uma discussão travada no grupo sobre o tema que deveria fomentar os debates naquele ambiente: estupro ou feminismo. Os dois temas foram colocados em contraposição, pois alguns membros entendiam que as discussões deveriam dizer respeito à cultura do estupro e culpabilização da vítima, não abrindo para demais discussões no âmbito feminista. Um dos membros, então, responde o seguinte:

faz parte da luta feminista combater o machismo -- que gera a cultura do estupro. **Desculpa**, mas este discurso nasceu dentro do movimento feminista. Qualquer um que concorde com ele deve ser bem-vindo, mesmo que não se intitule **feminista**, porém querer que o grupo **não seja feminista não faz o menor sentido**. (E11, 02/04/2014)

Há ainda outro membro que, na esteira do mesmo tema em discussão, escreve:

Em vez de ter **resistência ao rótulo “feminista”**, que tal procurar saber mais sobre a história do movimento, a teroai [teoria] **de gênero** e por que isso se encaixa aqui? Abs (E12, 02/04/2014)

Em ambos os enunciados, percebemos uma tensão maior do que na apontada na estratégia de explicação. A interrogação colocada por E12 em seu enunciado não se configura como um questionamento, mas sim como uma sugestão do que o membro que suscitou a discussão deveria fazer, ou seja, estudar para entender o porquê do grupo ser feminista. O enunciativo recorre à utilização dos termos “história do movimento”, “teoria de gênero”, que apontam para conhecimentos de diferentes ordens, necessários à compreensão das estruturas sociais atravessadas pelos tensionamentos de gênero e sexualidade.

¹¹¹ Não nos dedicamos neste trabalho à discussão sobre identidades dos movimentos feministas, pois este não é nosso foco. Delimitamos nosso olhar para os enunciados produzidos pelos atores e identificamos debates cujo objetivo se concentra na busca por um consenso acerca da questão “o que é ser feminista” e, por conseguinte, “quem pode ser feminista”. Por conta disso, utilizamos a expressão no singular “uma identidade feminista”. No entanto, compreendemos que essa identidade é fluída, múltipla e, logo, plural.

De modo semelhante, vemos que essa estratégia é utilizada pelo enunciador de E13, que explica o que é o feminismo, demarcando o protagonismo feminino no movimento e como os homens podem também se inserir nele, reconhecendo os aspectos culturais que permeiam as relações sociais e as construções de gênero. Em E13, também há um caráter didático na explicação, mas a necessidade de reforçar o lugar de fala da feminista, como ação importante para a reafirmação do coletivo e de quem o integra.

O **feminismo é pelas e para as mulheres**, para que elas criem forças p[ara] enfrentar o machismo. Os **homens podem e devem ser nossos aliados, mas** para isto eles precisam querer desconstruir o seu machismo, **TODO homem é machista pq a nossa sociedade é machista, ngn está ileso do machismo**, tanto que até algumas mulheres reproduzem machismo. Nosso interesse é ajudar as mulheres e os homens que estiverem interessados em desconstruir o seu machismo e o dos amigos. [E13, 01/04/2014]

Percebemos que o grupo, entendido como um sistema (LUHMANN, 2005), é irritado por informações que causam instabilidade em sua organização e que faz com que o sistema, posteriormente, se muna de regras para evitar irritações semelhantes e também como forma de autofortificação interna. A marcação identitária é questão que ganha relevo, ao passo que a caracterização “feminista” não é aceita por algumas mulheres integrantes do grupo, que ameaçam sair caso as discussões continuem tomando “o rumo do feminismo”. Há a tentativa de um acoplamento, que una as visões diferentes e que mostre as interpenetrações entre as temáticas abordadas. Por conta disso, pedagogizar, ou seja, instruir o outro sobre determinado assunto, parece ser a saída encontrada.

Há ainda a possibilidade de se recorrer a outros modos para reforçar o efeito de real proposto tanto pela estratégia de explicação como pela de marcação identitária. Por exemplo, o enunciador se utilizar em seu enunciado de alguma comparação com o que está sendo dito em matérias jornalísticas, citar algum autor de referência para os estudos feministas, utilizando um argumento de autoridade ou analogias, como vimos nos enunciados destacados. Esses recursos reforçam o caráter pedagógico dos enunciados e os efeitos de realidade pretendidos.

Marcar a identidade feminista do coletivo de atores e utilizar diferentes modos de explicação para normatizar o *estar* no grupo são estratégias para fortificar o sistema e dar coesão à mobilização. Essa fortificação é um dos caminhos para impulsionar a circulação do acontecimento midiático, que se constrói a partir das diferentes enunciações dos atores. Existe ainda, nesse movimento de normatização e marcação da identidade feminista, um trabalho discursivo que visa dar à mobilização a inteligibilidade pretendida pelos próprios

atores que a constituem. Assim, agregamos na categoria da pedagogização as estratégias discursivas referentes a esses modos de produzir sentidos ao que é ser e estar não apenas no grupo de discussão, mas também na mobilização como um todo. Na sequência, apresentamos estratégias de aconselhamento e reconhecimento da potência de si na categoria que denominamos *Sororidade*.

3.3.3 Sororidade

Dentro dos movimentos feministas contemporâneos, há uma palavra recorrente: “sororidade”. *Sororidade* tem a ver com um pacto de solidariedade e empatia entre mulheres, ou seja, uma reconhecendo a outra como irmã (*soror*, no latim) e se unindo na luta contra as opressões da sociedade patriarcal. É preciso ressaltar, todavia, que a utilização deste termo, nos movimentos feministas, não é unívoca e há uma crítica relacionada, sobretudo, ao fato de também haver relações de poder entre mulheres de classes sociais, raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero distintas, sendo que uma “falsa sororidade” apenas silenciaria opressões. De todo modo, utilizamos este termo enquanto categoria analítica por entendermos que ele carrega os sentidos acerca dos vínculos de solidariedade entre as mulheres e de ajuda mútua. Foram identificadas estratégias de *aconselhamento* e de *reconhecimento da potência de si*.

3.3.3.1 Estratégia de aconselhamento

A estratégia de aconselhamento refere-se ao modo como determinados discursos se constroem a partir do acolhimento do outro, direcionando ações futuras e ressaltando que há aspectos positivos nesse outro sujeito. Em um grupo de discussão que se reúne em torno de uma temática da ordem do sensível, há muitas pessoas que relatam suas histórias de sofrimento.

Estamos juntas para reafirmar que a culpa não é **nossa**, **nos** empoderar.
Esse espaço aqui é **nosso**, de denúncia, de amor e de acolhimento.
E esse processo de construção feminista está lindo, **continuemos** assim.
Sororidade sempre.
Amo **todas vocês!** (E14, 31/03/2014)

Não, **meu bem**, não tenha medo. **Tenha força!** Pra lutar a todo momento e poder ajudar a cada uma dessas meninas e também meninos que são violentados constantemente mentalmente e fisicamente. [E15, 13/04/2014]

[...] Não assista a isso calad@. **Denuncie, reaja, resista, lute!** O mundo é o espelho das suas ações. Ou omissões. [E16, 01/04/2014]

O aconselhar refere-se a um movimento estratégico de construir um discurso que mostre, antes de tudo, que a mulher é vítima do abuso e que ela não deve se culpar por isso. Nessa estratégia discursiva, encontramos marcas discursivas de uma interlocução que insere o enunciatário no mesmo grupo do destinatário, aproximando um do outro. Uma dessas marcas é a utilização do verbo na primeira pessoa do plural (“estamos”, “nossa/o”, “nos”, “continuemos”). Outra marca discursiva é a utilização da segunda pessoa, denotando a inserção do enunciatário no enunciado (“amo todas vocês!”). Além disso, em E15, percebemos o uso do vocativo “meu bem” para se referir ao enunciatário, um modo carinhoso de tratamento. Essas marcas, como afirma Peruzzolo (2004), constroem um efeito de aproximação que caracteriza a própria subjetividade. Além disso, a utilização de exclamações direciona o entendimento do leitor, marcando a interlocução presente no enunciado.

Outra característica da estratégia de aconselhamento é a utilização de verbos no imperativo (“tenha força”, “Denuncie, reaja, resista, lute!”), que marcam a necessidade de uma reação por parte da vítima em denunciar a agressão ou situações de abuso. A estratégia de aconselhamento está relacionada com a estratégia apresentada na sequência, o reconhecimento da potência de si, afinal, a intenção do conselho é fazer também com que a mulher encontre em si as potencialidades para viver plenamente.

3.3.3.2 *Estratégia de reconhecimento da potência de si*

Assim como o termo sororidade, um dos vocábulos correntes no discurso militante dos movimentos sociais na contemporaneidade é *empoderamento*. Esse vocábulo, derivação da palavra “poder”, remete ao exercício de emancipação individual a partir da aceitação de si e do enfrentamento de opressões. Faz sentido pensarmos nesse exercício a partir da situação de violência contra as mulheres e do processo de empoderamento pela qual elas precisam passar para resistir às opressões da cultura patriarcal. Entretanto, mesmo que seja um termo frequente e ainda carente de uma reflexão conceitual mais profunda, resistimos a sua utilização neste trabalho, sobretudo enquanto nomeação para uma estratégia discursiva. Em nosso entendimento, empoderamento resgata uma discussão acerca do conceito de “poder” que se refere a interdições e ao exercício de dominação sobre outrem. Nesse sentido, julgamos que empoderamento não seria a melhor definição para o processo de reconhecimento de

potencialidades do sujeito. Por conta disso, optamos pela utilização do termo “reconhecimento da potência de si”, como forma de utilizar uma palavra (potência) que, ao contrário de “poder”, carrega o sentido de força criativa¹¹².

Identificamos essa estratégia discursiva a partir da análise de enunciados que apresentam a ideia de que a mulher pode ser o que quiser e sempre mais, reforçando a necessidade de coragem para resistir e combater opressões cotidianas. Em E17, podemos perceber essa estratégia em operação. O reconhecimento da potência é instigado aqui através de uma história de vida real, que por meio de sua enunciação busca convencer o outro de que é possível encontrar a força necessária para resistir dentro de si.

Queria agradecer ao movimento que, eu nem tinha ideia do quanto até o momento, mas me encorajou a não aceitar mais abusos e assédio na rua. **Ontem**, a caminho da **faculdade** fui assediada por um homem que falou obscenidades para mim no **meio da rua** e das pessoas como se fosse algo normal (infelizmente para ele era). [...] **eu lembrei** de todos os relatos e toda a revolta de **vocês, mulheres corajosas** que vemos todos os dias aqui, isso me deu uma força que eu nunca imaginei que eu poderia ter de fazer um escândalo onde eu estava e mostrar para todo mundo que “cantada” é assédio. (E17, 01/04/2014)

J., parabéns! É uma raiva imensa **que a gente sente**. Às vezes dá pra revidar, às vezes não dá (se a cantada vem, por exemplo, de um chefe ou de um cliente. Mas saber que a **culpa não é sua é incrível**. Queria que nenhuma mulher se sentisse culpada por esse tipo de situação. (E18, 01/04/2014)

O enunciador de E17 constrói o seu relato utilizando determinadas marcas que criam efeitos de real (PERUZZOLO, 2004) do ocorrido, como marcas de tempo, espaço e situação (“ontem”, “a caminho da faculdade”, “no meio da rua e das pessoas”, “eu estava”). Há também a inserção do enunciatário no discurso, com o uso recorrente do “vocês”, e adjetivando esse enunciatário, caracterizando-o como “mulheres corajosas”. Essa marca de interlocução aponta para quem especificamente este enunciado se dirige: a outras mulheres que possam se sentir encorajadas a também manifestarem-se discursivamente para resistir ao machismo.

Em E18, temos uma das respostas ao E17, que enuncia uma satisfação em saber que a vítima não se culpabiliza pelo assédio e um desejo de que esse sentimento de potência seja mais recorrente entre as mulheres. Ao dizer “É uma raiva imensa que a gente sente”, E18 se

¹¹² A distinção entre poder e potência é uma discussão maior, da qual não nos detemos neste trabalho. Esboçamos nosso ponto de vista sobre a questão, de modo bastante simplificado, com o intuito de explicar os motivos que nos levam a denominar a estratégia de tal forma. As reflexões teóricas de Michel Foucault sobre o conceito de “poder” e Gilles Deleuze sobre o conceito de “potência” são alguns referentes teóricos que sedimentam essa ideia ainda incipiente sobre a distinção supracitada.

coloca também no lugar de quem sofre com situação semelhante e que também teria uma história real para contar em relação a isso. Nessa estratégia discursiva de incluir-se no discurso do outro, vemos com recorrência o relato de histórias de vida, que estabelecem uma relação de proximidade com o enunciatário e buscam persuadi-lo da veracidade do que é dito a partir de um fato que ocorreu efetivamente. Os enunciados destacados reforçam esse sentido de apoio e solidariedade entre as mulheres.

Como o grupo funciona como um espaço de compartilhamento de relatos e também de informações relacionadas à violência contra a mulher, encontramos discursos que trazem a marca da resistência e que se impõem como vozes que clamam por uma mudança. É o que percebemos em marcas do E19, quando o enunciador se coloca em relação de proximidade com o enunciatário, a partir da utilização da primeira pessoa do singular, e indica ações que devem ser feitas para que as mulheres se reconheçam livres e possam exercer essa liberdade sem mais se guiarem pelos “ensinamentos dessa cultura patriarcal, sexista e machista”.

Somos maioria no país. **Não podemos nos permitir ser manipuladas e dominadas** pela minoria. Nem sou a favor da superioridade nem da inferioridade feminina. Sou a favor da igualdade de direitos. **Que sejamos livres** para nos expressarmos e agirmos da forma que nos convém e não de acordo com **os ensinamentos dessa cultura patriarcal, sexista e machista. Ser mulher não me torna inferior, culpada.** #orgulhodesermulher #guerreira #independente #livre (E19, 31/03/2014)

N: Eu ouvi barbaridades vindas de mulheres, meninos, homens, mais eu já disse, não ficarei calada, **não vou deixar minhas amigas\mães\filhas sofrerem**, Bandeira erguida!!!

A. **Você não está sozinha**, N.! Isso só acontece porque sempre ficamos caladas!!! **Agora gritamos!!!**

N. Sabe a minha felicidade? Diretor, professores, funcionarios, estão lutando junto comigo na escola!

A. E **nós também!** Mesmo de longe [E20, 01/04/2014]

No E20, por sua vez, percebemos a interação entre dois enunciadores, identificadas aqui como N. e A. O diálogo se refere à comemoração de N. por conseguir espaços em sua escola para falar sobre feminismo e conscientização acerca da violência de gênero. A. dirige sua fala diretamente à N., chamando-a pelo nome e usando o pronome “você”, o que marca as pessoas presente no discurso. Ao afirmar “agora gritamos”, A. reforça o sentido de que N. “não está sozinha”, pois denota a construção discursiva de mais de um enunciador (um eu e um tu), em que as pessoas daquele ambiente de interação constituem um coletivo que, mesmo distantes geograficamente, se unem em torno de um objetivo comum, caracterizando tal

arranjo social como uma mobilização emergente (TORO; WERNECK, 1998) que visa à conquista de direitos de equidade social. O advérbio “agora” remete a algo que antes não ocorria, ou seja, a enunciadora avalia que no momento presente pode expressar-se de forma distinta. Do mesmo modo, o “agora” também pode remeter ao fato de que nas redes sociais digitais há um espaço que possibilita expressões desse tipo e que é construído constantemente com a produção discursiva dos atores interconectados.

Nesta categoria, identificamos estratégias discursivas que buscam fortalecer o próprio movimento a partir da união e da valorização do eu no e para o coletivo. Os fragmentos discursivos analisados se referem a discursos que se amparam na ideia de uma irmandade (sororidade) feminina necessária para o fortalecimento da luta e da própria manutenção da mobilização e do coletivo. Os sentidos de sororidade constroem o *ENMSE* por meio de vínculos estabelecidos entre os próprios atores, que enunciam suas histórias de vida e criam redes de aconselhamento. A narrativa de histórias de vida dos atores também produz marcas discursivas acerca de um modo singular de enunciar fatos vividos. Além disso, cada integrante do grupo elabora seus próprios sentidos acerca do que concebem ser a função do grupo (lugar para pedir aconselhamento, ajuda, tirar dúvidas e compartilhar experiências). Essas estratégias discursivas serão identificadas na próxima seção, que trata da categoria da *Experiência*.

3.3.4 Experiência

Experiência é o como nomeamos a quarta categoria analítica. A palavra experiência se refere ao conhecimento que é adquirido na prática ou por meio de observação. Experiência é aquilo experimentado, vivenciado, e possui relação com a singularidade do ser, com o “Eu”. Por isso, esta categoria se relaciona aos enunciados presentes em relatos da ordem do íntimo, de casos que envolvem o que foi vivenciado pelos atores sociais envolvidos na mobilização.

Alguns desses atores utilizam o espaço do grupo para relatar suas experiências ou até mesmo histórias de outras mulheres ou de familiares que foram vítimas de violência. Denominamos essa categoria de *Experiência* por ela se referir ao vínculo de afetação que une a vida desses atores à mobilização emergente. Todos os relatos são da ordem do que foi vivido e são enunciados com o intuito de buscar conforto ao compartilhar a experiência num coletivo. A categoria abarca estratégias discursivas de expurgação da dor e de ajuda.

3.3.4.1 Estratégia de expurgação da dor

A estratégia de expurgação da dor é identificada em enunciados cuja intencionalidade aponta para a necessidade de transformar em discurso uma experiência sofrida. É frequente, no grupo, a ideia de que é necessário falar sobre o que se vivenciou de ruim para que a dor possa ir embora. Assim, os enunciados postados possuem marcas discursivas que remetem a uma função de cura e de abrandamento da dor.

Fui abusada ainda jovem, dentro da família. [...] **Conto** essa história porque **não aguento** guardar pra mim uma dor que é gigante. Por muito tempo me senti culpada e **não falei** pra ninguém. Até por vergonha do q aconteceu. Hoje não... conto pra não viver mais com isso. [...] espero q **voces** também contem, escrevam, mas **não guardem** mais essa dor (E21, 02/04/2014)

Alguns anos atrás sofri um abuso, e ouvi: 'tb vc procurou!', detalhe: estava de calça, blusa fechada, tênis, cabelos presos... O argumento usado: "Foi no lugar errado, na errada"... Doe, virei estatística! Mas, sinceramente superei, hj sou ativista declarada, **sabem pq?** Combato de uma forma ou de outra esse tipo de prática todas os dias, contudo, sei q é muito complicado, pq vem de toda parte as brechas machistas, da família, amigxs, trab...[...] Então, aprendi q devo conscientizar primeiro quem quer ser conscientizadx e utilizo a Lei qdo há necessidade p me defender e outras vítimas. (E22, 15/04/2014)

Eu peguei um ônibus quando tinha 16 anos [...] Era o primeiro ano que estudava longe de casa e precisava **pegar transporte publico**. [...] Um homem estrou e ficou em pé a meu lado. **O espaço era muito pequeno, minúsculo**. [...] De repente senti que os dedos dele estavam abrindo meu zíper da calça, porque por conta do aperto ele posicionou a mão de tal forma que ficasse perto da minha vagina. Eu achei que era só um problema de posicionamento MEU, me mexi um pouco e me afastei. Ele continuou. [...] Ele me olhou nos olhos e me intimidou demais. [...] **Eu NUNCA contei isso a ninguém**, [...] até esse momento. **sao 11 anos desde que aconteceu**. Sabe como é alguém dizer que tanto faz a sua dor, que você nao entende do assunto, que você não sabe o que ta dizendo. EU SEI o que to dizendo. Eu espero que a causa continue, que de certo... [E23, 22/04/2014]

Nos três relatos postados no grupo de discussão do Facebook, percebemos que os enunciados são construídos na primeira pessoa, por se tratar de uma experiência pessoal e dita a partir do lugar singular de quem vivenciou a história. Há marcas, assim, da presença desse enunciatário no discurso, que depois interpela o interlocutor (“espero q voces”, “sabem pq?”, “Sabe como é alguém dizer que tanto faz a sua dor [...]”) declarando anseios em relação às ações dos destinatários ou questionando e impondo a esse enunciatário a função de colocar-se em seu lugar (por meio de questionamentos e a referência a ‘vocês’), criar empatia, procurar colocar-se no lugar do outro, mesmo que a experiência da dor seja singular.

É notável nos enunciados o objetivo de mostrar que a libertação da dor é um trabalho coletivo e que, dentro do grupo, isso é possível de ser realizado através de discursos que

remetem a trocas de experiência. As dinâmicas interacionais do próprio grupo permitem que as histórias sejam publicadas e que, ali mesmo, se crie uma rede discursiva que remete à estratégia de aconselhamento e reconhecimento do potencial de si, enquanto respostas aos relatos de abuso, como percebemos em E24.

[...] que relato maravilhoso! Nossa! Enquanto eu lia o teu texto, **vieram várias situações que eu passei** (e que como você mesma disse, infelizmente, é normal). Parabéns pela força, pela garra, e principalmente pela atitude!!!! E com toda certeza: MACHISTAS NÃO PASSARÃO!!!! [E24, 01/04/2014]

A estratégia discursiva de expurgação da dor se constrói enquanto um relato narrativo, que busca contar uma história, sendo construída com elementos próprios da narrativa: verbos de ação, localização espaço-temporal, descrições dos ambientes, personagens e conflito. Implicitamente, os enunciadore dos relatos de abuso convocam o interlocutor a falar. A resposta esperada não é, diretamente, uma mensagem de conforto, mas sim um outro relato, até que não se tenha mais o que relatar, que não se tenha mais por que sofrer. Como Castells (2013) aponta, a indignação e a esperança é o que unem essas mulheres em torno desse protesto. A esperança, por fim, se resume a crer que crimes como os abusos cometidos contra elas não voltarão a acontecer e, se acontecerem, terão punições.

Assim, o trabalho enunciativo de relatar os abusos sofridos se insere numa cadeia discursiva que tensiona a auralidade do acontecimento *ENMSE*. Na primeira seção deste capítulo, em que nos dedicamos a entender a circulação do acontecimento, já havíamos discutido esse tensionamento que faz com que a jornalista Nana não detenha sua auralidade, especialmente a partir do caso relatado da professora Daiara Figueroa. Aqui temos outros exemplos de como essa auralidade é movente e se dilui nos fluxos a partir do momento em que existe uma outra circulação (baseada na experiência) no grupo que faz com que Nana perca a auralidade do acontecimento às dinâmicas sociais.

3.3.4.2 *Estratégia de ajuda*

A estratégia discursiva de ajuda refere-se a enunciados que apontam para a necessidade do outro na transformação de algo que diz respeito àquele que enuncia. É um clamor por auxílio, uma convocação do outro, para que este atente ao seu problema, atrelando este outro a algo que diz respeito à ordem do privado. De algum modo, assim, esses

enunciados também questionam a própria função do grupo de discussão, trazendo para a pauta algo íntimo e inquerindo respostas.

Meninxs, **peço a ajuda de vocês** para divulgar o caso de estupro que ocorreu com uma conhecida da **minha vizinha**. Peço para que mesmo não morando no Rio de Janeiro compartilhem para **dar visibilidade** ao caso que ocorreu na região de **Jacarepaguá**. [E25, 24/04/2014]

Vamos ajudar esse pai que **precisa de nós** nesse momento delicado. Por favor, **alguém???** (E26, 30/04/2014)

Nos enunciados destacados acima, temos enunciadores que clamam pela ajuda dos demais na divulgação e resolução de casos de violência. Em E24, o enunciador sinaliza a sua relação com a vítima (vizinha) e faz uma referência de real ao apontar a localização geográfica do fato (“região de Jacarepaguá”). O enunciador deixa claro que sua intenção é tornar o caso visível, com anseios de que a visibilidade possa trazer alguma resolução. No mesmo sentido, E26 enuncia de um lugar em que fala enquanto integrante de um coletivo. Ao dizer que aquele pai “precisa de nós” (em referência a um pai que procura justiça para o caso de violência contra sua filha), o enunciador lança aos integrantes a responsabilidade pela ajuda e reforça os sentidos sobre a função do grupo enquanto coletivo: a ajuda daqueles que se integram à mobilização por se sentirem afetados, no sentido de Quéré (2005), pelo que estava acontecendo. O acontecimento se constrói, assim, a partir da união desses discursos e da atorização dos que são afetados por ele, como percebemos também em E27.

A esposa do meu primo teve que realizar o parto, e acabou por passar por momentos de tortura e dor, **eu vim pedir uma ajuda** de como reagir a casos de **violência obstétrica**. [...] **vou chama-la de Mãe**; Mãe passou por 19 horas de terror, Mãe ficou muitas horas numa maternidade **numa cidade do interior do Ceará**, [...] Forçando o parto, deitaram-na no chão, sentaram na barriga dela, puxaram a criança para fora, mas não conseguiram tira-la por inteiro e então a empurraram pra dentro de novo e só depois de tudo isso foi que a levaram para a mesa de cirurgia e fizeram um parto cesária. [...] **Mãe se encontra traumatizada**, sentiu muitas dores pós parto e com a barriga bastante inchada [...] A criança estava machucada e com algumas marcas suspeitas, eles alegaram que foi por conta do exame de sangue e não permitiram tirar fotos da criança nesses oito dias. **Não sabemos o que fazer**, como agir e como podemos processar, enfim, que atitude tomar, pedimos a ajuda de vocês, por favor! [E27, 17/04/2014]

O enunciador de E27 cria um texto narrativo, no qual relata os “momentos de tortura” pelos quais uma mulher (“a esposa do meu primo”) passou durante o parto. O enunciador constrói um texto em que, cronologicamente, relata a situação e utiliza o recurso de nomear a personagem de seu relato como “Mãe” para não comprometer sua identidade. Ao nomeá-la

dessa forma, cria um vínculo de identificação e afetação com as demais mães do grupo. MÃE passa a ser protagonista da ação.

O homem recorre ao grupo para se informar como deve proceder para realizar a denúncia, o que denota que o enunciador construiu um sentido próprio para a finalidade do grupo que deveria se basear na ajuda mútua. O enunciador deixa claro que o texto é um pedido de ajuda e se utiliza de referências à realidade, como o lugar onde a situação ocorreu. Esse é recurso para atestar a veracidade do que está falando, especialmente porque o grupo é composto por pessoas de diversos lugares, sendo sua intenção convencer o interlocutor de aquilo que está sendo dito é verdadeiro. O relato quebra com o habitual do grupo no que se refere a relatos da ordem do íntimo, visto que não é uma mulher contando sua história, mas um homem relatando o abuso de um familiar e a aparente inoperância e irresponsabilidade das autoridades. As respostas dos outros atores direcionam para diversas atitudes, como as exemplificadas nos enunciados abaixo.

Não sei se já comentaram. **Denuncie** no conselho de medicina regional. **No site** [...] do Conselho Federal de Medicina tem tudo explicado, **vcs tem que ir** na regional do local onde aconteceu. **Coloquem** o nome dos médicos. **Detalhem tudo**. (E acredito que vcs podem tirar fotos do seu filho sim). [...] Melhoras para todos da família. [E28, 17/04/2014]

Mt triste, existem milhares de mulheres que passam por isso, e ninguém faz nada, que tal isso q aconteceu **alcançar a mídia tbm?**, **tente denunciar** em algum **programa de televisão** tbm , isso deve mudar, boa sorte a você e parabéns pela sua atitude! [E29, 17/04/2014]

Em E28 e E29, vemos os enunciadores indicando maneiras para solucionar o caso apresentado em E27. Os verbos no imperativo presentes em E28 apontam uma ordem, um direcionamento daquilo que as pessoas envolvidas no caso da violência obstétrica devem fazer. Percebemos que a denúncia é o caminho apontados por ambos: em E28, vemos o enunciador enumerar o que deve ser feito para, em nível administrativo, punir os culpados; enquanto E29 sugere que o caso chegue até algum programa de televisão. Aqui, percebemos que existe o efeito de reafirmar a credibilidade e a importância da instância midiática tradicional (televisão) no confronto das opressões. Há um valor de visibilidade implícito no enunciado, que tensiona as relações existentes entre a produção discursiva dos atores e aquilo que pode ser produzido discursivamente pela mídia hegemônica. Esse último enunciado possui relação estreita com a discussão que permeia a última categoria de análise, *mediatização*, a ser apresentada na sequência.

As interações discursivas proporcionadas pelo modo de organização do grupo e que são prescrições do próprio funcionamento do sistema midiático ocorrem de forma a alimentar uma cadeia discursiva diversa e ampla que se constitui a partir da ação dos sujeitos que ali se inserem. Com finalidades distintas, os enunciadores visam construir algumas relações com os outros: contar alguma experiência, compartilhar dúvidas e expectativas ou ainda para pedir orientações sobre como solucionar problemas.

A categoria da *Experiência* abarca estratégias que visam exteriorizar signos de um trabalho de dor e criar redes de auxílio para vítimas de violência de gênero. A análise das estratégias discursivas compreendidas por essa categoria mostra como o acontecimento *ENMSE* ganha novos sentidos a partir da produção discursiva dos atores, que agregam informações e funções ao grupo e inserem relatos biográficos que “dão corpo” ao que o enunciado *Eu não mereço ser estuprada* simboliza. Essas enunciações possuem rotas de circulação próprias que são impulsionadas pelo trabalho de circulação midiática. É pensando nessa relação, entre o que o é produzido pelos atores, seus modos de apropriação, e o trabalho das mídias, que construímos a última categoria de análise, nomeada de *mediatização*.

3.3.5 Mediatização

Até o momento, analisamos quatro categorias que agregam determinadas estratégias discursivas identificadas na análise dos enunciados produzidos pelos atores. Ao apresentarmos esta quinta e última categoria analítica, a qual nomeamos de mediatização, cabe uma reflexão sobre o uso desse termo. A partir do que foi exposto no referencial teórico deste trabalho, compreendemos que a mediatização é um processo que se intensifica e se complexifica nas sociedades industriais contemporâneas e que aponta, dentre outros aspectos, para uma nova ambiência em que lógicas da mídia perpassam os demais campos sociais, reorganizando discursivamente o seu funcionamento.

Compreendemos, então, que o fenômeno em análise possui marcas da mediatização, sendo a circulação uma dessas marcas, já exploradas na primeira seção deste capítulo. Quando verticalizamos a análise para o grupo *Eu não mereço ser estuprada* [OFICIAL] e mapeamos algumas estratégias discursivas, entendemos que essas estratégias estão permeadas por uma lógica da mediatização, que se refere aos novos modos de organização da mobilização, à mediatização dos relatos da ordem do íntimo, aos regimes de visibilidade social e aos modos de acolher e ajudar quem clama por socorro.

Enquanto um fenômeno complexo, a midiaticização pode ser entendida como a ambiência para o desenvolvimento do acontecimento em análise neste trabalho. Ao mesmo tempo, a midiaticização se refere também aos próprios mecanismos de seu engendramento e é, por esse motivo, que decidimos nomear esta última categoria como midiaticização, a fim de marcar alguns traços próprios de seu funcionamento, identificados a partir da produção discursiva dos atores. Esses traços são apresentados a partir de quatro estratégias discursivas: apropriação, visibilidade, resistência à oferta midiática e discordância do sistema.

3.3.5.1 Estratégia de apropriação

No primeiro mês de observação, especialmente nos primeiros dias de criação do grupo, os atores compartilhavam muitas fotografias de pessoas que pintavam em seus corpos ou em cartazes a frase-símbolo da mobilização. Consideramos essa forma de manifestação discursiva uma estratégia de apropriação. Essa estratégia se refere aos distintos modos pelos quais os enunciadores do “Eu não mereço ser estuprada” (e suas derivações) ingressam no protesto e fazem circular discursos acerca da mobilização.

A apropriação e produção discursiva foi tão diversa que não se restringiu a uma replicação da foto de Nana Queiroz. É o que percebemos com a publicação de fotos em grupo e com derivações da frase, como na figura 24, em que aparece uma família posando para a foto com a frase “nós não merecemos ser estuprados”.

Figura 24: Família posa para foto com a frase de protesto.



Fonte: Facebook/Reprodução.

Na legenda da foto, o usuário publicou: “Viver em família, educar em família e acima de tudo, conscientizar”, relacionando uma deficiência da educação das pessoas como uma das causas da violência contra a mulher. O corpo é usado como mural para sua enunciação, superfície física na qual encontramos as marcas desse discurso.

Do mesmo modo, há apropriações que recorrem a imagens já conhecidas, construindo sobre ela um novo discurso. Percebemos isso quando um ator compartilha no grupo a pintura “The Rape” (“O estupro”), do pintor belga René Magritte (1898-1967), com a inscrição “vestida ou pelada / #eunãomereçoserestuprada” (Figura 25). A imagem da obra de Magritte, que retrata um rosto composto pela pélvis e pelo torso feminino nu, passa a circular na cadeia discursiva do acontecimento por meio da relação que os atores propuseram a partir do seu nome (“o estupro”) com a mobilização.

Figura 25: Apropriação da obra de Magritte para o protesto.



Fonte: Facebook/Reprodução.

Essas imagens apontam para uma estratégia que mediatiza a mobilização a partir do reconhecimento e da produção discursiva dos atores. A constituição do acontecimento se dá, assim, pelo que é ofertado pelos atores. Na seção 3.1, analisamos outras imagens de pessoas que publicaram fotografias suas para o protesto. Essas análises também se referem a distintos modos de apropriação e de produção discursiva. Reiteramos que os modos de produção discursiva são singulares e que cada ator pôs em circulação discursos que falavam de um

lugar específico: “eu não mereço ser estuprada”, “ninguém merece”, “nenhuma mulher merece”, “eu também não mereço”, “eu não mereci”, “não merecemos”.

3.3.5.2 *Estratégia de visibilidade*

A mobilização – enquanto mudança social almejada (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998) – também implica a ação de tornar visível determinada luta ou causa. Nas interações entre os membros do grupo, é notável o quanto a questão da visibilidade é debatida, denotando o tensionamento entre o sistema midiático e o sistema dos atores sociais. Nos enunciados, identificamos marcas de estratégias de visibilidade da mobilização social.

Reportagem passando **no fantástico agora!** (E30, 30/03/2014)

Vc não viu que a Nana Queiroz, **que começou a campanha** saiu no Jornal Nacional, no Fantástico, no Blog do Sakamoto, na Folha de SP e a matéria está saindo em **diversos idiomas?** Francês, inglês e espanhol? **Olha a matéria do Fantástico:** [LINK] (E31, 30/03/2014)

E o movimento é notícia também no **Senegal** #eunaomereçoserestuprada #ninguém merece [link notícia “BRESIL. Un sondage révèle que les femmes provocantes”] (E32, 31/03/2014)

[...] **tem que aparecer** para ser lembrado, **não vamos parar** de postar sobre o assunto. [...] (E33, 05/04/2014).

Nana vai dar uma entrevista hoje na tv. [...] **Divulguem** pq é importante! (E34, 05/04/2014)

Vamos compartilhar a carta em outros grupos e nos nossos perfis! Isso **tem que circular...** (E35, 03/04/2014)

O enunciado E33 ratifica a ideia de que não se pode deixar determinado assunto cair no esquecimento. Em seu discurso, está claro que a luta é por visibilidade (PRUDÊNCIO, 2006), por isso mobiliza as pessoas para que determinadas demandas sejam atendidas. Tanto este enunciado quanto os outros possuem um caráter imperativo, pois alertam e ordenam o que deve ser feito: “tem que aparecer”, “divulguem”, “vamos compartilhar”, “tem que circular”. Já em E30, percebemos os mecanismos de midiatização quando há uma menção à cobertura em tempo real do programa Fantástico através de um comentário que é postado na rede social digital.

Em E30, E31 e E32, vemos também a importância que o enunciador agrega ao suporte televisivo. Mesmo sendo constantemente alvo de críticas pelos atores no grupo, como veremos adiante, a mídia tradicional ainda ocupa um lugar de referência para a exposição das

pautas desses coletivos em busca de legitimidade. Prudêncio (2006) reflete sobre essa relação dos atores sociais interconectados e a mídia tradicional, afirmando que é preciso haver negociações entre as duas instâncias na condução da cobertura sobre os protestos.

Assim, o fato de Nana Queiroz – que é, inicialmente, nomeada como “que[m] começou a campanha” – ser entrevistada em um programa de televisão que possui uma considerável audiência é comemorado pelos atores. Do mesmo modo, o enunciador sinaliza, com satisfação, que a mobilização está recebendo cobertura midiática internacional (“a matéria está saindo em diversos idiomas”; “E o movimento é notícia também no Senegal”). Percebemos, neste ponto, o quanto os atores sociais consideram salutar para o movimento a circulação exógena de informações (FERREIRA, 2013) sobre o acontecimento.

A visibilidade dessas demandas também está sob responsabilidade dos próprios atores em redes. No enunciado E35, o participante assevera a necessidade de se colocar em circulação, em diferentes ambientes, uma carta escrita pelos membros do movimento e endereçada à presidenta da República, Dilma Rousseff. Visibilizar as ações do coletivo é, portanto, uma forma de fazer com que a mobilização permaneça viva e que seja legitimada por meio de discursos que circulam na sociedade em vias de midiatização.

Os movimentos sociais e a mídia precisam estabelecer uma relação marcada pela negociação, a fim de que as pautas encontrem espaço na cobertura da mídia hegemônica (PRUDÊNCIO, 2006). É o que percebemos quando um enunciador divulga algum tipo de publicação que explora as temáticas concernente às discussões do movimento, como em E36, que o enunciador refere o lançamento de uma revista que aborda a intersecção racismo/machismo.

Meninxs, **já saiu a edição desse mês**, tanto da TRIP quanto da TPM e as duas revistas abordam o tema. [Link para um vídeo de divulgação da revista TPM que tem como chamada: *A TPM 141 debate o racismo: ser negra no Brasil é (muito) f*da. Da atriz Juliana Alves à ministra da igualdade racial Luiza Barros: mais de 50 mulheres discutem o que é enfrentar o machismo e racismo ao mesmo tempo.* [E36, 16/01/2014]

Para todas as mulheres que ainda acreditam que quem usa roupa curta merece ser atacada, **assistam a declaração da delegada Ana Cristina Santiago, exibida hoje no Jornal Hoje: TODAS AS MULHERES SÃO VÍTIMAS EM POTENCIAL.** Inclusive VOCÊ, que insiste em julgar suas irmãs pela aparência: [link para a matéria jornalística] [E37, 01/04/2014]

Da mesma forma, o enunciador de E37 se utiliza de uma voz imperativa para dizer às “mulheres que ainda acreditam que quem usa roupa curta merece ser atacada” que elas devem assistir à entrevista concedida por uma delegada (referência de autoridade) sobre as causas da

violência contra a mulher. O enunciador, inclusive, destaca em letras maiúsculas o enunciado retirado da fala da delegada e também a palavra “VOCÊ” para se referir a quem o discurso é destinado. Percebemos a utilização de um material produzido pela mídia tradicional para fomentar a discussão no grupo, ou seja, o sistema dos atores sociais se alimenta de insumos produzidos por outros sistemas, no caso, o midiático, acoplando o que é ofertado pelas mídias ao seu sistema de discussão.

Nesse sentido, a vitalidade do acontecimento *ENMSE* está relacionada às negociações que os atores estabelecem com as mídias, visto que a visibilidade se torna um valor importante para a manutenção da mobilização. Mesmo que a mídia tradicional não detenha mais o estatuto narrativo sobre o acontecimento, ela ainda concentra importantes mecanismos de construção dos processos de visibilidade social.

3.3.5.3 Estratégia de resistência à oferta midiática

Na sociedade em vias de midiaticização, há uma reconfiguração das instâncias de produção e recepção, que abre espaço para a exploração das zonas de circulação e para a investigação sobre as novas formas de contato entre os comunicantes. Com isso, os atores sociais, que antes se situavam em uma zona de recepção mais estanque, encontram meios de fazer circular de modo mais intenso a sua produção discursiva acerca daquilo que a mídia hegemônica enuncia. Complexificam-se, assim, as zonas de contato entre essas duas instâncias.

Identificamos, assim, uma estratégia discursiva que aqui nomeamos de “resistência à oferta midiática”. Esta é, no entanto, uma nomeação simplificada para “resistência à oferta discursiva midiática hegemônica”. Os enunciados que tensionam o que a mídia tradicional oferece em relação a coberturas sobre eventos relacionados à violência contra a mulher, bem como a representação do feminino em suas produções.

Identificamos a estratégia de resistência à oferta midiática quando os atores enunciam críticas a produções jornalísticas que não abordam de um modo que avaliam ser mais humanizado as ocorrências de estupro e que trazem abordagens que reforçam a culpabilização da mulher. Os atores sociais reagem, assim, a partir de estratégias de resistência a esses discursos hegemônicos.

Meninas, vocês viram essa matéria aqui?? Mais uma vez, o jornalismo **culpando** a mulher pelos abusos. [...] **Nem leiam** os comentários. (E38, 04/04/2014)

Evidentemente que a **revista veja daria “sua contribuição”** para o tema. Alguém que tenha estômago por favor leia o texto do **pseudo-colunista** até o final. Eu não consegui (E39, 03/04/2014).

o **pessoal da veja** não sabe argumentar, só produz matérias extremamente tendenciosas e manipuladas em questão de política, **não sabe levar jornalismo a sério**. e ainda é uma "**grande revista**" (E40, 03/04/2014).

O enunciador em E38 usa marcas de interlocução para deixar claro “quem fala e a quem se destina o enunciado” (“Meninas”, “vocês”), com a inserção do enunciatário no discurso e produção de efeitos de subjetividade e aproximação. A utilização do “Mais uma vez” mostra que a situação descrita é recorrente, reforça isso para o leitor como indício da necessidade de se criticar o trabalho jornalístico. O enunciador ainda reconhece um lugar de produção discursiva de atores que consomem a notícia, o espaço dos comentários, mas alerta para que o leitor nem leia os comentários, reconhecendo esse espaço também como zonas de reprodução de discursos machistas.

Já em E39, há uma crítica a uma coluna, assinada por Felipe Moura, na revista Veja, intitulada “A culpa do estupro não é da mulher, mas a da confusão é da pesquisa do IPEA! Essa, sim, merece ser “atacada”!”. O enunciador sinaliza com ironia, através das aspas, que a revista não está contribuindo para o debate com a publicação do texto. Com o mesmo tom irônico, E40 critica o descaso da revista com princípios éticos que sedimentam o jornalismo enquanto campo, e mostra indignação pelo fato de a publicação ainda ser considerada uma “grande revista”. É comum também o compartilhamento de matérias no grupo, que trazem alguns temas à discussão, como a publicação de uma matéria do Globo intitulada “Pamela Anderson revela que foi molestada e estuprada, diz site”. Os atores comentam:

Lixo de jornalismo! Depois de tudo o que ela revela, **o jornalista termina** a reportagem com “Durante o evento, a atriz estava com um vestido superdecotado, que acabou mostrando parte dos seus seios.” **E daí????! Qual a intenção disso?** (E41, 19/04/2014)

Surreal!! Deprimente esse final...O pior é quando o jornal coloca “**fulana diz ter sido estuprada**” Como assim?? Se a pessoa foi assassinada o jornal vai colocar, “dizem que fulana foi assassinada”, “aparentemente fulana foi assassinada”?? São termos sutis mas que mostram muito bem a sociedade machista e a cultura do estupro na nossa sociedade... (E42, 19/04/2014)

Percebemos que os atores se tornam observadores da produção midiática e rebatem discursos que consideram depreciativos e que nada agregam à luta do movimento, razão de ser do grupo. Tanto em E41 quanto em E42, há marcas discursivas que desqualificam o jornalismo a partir da matéria em discussão, direcionando questões ao jornalista que escreveu

a notícia (“E daí??!!”, “Qual a intenção disso?”, “Como assim?”). O enunciador seleciona trechos da matéria jornalística para comentar, assumindo seu lugar de leitor crítico que resiste ao discurso hegemônico. O enunciador propõe uma leitura dos enunciados das matérias jornalísticas, a fim de mostrar as contradições desse discurso, desvelando um modo de dizer do jornalismo que culpabiliza a vítima.

Com a intensificação do processo de mediação, a enunciação jornalística transforma-se e passa a dizer de diferentes modos aquilo que deve ser dito. Os atores sociais contrapõem essas enunciações e propõem outros “modos de dizer” sobre o estupro. Ao mesmo tempo, encontram no grupo um lugar de construir novas formas de narrar os acontecimentos, afastando-se da abordagem midiática.

A representação da mulher nos produtos midiáticos também está sujeita a críticas, sobretudo em produções ficcionais, como as telenovelas. Na seção 3.1, discutimos sobre a inserção do tema da mobilização *ENMSE* na novela *Em Família*, da Rede Globo, e destacamos o modo como o acontecimento também foi inserido no trabalho de circulação do sistema midiático tradicional. O espaço concedido à mobilização na trama ficcional não fez com que os atores deixassem de reconhecer os modos como o discurso de violência contra as mulheres fosse tematizado em outros momentos da trama, especialmente a partir da história de duas personagens.

Algumas mulheres gostam de apanhar? Veja o que pensa o autor Manoel Carlos: “Ele é do tipo que gosta de bater em quem gosta de apanhar. A Gorete [...] gostava, e eu acho que a Juliana pode vir a gostar também. Jairo é uma máquina de fazer sexo. Chega às últimas consequências para chegar ao prazer. É um desafio para Juliana. **E ela gosta disso**” [E43, 17/04/2014]

Em E43, há a publicação do enunciado acompanhado de um link para uma matéria do jornal O Globo, intitulada “Manoel Carlos: ‘Jairo é uma máquina de fazer sexo e Juliana gosta disso’, diz autor”. O enunciador inicia sua fala com uma pergunta, para logo indicar que as pessoas deveriam ler o que afirmou, em entrevista, o autor da telenovela, Manoel Carlos. Há a transcrição de um trecho da entrevista, na qual o autor diz que um personagem masculino gosta de bater nas mulheres, já batia na primeira companheira e isso se repetiria com a segunda. Para Manoel Carlos, “[...] ela [a vítima] gosta disso”. Mesmo que o comentário do enunciador tenha sido enunciado como pergunta inicial, é notável sua opinião de que as mulheres não gostam de apanhar. O enunciador apresentou, assim, o embate entre dois discursos: o da televisão e o do movimento.

Para quem ainda não viu **o que vai rolar na telinha da Globo... Precisamos nos mobilizar** pra que esta cena seja vista como violência sexual! O texto diz: A garota tem sua roupa rasgada, mas resolve ceder aos encantos do rapaz... **O que é isto?!** No passado Laerte tirou a virgindade da namorada, Helena, a força... **Como isto se chama?** Agora Laerte, novamente, força Luiza a fazer sexo com ele... **O texto diz** que ela se debate, resiste, mas cede... A mensagem que a TV e a novela vão passar aos homens é de que mulher diz Não, mas na verdade... ela quer... e se bobear vão mostrar alguma fala dela gostando... da forma bruta como tudo aconteceu... **Ou seja**, banalização da violência sexual... **E aí, Globo, vai romantizar estupro e relações abusivas até quando?** [E44, 16/04/2014]

Que nojo! **Novela apelativa!!!** [E45, 16/04/2014]

De modo semelhante, vemos a estratégia de resistência aos discursos que a mídia tradicional oferta no E44, que também se refere à telenovela. O enunciado vem acompanhado de uma foto tirada de uma nota de uma mídia impressa, intitulada “Ele não aceita o não!”. O enunciador constrói seu discurso intercalando trechos da notícia com questionamentos construídos por ele e destinados ao leitor. A matéria narra o desenrolar da trama e a situação em que um dos personagens força uma mulher à prática sexual. O enunciado finaliza com a expressão “ou seja”, que marca uma explicação: tudo que a nota diz pode ser entendido como “banalização da violência sexual”. Por fim, há uma pergunta direcionada à Rede Globo (“e aí, Globo”), que se apresenta mais como uma corroboração do argumento que sustenta o texto (a romantização da violência e as relações abusivas em obras ficcionais).

Os atores sociais hoje encontram ambientes em que é possível fazer circular discursos que se opõem ao discurso hegemônico reproduzido pela mídia massiva. Mais do que isso, esses atores encontram formas de reverberar os seus discursos e de estabelecer embates com as instâncias produtivas midiáticas na plataforma digital, interpelando-a e questionando-a. De certo modo, os enunciados apresentados a partir dessa estratégia reproduzem discursos presentes hoje nas próprias páginas dos veículos midiáticos na rede. É nessas zonas de contato que produção e recepção se encontram, reconfigurando a própria dinâmica interacional, que se constrói por meio de interdiscursividades.

3.3.5.4 *Estratégia de discordância do sistema*

Os atores se articulam no grupo de discussão em torno de um objetivo em comum (TORO; WERNECK, 1998) e debatem temáticas relacionadas à violência contra a mulher. Esses atores, no entanto, precisam se conformar a determinados regramentos que são próprios do sistema do qual eles fazem parte. O Facebook possui uma lista de regras que, por vezes, limitam a atividade desses atores, além, obviamente, das limitações técnicas da própria

ferramenta. Ao analisarmos os enunciados no grupo, identificamos postagens que visam combater não só a oferta discursiva da mídia hegemônica, mas também os regramentos do sistema no qual se desenvolve a mobilização, o próprio Facebook, especialmente no que se refere às normas instituídas quanto à exposição da nudez.

Veja só denunciaram minha foto... Contra nudez.. Vou postar de novo.. Eu ã mereço ser estuprada...sou dona do meu corpo... (E46, 31/03/2014)

Qual o problema das fotos nuas? Nudez feminina só é bem vinda se for no carnaval? No porno? Pra sexualizar a mulher? (E47, 01/04/2014)

Os enunciados destacados acima referem-se à exclusão de fotos de usuários do Facebook que publicaram imagens suas inserindo-se na proposta do protesto. Em E46, o enunciador se coloca resistente ao sistema no qual está inserido e onde o protesto acontece. O “Veja só” direciona a leitura, produzindo um vínculo com o enunciatário, bem como a utilização de reticências. O enunciador fala de um lugar singular, “sou dona do meu corpo”, e ainda utiliza a frase símbolo da mobilização, “Eu não mereço ser estuprada”, apontando que a luta também se constrói contra os regramentos do sistema midiático.

Do mesmo modo, em E47 temos a construção de um enunciado apenas com interrogações, que se destinam ao Facebook e revelam contradições da sociedade machista ao permitir a exibição do corpo nu feminino em determinadas situações (filmes pornô e carnaval), mas que torna inadmissível a publicação de fotos de protesto em que mulheres tiram a roupa. Com ironia, essa proibição é comentada nos enunciados E48 e E49.

Engraçado (só que não) é que foto contendo “nudez” (por nudez entenda-se mamilos de mulher) eles tiram do ar rapidinho. (E48, 31/03/2014)

Engraçado o facebook bloqueia os usuários direto sem motivo algum proibindo de curtir, compartilhar , postar fotos comentar etc.... ai você vê um monte de gente fazendo apologia ao estupro e você não vê os administradores do facebook Brasil deletar as paginas. (E49, 01/04/2014)

No E49, observamos duas situações: o bloqueio de quem publica fotos seminu (dentro da proposta do protesto), e a negligência com aqueles que fazem apologia ao estupro. A partir da comparação de situações, o enunciador argumenta que o Facebook não sabe como administrar situações assim, inserindo-se dentro de uma lógica também patriarcal, subjugando as atividades dos movimentos feministas. Há o uso da ironia (“engraçado”), assim como em E48, que modaliza o que está sendo dito, como se o enunciador não estivesse entendendo a situação.

Essa contraposição de situações (nudez do protesto x páginas machistas) é notável nos enunciados que se utilizam dessa estratégia discursiva. Em E50, há indignação frente à inoperância do Facebook para deletar páginas e grupos que reproduzem conteúdos ofensivos e discursos de ódio. Em E51, o enunciado vem acompanhado da publicação de uma foto que mostra o pedido de exclusão de uma página machista recusado pelo Facebook. O enunciador demonstra descontentamento com o site e se refere a ele como se fosse uma pessoa: “ah, esse facebook” e “[ele] não entendeu”. A partir dessas marcas discursivas, o enunciador dota o site de capacidades humanas, como o entendimento sobre as coisas.

Então **vamos continuar denunciando!!!** Não é possível um negócio desses! As redes sociais mobilizam muitos em causas como essas e é necessário uma maior **vigilância** desses grupos, que para mim são terroristas! [E50, 16/04/2014]

Ah, **esse facebook!** **Nao entendeu** que #NenhumaMulherMereceSerEstuprada #NinguemMerece [E51, 31/03/2014]

Pensando com Luhmann (2005), a lógica de funcionamento do sistema (Facebook) abala a concepção do subsistema (grupo de discussão), afinal, a publicação e o compartilhamento das fotos com a frase símbolo do protesto é uma das principais ações discursivas da mobilização. Ademais, pintar o corpo em forma de protesto e fazer do seu corpo uma matéria significativa é uma ação reconhecida dos movimentos feministas. Assim, o Facebook torna-se, paradoxalmente, *locus* de irrupção do acontecimento e, ao mesmo tempo, obstáculo para a realização do protesto, ao impedir essa ação.

Por conta disso, os atores sociais buscam táticas de combate aos regramentos do sistema, seja não deixando de publicar fotos *seminus*, seja convidando os demais integrantes do grupo a denunciarem páginas com conteúdo machista na rede (E50). Cada conquista, como a exclusão dessas páginas denunciadas, é compartilhada e festejada pelo grupo.

As tensões existentes entre o sistema dos atores sociais e o sistema midiático foi o que pautou a concepção da categoria de *mediatização*. A partir da análise dos fragmentos discursivos, foi possível identificar estratégias que se referem 1) aos distintos modos de apropriação dos atores a um discurso que caracteriza o *ENMSE*, 2) a tentativas de agregar o valor de visibilidade à mobilização, 3) a resistência dos atores aos discursos ofertados pela mídia tradicional e 4) as tensões referentes às operações que constituem a mobilização e o ambiente no qual ela se desenvolve.

Finalizamos, assim, a análise das estratégias discursivas no grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprad@* [OFICIAL]. Identificamos doze estratégias discursivas, sistematizadas

a partir de cinco categorias de análise. Com o exercício analítico, foi possível perceber que, por meio de distintas estratégias discursivas, os atores produziram sentidos diversos acerca dos temas postos em circulação no grupo, sugeriram e refletiram sobre a função e a razão de ser do grupo enquanto ambiente que congrega um coletivo que almeja um mesmo objetivo de mudança social.

Na categoria de Mobilização, as estratégias discursivas apontaram para os modos como os atores buscavam impulsionar a mobilização, a partir do chamamento e da incitação de outros atores, afinal, o fortalecimento da mobilização também se dá pela crescente adesão de pessoas. Essa adesão, no entanto, é submetida a regras que normatizam a ação dos membros do grupo. Por conta disso, os atores também investem em estratégias discursivas que visam elucidar como as pessoas devem se comportar dentro do grupo e explicar diretrizes sobre os temas discutidos naquele ambiente. Do mesmo modo, existe uma necessidade de marcar a identidade de todos aqueles que se inserem nesse coletivo, quando a nomeação “feminista” se torna central. Há, assim, um caráter didático nesses discursos, circunscritos, neste trabalho, à categoria de Pedagogização. O trabalho enunciativo dos atores é dar ao acontecimento sentidos de inteligibilidade próprios de quem está inserido na mobilização, que não são os mesmos das mídias, por exemplo.

Na categoria de Sororidade, identificamos estratégias que visavam acolher e aconselhar as mulheres que já passaram por situações de abuso e violência, fazendo-as reconhecer em si a força necessária para superar os traumas. Cria-se, assim, uma rede discursiva de aconselhamento, calcada no apoio mútuo. Nesse sentido, tornam-se importantes as produções discursivas que remetem aos relatos biográficos. Na categoria Experiência, ocupamo-nos da análise de produções desse tipo, que se referem aos modos que os atores encontram de expurgar a dor da violência sofrida e buscar ajuda e orientação para quem passa por esse tipo de situação. Essas duas categorias – Sororidade e Experiência – compreendem estratégias discursivas que dinamizam a autoralidade do acontecimento a partir de enunciações singulares e falam de um “eu” que enuncia que estupro é uma violência, um crime e não um dispositivo de merecimento e subjugação feminina.

Por fim, a categoria de Mídiação contempla estratégias discursivas que desvelam as tensões entre o sistema midiático e o sistema dos atores sociais. Enquanto fenômeno, a mídiação perpassa as demais categorias, ao mesmo tempo em que sinaliza para determinados mecanismos que apontam para as distintas apropriações do *ENMSE* pelos atores. Identificamos, nessa categoria, estratégias que visam negociar com o sistema midiático, reconhecendo-o como dispositivo dos processos de visibilidade, ao mesmo tempo

em que resistem a discursos genéricos enunciados pelas mídias. Nesse processo, os sistemas encontram-se em constante divergência, inclusive com o sistema midiático no qual o *ENMSE* se desenvolve, o Facebook, ambiente que propicia a mobilização ao mesmo tempo em que a cerceia em decorrência de suas normatizações.

Na próxima seção, discutimos a processualidade do acontecimento a partir das etapas analíticas realizadas. Os apontamentos que serão apresentados na sequência visam coadunar ideias apresentadas no decorrer do trabalho e discorrer sobre algumas inferências realizadas durante esse percurso de pesquisa, a fim de elucidar o que compreendemos como acontecimento midiaticizado.

3.4 DA PROCESSUALIDADE DO ACONTECIMENTO

Qualquer texto, mesmo que panorâmico, sobre a história do feminismo ou história das mulheres faz menção à figura da dramaturga e ativista francesa Olympe de Gouges – pseudônimo de Marie Gouze (1748-1793). Graças a seus escritos sobre os direitos das mulheres, Olympe é considerada uma das precursoras do feminismo, mesmo quando o termo ainda inexistia. Sua obra mais conhecida é a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”¹¹³ (1791), um escrito-resposta à maneira como a mulher foi subjugada frente à conduta autoritária masculina e à falta de equidade na relação homem-mulher expressas na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”. As peças e panfletos que Olympe escrevia revelavam sua indignação com o fato de as mulheres terem participado de momentos importantes da Revolução Francesa – como a queda da Bastilha e a marcha das mulheres de Paris a Versalhes, que fez com que a família real retornasse à capital francesa – e que, mesmo assim, isso não lhes tenha garantido maiores direitos. Por seus escritos revolucionários, Olympe de Gouges foi guilhotinada em 1793.

O que acabamos de descrever é um cenário acontecimental, que tem seu ápice com a morte de Olympe. Um acontecimento que, se trazido para tempos de uma sociedade da midiaticização, seria possivelmente construído com o trabalho enunciativo dos meios de comunicação atuais e teria a intensa participação dos atores sociais interconectados. Certamente nosso objetivo não é traçar quadros comparativos entre o caso em análise neste trabalho e a história de Olympe de Gouges, afinal, muitas são as diferenças entre esses acontecimentos, separados por mais de dois séculos, e isso foge a nossa proposta. Entretanto,

¹¹³ O texto traduzido está disponível na íntegra no endereço: <http://goo.gl/gesHVy>. Acesso: 5 fev. 2016.

acreditamos que fazer esse resgate nos ajuda a compreender o que entendemos por acontecimento midiático.

Em um de seus últimos textos, Verón (2014) nos provoca a pensar a midiática por uma perspectiva antropológica, entendendo-a como a exteriorização dos processos cognitivos na forma de dispositivos materiais. Por esse viés, os fenômenos midiáticos seriam uma característica universal de todas as sociedades humanas. Segundo o autor, as grandes transformações que aconteceram no decorrer da história da humanidade trariam a marca da adoção de um dispositivo técnico-comunicacional pelas comunidades. Assim, o ponto inicial da midiática, para o autor, situa-se na indústria da pedra, no período neolítico, com a exteriorização de processos mentais na materialidade dos utensílios.

Da pedra lascada à invenção da prensa por Gutenberg, chegamos à impressão de panfletos com discursos feministas que circulavam por uma Paris revolucionária, mas ainda marcada pela cultura patriarcal que estruturava (e ainda estrutura) a sociedade ocidental. Pensemos nessas folhas volantes como a materialidade em que se exteriorizavam signos de um trabalho enunciativo de indignação. O acontecimento que é tido como precursor da consciência feminista ocidental é marcado pela circulação dessas folhas, que não estavam sob a égide da imprensa tradicional daquela época. Pelo contrário, quando da morte de Gouges, a imprensa noticiou: “Olympe de Gouges, nascida com imaginação fértil, confundiu seu delírio por uma inspiração da natureza. Ela quis ser um homem do estado. Ela assumiu projetos de pessoas pérfidas que querem dividir a França. Parece que a lei puniu essa conspiradora por ter se esquecido das virtudes que pertencem a seu sexo” (ARRUDA, 2014, s/p).

Assim, um historiador da mídia, se tomasse a morte de Gouges como referente para um estudo sobre as mídias da época, deveria olhar cuidadosamente não apenas para o que os jornais construía discursivamente sobre o ocorrido, mas também para o que circulava nas folhas volantes. Pensando com Nora (1974), a construção desse acontecimento está intrinsecamente relacionada à mídia que lhe é contemporânea, no caso, a imprensa (jornais e panfletos). O caso, assim, possui um caráter midiático, atuando dentro de dinâmicas sócio-históricas próprias, mas está distante de ser caracterizado como um acontecimento midiático – mesmo que exista tal dispositivo.

Da invenção da imprensa aos dias de hoje, chegamos a um tempo histórico marcado pela presença constante da mídia no cotidiano das pessoas – a sociedade dos meios (FAUSTO NETO, 2008). Os acontecimentos que se sucedem nesse espaço temporal trazem consigo a marca das mídias que os construíram. Ou seja, com o aprimoramento desses dispositivos técnicos, temos o trabalho dos meios de comunicação na narração dos acontecimentos e as

pessoas tendo acesso aos acontecimentos da vida através dessa construção midiática (VERÓN, 1995). Concordamos também com França (2012), quando fala que não há um lugar único para este “acontecer”, tampouco a mídia seria a única responsável por sua construção. É interessante notar, no entanto, que a mídia tem uma importância singular na existência simbólica dos acontecimentos.

O que separa acontecimentos como a morte de Gouges ou outros eventos que ocorreram já no século XX, característicos da sociedade dos meios, e um acontecimento como o *Eu não mereço ser estuprada*, já situado nessa passagem para uma sociedade midiaticizada, é que o engendramento do *ENMSE* se dá sob injunções de lógicas midiáticas. Enquanto, em décadas passadas, os acontecimentos estavam fadados a existir simbolicamente no espaço-tempo de sua permanência como pauta jornalística, atualmente, percebemos que a organização da sociedade em redes interconectadas e a proliferação de ambientes midiático-digitais possibilitam que os acontecimentos não tenham sua “morte” decretada pelo tempo restrito que permanecem dentro dos quadros noticiosos da mídia tradicional. A isso se relacionam a intensificação do processo de midiaticização e a complexificação das redes tecnológicas e simbólicas de relações constituídas e atravessadas pelas diversas mídias e dispositivos, que afetam a própria constituição de alguns acontecimentos, os quais já se desenvolvem em plataformas de natureza narrativa e midiática.

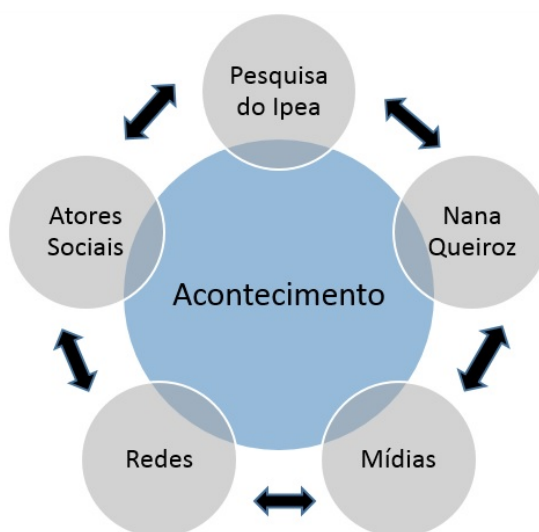
Certamente, a dinâmica de circulação midiática (a dos meios de comunicação tradicionais) potencializa os efeitos de sentidos dos acontecimentos, mas estes já não são mais reféns do trabalho desses meios. É isso que percebemos ao descrever e analisar o acontecimento nas etapas anteriores. O acontecimento circula e a mobilização se constitui com relativa independência da mídia tradicional, mas ainda dentro de um campo de negociações com os meios, a fim de garantir sua visibilidade social também através desses espaços midiáticos tradicionais. As instituições jornalísticas, no entanto, não detêm mais o estatuto narrativo desse acontecimento e o que podem fazer é, dentro de seu trabalho enunciativo, enquadrá-lo em seus regimes de significação.

A partir da análise dos títulos das matérias jornalísticas, inferimos que os veículos de mídia tradicional seguem ainda critérios muito semelhantes de seleção de “fatos noticiáveis” – tanto é que a maioria das matérias enuncia que as mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecerem ser atacadas. Com a resposta dos atores nas redes, a mídia tradicional volta a abordar a questão, mas com o foco em Nana Queiroz e no protesto insurgente no ambiente digital. A oferta discursiva do jornalismo é constantemente tensionada pelos atores sociais, que também narram o acontecimento – ao mesmo tempo que o constroem – através de seus

relatos nos sites de redes sociais. O acontecimento midiaticizado é, assim, composto por processos transnarrativos, fazendo com que o jornalismo precise negociar com os atores e encarar as reações de crítica midiática que se efetivam cada vez mais nesse ambiente onde circulam discursos construídos por muitos enunciadores.

Frente a esse cenário traçado, concluímos que a noção de acontecimento neste trabalho é atravessada por cinco aspectos principais: da pesquisa realizada pelo Ipea; da mídia tradicional; da jornalista Nana Queiroz; das redes e dos atores sociais (sobretudo no grupo de discussão) (Figura 26). Tendo como referência o atravessamento de lógicas que demarcam esses cinco aspectos, construímos a primeira seção deste capítulo analítico, com o objetivo de compreender alguns fluxos de circulação do acontecimento. A partir dessa análise, foi possível entender que cada um desses aspectos abarca falas produzidas em circuitos diferentes e sob protocolos discursivos diversos, ou seja, através de lógicas discursivas singulares que demarcam pluralidades significantes.

Figura 26: Aspectos que atravessam o acontecimento e o midiaticizam.



Fonte: Elaboração do autor (2016).

A pesquisa do Ipea enuncia um quadro sobre a violência contra a mulher e, discursivamente, mostra a surpresa frente aos paradoxos apontados pela leitura dos dados. O relatório do Instituto é lançado em um contexto específico, quando ocorrências sobre violências de gênero ocupam maior espaço na topografia dos (tele) jornais e sites noticiosos. O sistema midiático, ao tomar conhecimento da pesquisa do Ipea, utiliza o relatório como

fonte de informação para a construção de notícias cujo foco central é a percentagem de brasileiros e brasileiras que concordam com a afirmação “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. No mesmo dia em que a notícia é divulgada, os atores sociais passam a se mobilizar, via redes sociais na internet, a fim de protestar contra o machismo na sociedade. A divulgação dos resultados da pesquisa é, portanto, o propulsor do protesto, que tem a jornalista Nana Queiroz, inicialmente, como figura central.

A proliferação de fotos que constituem o *ENMSE* mostra a diversidade de apropriações da frase-símbolo do protesto e também os diferentes modos de inserção dos atores sociais na mobilização emergente. Tomamos o protesto *ENMSE* como mobilização, visto que as pessoas que o constituíram compartilhavam de um objetivo em comum (TORO; WERNECK, 1996) e estavam unidos por sentimento de indignação e esperança (CASTELLS, 2013). Os atores produzem midiaticamente ofertas discursivas acerca da mobilização e as fazem circular em circuitos difusos.

A mídia tradicional, enquanto observadora desses sistemas, faz leituras sobre a mobilização e, baseado em seus critérios de noticiabilidade, produz discursos que vão também construir o acontecimento. Atuando como um redutor de complexidades (LUHMANN, 2005), o sistema midiático oferta uma narrativa que tem como ator central a jornalista Nana Queiroz. Assim, os atores do sistema midiático se utilizam de lógicas discursivas criadas por Nana para também enunciar sua participação no protesto, como as fotos de famosos em programas televisivos com cartazes do *ENMSE* e também a reportagem para o Fantástico que finaliza com a gravação do momento em que a repórter é fotografada ao lado de Nana com um cartaz do protesto.

Enquanto a jornalista Nana é protagonista da mobilização nas coberturas midiáticas, nos outros ambientes de circulação, sobretudo nas redes, a autorialidade da mobilização é disputada constantemente. A análise que empreendemos neste trabalho sinaliza que é impossível marcar um ponto que concentre a autorialidade de um acontecimento midiaticizado, visto que essa autorialidade se pulveriza entre vários atores e instâncias. Isso ficou perceptível com a diversidade de apropriações e embates travados entre os atores nas discussões na rede e, especialmente, no grupo de discussão, que foi o ambiente de análise escolhido para identificar estratégias discursivas que os atores investiam nas interações.

Se há disputas em relação à autorialidade da mobilização, do mesmo modo há intensas disputas pela inteligibilidade que se quer dar ao acontecimento. Essas lógicas que dinamizam o acontecimento se encontram em uma rede discursiva de circuitos interacionais que se complexificam. Os campos sociais legitimados buscam manter-se como referência de

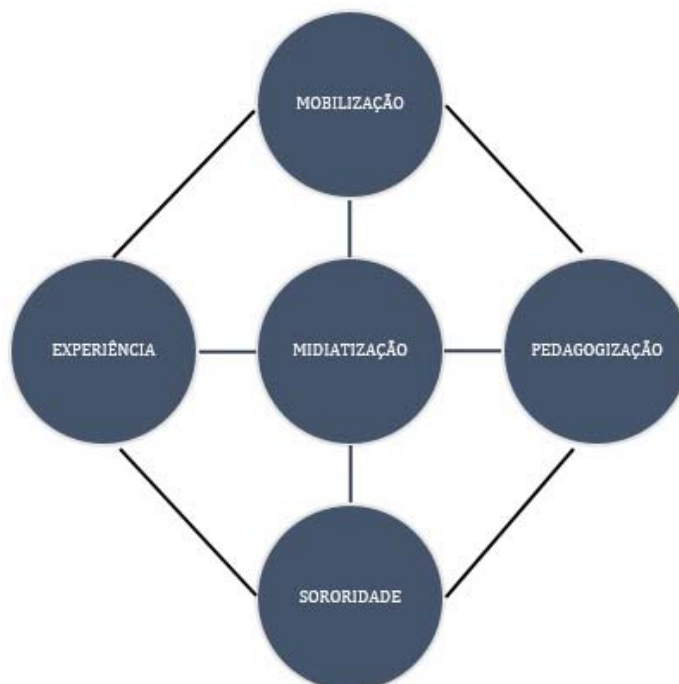
inteligibilidade, mas esse sistema é abalado por disputas de sentido dinamizadas em processualidades tecnodiscursivas inseridas em variados fluxos e que deslocam o protagonismo de um único ponto.

O processo descritivo dos fluxos do acontecimento possibilitou compreender aspectos da construção do acontecimento que ficariam nas bordas de uma análise que contemplasse apenas a cobertura midiática do caso. Entender que os atores sociais exerceram uma função fulcral na construção do acontecimento direcionou o nosso olhar para o grupo de discussão, onde foi possível identificar movimentos de circulação diferentes daqueles já identificados na análise do macroambiente.

Por meio da observação sistemática, compreendemos que a movimentação do caso ganhava novos contornos em decorrência da circulação que havia dentro do grupo. Ao mesmo tempo em que o olhar panorâmico nos fez coletar milhares de postagens, conseguimos acompanhar o desenvolvimento do grupo e da própria mobilização durante os primeiros nove meses de existência do grupo. Como dissemos anteriormente, a partir dessa observação, conseguimos elencar quatro tipos de informações mais recorrentes: a) relatos de abuso/violência contra a mulher, b) crítica ao tratamento midiático a pautas relacionadas às mulheres, c) articulação de mobilizações e manifestações públicas, d) compartilhamento de artigos, vídeos e imagens para discussão. Por meio dessa tipificação, foi possível separar os enunciados e criar categorias que nos ajudaram a identificar estratégias discursivas e compreender como os atores produziam seus próprios discursos.

Ratificamos que criação de categorias se deu sobretudo pelo fato de elas oportunizarem uma melhor sistematização e organização da análise em torno de eixos. Entretanto, o imbricamento entre elas era inevitável (Figura 27).

Figura 27: Esquema relacional das categorias analíticas.



Fonte: Elaboração do autor (2016).

Mobilização e Pedagogização se conectam pela necessidade de incitar a ação dentro (e para além) do um movimento social, ao mesmo tempo em que é necessário explicar, por vezes didaticamente, os motivos que os unem e as principais pautas pelas quais o coletivo luta. Sororidade e Experiência estabelecem uma conexão forte, afinal, ambas se relacionam com relatos de dor e posterior acolhimento e aconselhamento com a reafirmação da força da mulher e expurgação do sentimento de culpa. Já a categoria de MEDIATEZACÃO tornou-se central por perpassar as demais categorias, afinal o fenômeno da mediação reconfigura os processos de mobilização social, os modos de se legitimar enquanto movimento social, os vínculos entre os atores e as maneiras de enunciar a dor a partir de práticas midiáticas. Não desconsideramos o fenômeno macro da mediação ao nomear a categoria, mas entendemos que alguns de seus mecanismos poderiam ser elucidados através de estratégias discursivas que se relacionassem, sobretudo, às diversas apropriações do *ENMSE* e das críticas aos sistemas midiáticos – movimento este só possível devido a práticas mediadas de resistência.

O acontecimento mediado, portanto, se constitui a partir de distintas lógicas midiáticas advindas de diferentes pontos. Por circular na ambiência mediada, o acontecimento vai se constituindo por meio de fragmentos e discontinuidades, acoplando

lógicas de sistemas diversos, que se afetam e geram derivações, com sentidos que fogem às trajetórias da circulação midiática discursiva. Com isso, o acontecimento midiático também se caracteriza por ocorrer em um ambiente em que, cada vez mais, ocorre o esmaecimento das instâncias da produção e da recepção (FAUSTO NETO, 2015).

E esse acontecimento deixa rastros na rede, retorna a partir de novas significações, é apropriado a novas causas. Durante o período de observação do grupo de discussão, identificamos dois momentos em que a frase-símbolo *Eu não mereço ser estuprada* retorna já em referência a outro fato, ressemantizando-se. O primeiro deles é uma discussão entre os deputados federais Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Maria do Rosário (PT-RS)¹¹⁴. O segundo caso é a vinda ao Brasil de Julien Blanc, suíço radicado nos EUA que se autointitula “consultor em conquistar mulheres”¹¹⁵.

No episódio envolvendo os parlamentares, temos uma discussão que toma forma no âmbito político, ganha repercussão por um vídeo divulgado nas redes sociais digitais e é impulsionado pela cobertura jornalística. Em novembro de 2003, em uma discussão no Salão Verde do Congresso Nacional, Bolsonaro afirmou que não estupraria Maria do Rosário, pois ela “não merecia”. A discussão foi gravada pelas câmeras da RedeTV. Já em 2014, em nova discussão no plenário, Bolsonaro retorna a dizer que não estupraria a deputada porque ela não merecia. A nova discussão fez ressurgir nas redes o vídeo gravado pela emissora¹¹⁶. O vídeo, assim como as matérias jornalísticas que cobriram o caso, passa a circular, também no grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprada@ [OFICIAL]*, e uma manifestação é organizada em repúdio à fala do deputado. O *ENMSE* volta a ser uma frase de protesto de pessoas que respondem, agora, não à pesquisa do Ipea, mas sim a Bolsonaro¹¹⁷.

Na imagem abaixo (Figura 28), vemos uma das apropriações do *Eu não mereço ser estuprada* em relação ao episódio que envolveu os deputados. O acontecimento retorna à mídia, em função da articulação dos atores sociais, alimentado por lógicas de afetação que se inserem em meio a disputas do campo político.

¹¹⁴ Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/12/jair-bolsonaro-repete-que-nao-estupra-maria-do-rosario-porque-ela-nao-merece-4659789.html>. Acesso: 5 fev. 2015.

¹¹⁵ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/professor-de-pegacao-julien-blanc-se-desculpa-por-comentarios-machistas-sinto-muito-por-tudo-14582429>. Acesso: 5 fev. 2015.

¹¹⁶ O vídeo está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=atKHN_irOsQ. Acesso: 5 fev. 2015.

¹¹⁷ Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/internautas-resgatam-campanha-contrastupro-pedindo-cassacao-de-bolsonaro/?cHash=0c623cedb9069556671c0a6231803ac4>. Acesso: 1 fev. 2016.

Figura 28: Mulher protesta contra Bolsonaro.



Fonte: Reprodução/Twitter

De forma semelhante, a frase *ENMSE* ressurge como grito contra a vinda de Blanc ao Brasil. O suíço daria palestras, nas quais ensina táticas de como assediar mulheres. Logo que as mídias tradicionais veicularam informações sobre a vinda de Blanc ao país, movimentos feministas se organizaram, inclusive com a participação de membros do grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*, formularam petições online e fizeram circular textos em repúdio ao suíço. Como desfecho, o Itamaraty proibiu a entrada de Blanc no Brasil.

Ambos os casos se relacionam à mobilização *ENMSE*, visto que ela retorna não mais para protestar contra a pesquisa do Ipea, mas sim contra Bolsonaro e Blanc. *ENMSE* torna-se símbolo de uma luta maior, desloca-se do caso que o originou e passa a nortear as mobilizações subsequentes que se relacionam ao combate à cultura do estupro. A partir de distintas estratégias discursivas, o acontecimento ressurge e se ressignifica, estabelecendo uma conexão entre as práticas dos atores que se vinculam à frase símbolo da mobilização.

Percebemos, assim, que há uma nova processualidade na constituição do acontecimento, que demanda um olhar mais atento e que deve considerar o seu desenvolvimento em plataformas distintas e num espaço-tempo alargado. O acontecimento afeta os atores sociais em diferentes níveis e estes o põem em circulação, a partir de suas apropriações e enunciações distintas. O acontecimento se mediatiza e, nisso, se complexifica e desenha caminhos difusos para a sua investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vez de acentuar a uniformidade social, a midiáticação acelerada das sociedades industriais levamos, muito provavelmente, a funcionamentos significantes cada vez mais complexos. Em todo o caso, não saberemos qual hipótese está correta enquanto não nos decidirmos, assim como fez Alice, a ir ver do outro lado do espelho (VERÓN, 2005, p. 85).

Chegamos ao final da pesquisa e, com o intuito de sistematizar as ideias presentes neste texto, organizamos algumas notas finais sobre o percurso de pesquisa, as inquietações suscitadas nesse período e pistas conclusivas acerca do que foi estudado. Para tanto, retomamos os capítulos desta dissertação a fim de refletir sobre o modo como eles respondem às solicitações do problema e dos objetivos da pesquisa.

Nos últimos dois anos, colocamo-nos como observadores de um fenômeno complexo e, logo, de difícil apreensão. O medo provocado pela iniciação na pesquisa científica precisou dar lugar à curiosidade sobre o objeto de estudo, que nos fez ir atrás de pistas para a sua compreensão. A epígrafe escolhida para iniciar estas considerações sinaliza a decisão sempre almejada, o “salto de Alice” em busca de respostas em uma terra de maravilhas, mas também de obstáculos a serem ultrapassados. E esta pesquisa foi sendo construída nesse processo de idas e retornos, leituras e achados.

Frente à complexidade de um objeto em movimento, percebemos que fazer as perguntas pertinentes seria o caminho para pensá-lo dentro de nossa seara de investigação – a Comunicação. Por conta disso, o primeiro capítulo foi construído com o objetivo de mostrar o percurso escolhido para a leitura do caso. De certo modo, este trabalho, como um todo, é o relato acerca do caminho realizado para chegarmos até os resultados finais, com obstáculos e descobertas que redirecionaram nosso rumo.

Assim, as proposições apresentadas no primeiro capítulo apontam para nossa aproximação com o caso e os procedimentos metodológicos para sua compreensão. Com o intuito de entender em profundidade o processo em análise, optamos pelo Estudo de Caso como metodologia, adequando-o ao que o objeto requeria e passando a estudá-lo enquanto um “caso midiático”. Essa particularidade “midiática” do caso apurou nosso olhar para a sua movimentação, estratégia importante para o exercício de observação.

A noção de caso midiático refere-se aos modos de narração dos acontecimentos a partir de sua construção midiática. Um dos desafios da pesquisa foi pensar essa movimentação, ou seja, o trabalho de circulação e enunciação do acontecimento, em uma

ambiência midiaticizada, na qual a construção do acontecimento se dá não só pela narração das mídias, mas também pela produção discursiva de outros campos, instituições e dos atores sociais. Por conta disso, a pesquisa exploratória e o mapeamento foram importantes para o processo de coleta de dados e para a verticalização do estudo para a análise dos enunciados produzidos pelos atores no grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprada*@ [OFICIAL]. Os dados coletados durante todo o percurso foram interpretados através da análise semiológica dos discursos.

O ponto de partida para a escrita do segundo capítulo foi a necessidade de organizar os conceitos que nos ajudam a refletir sobre a realidade empírica. Partindo da noção de *acontecimento midiaticizado*, temos dois conceitos centrais: midiaticização e acontecimento. Por midiaticização, compreendemos o fenômeno em processo de intensificação na sociedade contemporânea, na qual emerge o funcionamento de diversas práticas sociais, permeadas e atravessadas por marcas discursivas de uma cultura midiática. Já o acontecimento é o evento singular, que irrompe uma descontinuidade e possui um poder de afetação, ou seja, acontece a alguém. Ao nomearmos o *Eu não mereço ser estuprada* como um acontecimento midiaticizado, buscamos investigar o modo como esses dois conceitos se relacionam, ou seja, o modo como o processo de midiaticização afeta a constituição de acontecimentos.

Esses dois conceitos centrais convocavam outros, também importantes para a compreensão do caso. Assim, iniciamos a discussão acerca do conceito de midiaticização, enquanto questão de contexto, para a compreensão da ambiência na qual o caso se desenvolveu o caso. Aliada a essa discussão e a partir do que já havíamos observado na pesquisa exploratória, afunilamos nosso olhar para a emergência da circulação, enquanto questão chave para entender os movimentos do acontecimento e a produção discursiva das diferentes instâncias que construíram a mobilização.

Entendendo o *Eu não mereço ser estuprada* como uma mobilização social engendrada em ambientes digitais, surgiu a discussão sobre organizações coletivas de resistências no ambiente das redes sociais – ambiente este que se torna cada vez mais propício para a irrupção de novos modos de acontecer. É aí que chegamos, finalmente, ao conceito de acontecimento, sobretudo àqueles que tergiversam a rota de circulação midiática discursiva e se constroem a partir da produção dos atores sociais e de outras instâncias.

As discussões suscitadas no capítulo 2 contribuíram na elucidação do problema de pesquisa e situaram nosso entendimento acerca das questões que circundam o objeto. Com o caminho traçado e o referencial teórico já claro, foi possível partir para o exercício analítico, no capítulo 3. A questão que nos inquietava era compreender como, em meio a uma complexa

atividade de circulação, as estratégias discursivas enunciadas por atores sociais, campos sociais e mídias construíam o acontecimento *ENMSE*.

A problemática já apontava para uma ambiência midiaticizada, ao considerar que o acontecimento já não se constituía apenas pela construção midiática tradicional, mas sim por uma tríade que envolvia não só a mídia, mas também os atores e os campos, cujo funcionamento se organizava por meio de lógicas midiáticas. Procuramos, assim, investigar o trabalho enunciativo dessa tríade em relação ao acontecimento e, para tanto, não nos furtamos de pensar a circulação desse acontecimento. Compreender os fluxos de circulação foi o caminho para entender a própria movimentação do acontecimento, visto que a circulação pode ser compreendida como uma marca da midiaticização, afinal, o acontecimento circula pela força dada por lógicas e estratégias discursivas.

Posto isto, a primeira parte do capítulo 3 atende ao nosso primeiro objetivo, que se refere ao mapeamento dos principais ambientes digitais que visibilizaram o acontecimento *ENMSE* e de ambientes da mídia tradicional que pautaram a mobilização. Com esse mapeamento, identificamos os antecedentes da mobilização (publicação da pesquisa pelo Ipea e divulgação dos resultados pela mídia tradicional), que culminou com o protesto da jornalista Nana Queiroz, cuja publicação de uma foto seminua desencadeou um fluxo que se deslocou de um sistema sócio-individual – com o compartilhamento da foto com uma rede de amigos – para um circuito maior, que foi ponto convergente do protesto de um coletivo de atores. A partir de então, vários fluxos foram identificados, mostrando um intenso atravessamento entre os sistemas peritos, o midiático e o sistema dos atores sociais.

A análise discursiva dos materiais coletados foi o próximo objetivo de investigação. Esse trabalho de interpretação dos dados foi feito durante todo o terceiro capítulo, primeiro com a análise do que era produzido discursivamente pelos campos, especialmente pelas mídias e, em seguida, focando a produção discursiva dos atores sociais no grupo de discussão *Eu não mereço ser estuprad@ [OFICIAL]*. Nesse momento final da análise discursiva, criamos cinco categorias analíticas (mobilização, pedagogização, sororidade, experiência e midiaticização) que visavam abarcar as estratégias discursivas identificadas nos enunciados produzidos pelos atores.

A análise finaliza com a tentativa de compreender a processualidade do acontecimento midiaticizado e os modos de sua ressignificação. A última seção do capítulo 3 recorre ao que já havia sido refletido anteriormente para conectar ideias acerca dos modos de construção do acontecimento e de suas particularidades, que o tornam midiaticizado. A investigação se centrou, assim, em tentar compreender o funcionamento das discursividades no contexto de

uma sociedade em vias de midiaticização a partir da leitura de um caso midiático específico, a mobilização *ENMSE*.

O tráfego de sentidos revela os embates entre atores, campos e mídias, que disputam a autoralidade da mobilização. Identificamos cinco aspectos principais que atravessam o acontecimento e o constituem: pesquisa do Ipea, mídia tradicional, Nana Queiroz, redes e atores. Cada uma desses aspectos produz lógicas – compreendidas como investimentos – em busca de tornar o acontecimento inteligível. A dinâmica de enunciação aponta a inteligibilidade que se quer à mobilização e uma formalização entre os sistemas sociais e os sistemas individuais. Esse embate se dá discursivamente e se complexifica e intensifica nas zonas de circulação.

Na análise da circulação do acontecimento, identificamos uma variedade de produções discursivas referentes à mobilização. O protesto se desmembrou em várias ações: compartilhamento de informações sobre violência contra a mulher, relatos de violência, manifestações de rua, produção de imagens e textos de protesto, criação de ambientes de discussão e de uma rede de aconselhamentos e denúncia aos disseminadores de discursos machistas.

Na sociedade em processo midiaticização, emerge o funcionamento de uma diversidade de práticas sociais que são atravessadas por lógicas que se exteriorizam por referências midiáticas. Isso nos faz apontar, como uma pista de conclusão, que a midiaticização pode ser compreendida como fundamento e possibilidade da mobilização, ou seja, a midiaticização é tanto a base para a sua ocorrência quanto mecanismo para o seu desenvolvimento. Engendrada na ambiência midiaticizada, com uma produção discursiva intensificada por lógicas midiáticas e por meio de tecnologias digitais, a mobilização *ENMSE* emerge em meio a circuitos já complexos e se constrói em rotas de circulação que já não atendem aos requisitos de uma mobilização social tradicional. Irrompe, assim, como um acontecimento, porque afeta atores sociais que se inserem na mobilização e a constroem em um processo de coenunciação, a partir do investimento em estratégias discursivas singulares e práticas midiáticas.

O caráter acontecimental da mobilização se situa na singularidade de um acontecimento que se engendra sob injunções de lógicas midiáticas. É notável que o acontecimento é tramado com a natureza da cultura midiática e digital, a partir de apropriações que se efetivam graças à inventividade dos atores sociais. Usando os recursos da tecnologia digital, os atores fazem emergir discursos acerca da mobilização. Ela irrompe no tecido social e se desenvolve em meio a múltiplos circuitos. Irrompe uma descontinuidade, que convoca sentidos interpretativos múltiplos. Esses sentidos também são múltiplos, porque

cada ator reconhece o *ENMSE* de um lugar singular, ou seja, o poder de afetação do acontecimento depende da experiência dos atores envolvidos e do que intencionam produzir discursivamente para depois colocar em circulação.

Longe de exaurir a discussão sobre os acontecimentos na sociedade em vias de midiaticização, apontamos algumas pistas que podem ensejar outras investigações ou reflexões acerca de questões mobilizadas neste trabalho. Primeiro, julgamos importante que os estudos que se ocupam de casos como o *ENMSE*, e tantos outros caracterizados por essas múltiplas produções discursivas, invistam em um olhar mais detido sobre o seu caráter midiático. Os mapeamentos que constituem a análise da movimentação do caso dão pistas profícuas para a compreensão de como eles se constroem em uma ambiência de múltiplas interferências.

Outro aspecto a ser destacado é a necessidade de se investigar as paisagens ainda pouco exploradas da circulação. A pesquisa exploratória nos mostrou que, se quiséssemos estudar a midiaticização do acontecimento, seria necessário olhar para essa zona em que os discursos entram em contato e onde ocorrem os embates e as negociações de sentidos. Certamente, refletir acerca das zonas de circulação foi imprescindível para compreender o processo de midiaticização do *ENMSE*.

Entretanto, estudar esses casos com foco na circulação demanda lançar mão de técnicas metodológicas que possibilitem uma exploração mais profunda do caso. Acreditamos que a conjugação de técnicas foi um caminho satisfatório para esta pesquisa, no entanto, a fim de manter o rigor científico das investigações, é preciso, cada vez mais, pensarmos em modos de aprimorar nossos procedimentos metodológicos, sobretudo quando trabalhamos com ambientes tão mutáveis como o digital, que nos apresenta tantos dados para serem coletados. Técnicas de inspiração cartográfica talvez sejam uma alternativa interessante para trabalhos deste tipo.

Por fim, concluímos esta pesquisa retomando o *Eu não mereço ser estuprada* e destacando alguns aspectos que se referem aos sentidos produzidos acerca da própria nomeação do movimento e de seu slogan. “Eu não mereço” remete não só a uma luta feminista – que possui uma história, uma identidade, modos específicos de organização e articulação – mas atenta para a emergência de uma protagonização feminina. O enunciador “Eu” é representado por meio de vários sujeitos – a menina que é abusada dentro de casa, a mulher que recebe cantadas e investidas abusivas na rua, a esposa violentada pelo marido, a empregada doméstica à mercê da coação do patrão, a trabalhadora subjugada pelos colegas, a chefe de estado deslegitimada por ser mulher, a prostituta que é tratada como um não-ser, a

mulher trans invisibilizada, a negra de corpo hipersexualizado e todas as mulheres culpabilizadas pelo seu comportamento.

O “não mereço”, por sua vez, remete a uma ação que não é desejada e que é avaliada a partir da experiência de um “eu”. Ao enunciar essas resistências, de modo combativo, esse “eu” une-se a um coletivo de vozes que gritam contra as estruturas de opressão de uma sociedade machocêntrica e patriarcal. São mulheres que lutam e que não cansam de enunciar seus desejos por respeito, segurança e dignidade. São mulheres que resolvem falar e, de algum modo, ajudar aquela que ainda não falou, porque o peso de uma culpa imposta emudece e faz sofrer. Assim, o poder de afetação do *Eu não mereço ser estuprada* está justamente naquele sentimento mais íntimo de todos os “eus” que sabem que há motivos, e muitos, para gritar, para pintar seus corpos, para protestar, para se mobilizar, para, enfim, acontecer.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Renata. A revolução de Olympe de Gouges. **Brasil Post**, 25 set. 2014. Disponível em: <http://www.brasilpost.com.br/renata-arruda/a-revolucao-de-olymp-de-gouges_b_5854902.html>. Acesso em: 5 fev. 2016.
- AUGÉ, Marc. **Ficciones de fin de siglo**. Barcelona: Gedisa, 2001.
- BACCIN, Alciane N. **A construção do acontecimento jornalístico Geisy Arruda – Uniban**: do vídeo no YouTube à biografia. 2012. 130 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, v. 1, p. 143-164.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010, v. 1, p. 121-142.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOYD, Danah; ELLISON, Nicole. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, p. 210-230, 2008. Disponível em: <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>>. Acesso: 20 abr. 2015.
- BRAGA, Adriana. Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica. **UNIrevista**, vol. 1, n. 3, jul. 2006.
- BRAGA, José Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia; ARAUJO, Denize; BRUNO, Fernanda (org.), **Imagem, Visibilidade e Cultura Mediática**, Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 141-167.
- _____. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, v. 1, n. 2, p. 73-88, abr. 2008. Disponível em: <www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/download/46/28>. Acesso: 26 maio 2015.
- _____. Pesquisando perguntas (um programa de ação no desentranhamento do comunicacional). In: FAUSTO NETO, Antonio *et al.* (Org.). **Mediatização e Processos Sociais**: aspectos metodológicos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010, p. 79-93.

_____. Constituição do campo da comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, RS, v. 25, n. 58, p. 62-77, jan./abr. 2011. Disponível em: <revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/download/924/147>. Acesso em: 1 abr. 2015.

_____. Circuitos versus Campos Sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jader; JACKS, Nilda (org.). **Mediação e midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 31-52.

CASTTELS, Manuel. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A Galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Redes de Indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. **A história em directo**: os acontecimentos mediáticos na televisão. Coimbra: Minerva, 1999.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

DIAS, Marlon; BORELLI, Viviane. Narrativas privadas em espaços públicos digitais: relatos de estupro na página “Projeto Fênix” no Facebook. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia, Porto Alegre/RS. **Anais...** Porto Alegre/RS: UFRGS, 2015.

DUARTE, Marcia Y. M. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 215-235.

ELM, Malin S. How do various notions of privacy influence decisions in qualitative internet research? In: MARKHAM, Annette N.; BAYM, Nancy. **Internet inquiry**: Conversations about method. Los Angeles: Sage, 2009, p. 69-87.

ESS, Charles. **Digital Media Ethics**. Cambridge: Polity Press, 2009.

ESTEVES, João Pisarra. Internet e comunicação política. **Intexto**, v. 2, n. 17, jul-dez, 2007, p. 1-12.

FAUSTO NETO, Antonio. Midiatização, prática social: prática de sentido. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação e Comunicação (COMPÓS), 15, Bauru/SP. **Anais eletrônicos**. 2006.

_____. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização. **Matrizes**. São Paulo: ECA/USP, ano 1, nº 1, 2008, p. 89-105. Disponível em: <http://www.usp.br/matrizes/img/02/Dossie5_fau.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Olhares sobre a recepção através das bordas da circulação. In: XVIII Encontro da Compós - GT Recepção, Usos e Consumos Midiáticos. **Anais...** Belo Horizonte, 2009.

_____. Narratividades jornalísticas no ambiente da circulação. In: PICCININ, F.; SOSTER, D. de A. (Org.). **Narrativas comunicacionais complexificadas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

_____. Recepção, 'corpo-significante' em circulação. In: BRIGNOL, Liliane Dutra; BORELLI, Viviane. **Pesquisa em recepção: relatos da Segunda Jornada Gaúcha**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2015, p. 17-24.

FEDOZZI, Luciano. A nova teoria de sistemas de Niklas Luhmann. In: NEVES, Clarissa Eckert Baeta; SAMIOS, Eva Machado Barbosa. **Niklas Luhmann: A nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, Goethe-Institut/ICBA, 1997.

FERREIRA, Jairo. Como a circulação direciona os dispositivos, indivíduos e instituições. In: BRAGA, J. L.; FERREIRA, J.; FAUSTO NETO, A.; GOMES, P. G. (Org.). **Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2013.

FORD, Aníbal. **La marca de la bestia: identificación, desigualdades e infoentretenimiento en la sociedad contemporánea**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 1999.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FRANÇA, Vera. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê? In: **Ciberlegenda**, n. 5, 2001. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/314/195>>. Acesso em: 1 abr. 2015.

_____. O acontecimento e a mídia. **Galaxia**, n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOSSÁRIO de termos do Facebook. **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/help/219443701509174/>>. Acesso: 31 abr. 2015.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GOMES, Pedro Gilberto. **Tópicos de teoria da comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

_____. **A Filosofia e a Ética da comunicação na midiatização da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**. n. 27, 2005. p. 58-78.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 23ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HENN, Ronaldo Cesar. O ciberacontecimento. In: VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene. (Org.). **Jornalismo e acontecimento**: tramas conceituais. Florianópolis: Insular, 2013, v. 4, p. 31-48.

HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**. São Paulo, jan/jun 2012. n. 2, p. 53-91. Disponível em: <www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/download/338/pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**. Tolerância social à violência contra as mulheres. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso: 1 abr. 2015.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. **Spreadable media**: creating value and meaning in a networked culture. New York: New York University, 2013.

JOHNSON, Telma. **Pesquisa social mediada por computador**: questões, metodologias e técnicas qualitativas. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **@internet e #rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Editora Sulina, 2013

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Ofício do cartógrafo**. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes, redes. Petrópolis: Vozes, 2014.

MATA, Maria Cristina. De la cultura masiva a la cultura mediática. **Diálogos de la Comunicación**, n.56, Lima: Felafacs, 1999.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Movimentos sociais como acontecimentos: linguagem e espaço público. **Lua nova**. Revista de Cultura e Política. São Paulo, 2007, p. 115-142.

MORIN, Edgar. **O método I**: a natureza da natureza. Mira-Sintra: Europa-América, 1986.

MUSSO, Pierre. A Filosofia da Rede. In: PARENTE, André (org.). **Tramas da Rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2004.

NORA, Pierre. Le retour de l'événement. In: LeGOFF, Jacques; NORA, Pierre. **Faire de l'histoire**: nouveaux problèmes. Paris: Gallimard, 1974.

OLIVEIRA, Felipe; HENN, Ronaldo. Movimentos em rede e ocupação do espaço público: limites e possibilidades ante a crise do jornalismo. **Contemporânea** (UFBA Online). v. 12, n. 1, p. 39-54, jan-abr 2014. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/viewFile/9807/7544>>. Acesso: 2 jan. 2015.

PERUZZOLO, Adair Caetano. A semiotização do corpo. In: PERUZZOLO, A. C. et al. **O corpo semiotizado**. Porto Alegre: EST, 1994.

_____. **Elementos de semiótica da comunicação**: quando aprender é fazer. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. **A comunicação como encontro**. Bauru: EDUSC, 2006.

_____. **A estratégia semiológica dos discursos midiáticos**. Texto elaborado para discussão na disciplina de Estratégias semiológicas dos discursos midiáticos. POSCOM. Santa Maria, RS: UFSM, 2015. Circulação dirigida aos alunos da disciplina.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: Introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PRUDÊNCIO, Kelly Cristina. **Mídia ativista**: a comunicação dos Movimentos por Justiça Global na internet. 2006. 193 p. Tese (Doutorado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, n. 6, p. 59-75, 2005.

REBELO, José. Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento. **Trajectos**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, n. 8-9, 2006.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. A rede é a mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social. In: Eduardo Vizer (Org.). **Lo que McLuhan no previó**. Buenos Aires: Editorial La Crujía, 2012, v. 1, p. 205-223.

_____. **A conversação em rede**. Comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993.

_____. Experiência, modernidade e campo dos media. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**. Portugal, 1999. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-expcampmedia.pdf>>. Acesso em: 2 abr 2015

_____. **Estratégias da comunicação**. Questão comunicacional e formas de sociabilidade. 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, José Manuel. Da perca do mundo à sociedade dos (mega)acontecimentos. **Trajectos**. Revista de Comunicação, Cultura e Educação. Lisboa, n. 6, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, jan./abr. 2006. p. 109-130

SEMÍRAMIS, Cynthia. Sobre a cultura do estupro. **Revista Fórum**, São Paulo, 16 abr. 2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2013/04/16/cultura-do-estupro/>. Acesso em: 20 dez. 2015.

SIBILIA, Paula. O que é obsceno na nudez? Entre a Virgem medieval e as silhuetas contemporâneas. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 21, n. 1, jan./abr. 2014, p. 24-55.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação**. UNICEF – Brasil, 1996.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

VERÓN, Eliseo. **A produção de sentido**. São Paulo: Cultrix, 1981.

_____. **Construir el acontecimiento**. 2ª ed. Barcelona: Gedisa, 1995.

_____. Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Diálogos de la Comunicación**, n.48, Lima: Felafacs, 1997.

_____. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

_____. **Internet: viagens no espaço e no tempo**. Entrevista concedida ao programa Olhar. TV UFPB, 2012. Disponível em: <<http://www.ciseco.org.br/index.php/noticias/videos/225-veron-fala-sobre-mediatizacao-em-entrevista-para-a-tvufpb>>. Acesso: 18 jun. 2015.

_____. **La Semiosis Social, 2: Ideas, momentos, interpretantes**. 1º ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2013.

_____. Teoria da midiatização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de suas consequências. **Matrizes**. São Paulo, jan-jun 2014, n. 1, p. 13-19.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.